



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 215

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 2016

ANO V



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO	4283

TAQUIGRAFIA

ATA DA 47ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELA UNIÃO PORTOVELHENSE DAS ASSOCIAÇÕES – UPAs

Em 08 de dezembro de 2016

Presidência do Sr.
Dr. Neidson - Deputado

(Às 15 horas e 23 minutos é aberta esta audiência pública)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores, mais uma vez uma boa-tarde, sejam todos bem-vindos. Lembrar as senhoras e senhores caso queiram acompanhar a transmissão ao vivo desta Audiência Pública, o endereço do site da Assembleia onde vai passar ao vivo esta Audiência Pública é: al.ro.leg.ro.br.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Dr. Neidson, realiza Audiência Pública, objetivando debater sobre os problemas enfrentados pela União Portovelhense das Associações - UPAs.

Convidamos para compor a Mesa o Excelentíssimo Senhor Deputado Dr. Neidson, proponente desta Audiência Pública; Sra. Márcia Luna, Secretária Municipal de Regularização Fundiária e Habitação – SEMUR; senhor João Marcos Felipe, Representante da Subchefia da Casa Civil do Governo do Estado; senhora Elizabete Siqueira, Gerente de Gestão Escolar,

representando a SEDUC; senhora Rosália Oliveira, Coordenadora Geral da União Estadual por Moradia Popular – UNEMP; Senhor Ezequiel Silva, Presidente da União Portovelhense das Associações UPAs; senhora Regineth Medeiros Tavernard, Presidente da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública, objetivando debater sobre os problemas enfrentados pela União Portovelhense das Associações - UPAs.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para de pé ouvirmos o Hino Céus de Rondônia (letra de Joaquim de Araújo Lima e música do Dr. José de Mello e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Muito obrigado, podem se sentar. Convidamos também para compor a Mesa, o senhor Waldomiro Barros, representante do Incra, por gentileza. Senhor Deputado Dr. Neidson, registrar aqui a presença do Dr. Breno Mendes, Presidente da Associação dos Advogados Criminalistas do Brasil; também do Dr. Tadeu Bancalari, Delegado de Polícia Civil, declinou de compor a Mesa, preferiu ficar ali. Senhor Thiago Gonçalves de Moraes, Presidente da Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Floresta, senhor Marcos Freire, Presidente da Associação do Bairro Marcos Freire; senhora Solange da Silva, Presidente da Associação dos Feirantes de Porto Velho; senhor Fernando Batistão, Coordenador de Indústria e Comércio, representando a SUDER; senhor Edilson Matias Freire, Presidente da Associação do Bairro Lagoinha; senhor Antônio Heller dos Santos, Chefe da Regularização Fundiária – Terra Legal-Porto Velho; William Ferreira, Presidente da Associação dos Vigilantes e Agentes Portuários - AVAP; senhora Evelyn Fátima de Souza, Vice-Presidente da Associação do Bairro Monte Sinai; Wilson dos Santos Carvalho, líder comunitário do Bairro Lagoinha; senhora Ieda dos Santos,

MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS
2º Vice-Presidente: HERMÍNIO COELHO

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO
2ª Secretária: GLAUCIONE RODRIGUES
3º Secretário: ALEX REDANO
4ª Secretária: ROSÂNGELA DONADON

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - *Carlos Alberto Martins Manvaier*
Departamento legislativo - *Huziel Trajano Diniz*
Divisão de Publicações e Anais - *Róbison Luz da Silva*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

Presidente do Bairro Cascalheira; senhora Maria Aparecida Souza Santos Silva, Presidente do Bairro Aparecida; senhores moradores do Bairro Cidade Nova; senhoras e senhores moradores do Bairro Dilma Rousseff; senhoras e senhores moradores do Bairro Jardim Santana, senhoras e senhores moradores do Bairro Socialista; senhor Junior Capilé Lima, Presidente da Associação do Bairro Renascer; senhor Wilton Campos, Professor de Artes Marciais do Orgulho do Madeira; senhora Shelly Nóbrega, Presidente da Associação dos Socorristas dos Animais; Dejair Conegundes, Presidente da Associação de Moradores do Bairro Porto Cristo. Também temos pessoas já inscritas aqui para falar. Nós vamos cumprimentar e dentro da oportunidade, nós convidamos para falar.

Convidamos, portanto, o Dr. Breno Mendes para compor a Mesa. Dr. Breno, pode representar aqui o novo governo municipal. Fábio Rodrigues Carvalho, Presidente da Associação do Bairro Airton Sena; senhor Luiz Fernando, representante dos moradores do Condomínio Orgulho do Madeira; Francisco Alves, Presidente da Associação do Bairro 4 de Outubro; Xenofonte Ferrozil, Presidente do Bairro Novo; Geovane Vasconcelos, Presidente da Associação dos Surdos de Rondônia; Arilssen de Castro, advogado da UPAS; Anderson da Silva, Presidente do Bairro Universitário.

Então, o Dr. Antônio pediu para que ele ficasse aqui no plenário e convidasse o senhor Antônio Heller dos Santos, representando o Incra, Chefe de Regularização Fundiária – Terra Legal. Então temos pessoas inscritas, e como eu falei agora a pouco, e a dinâmica de Sua Excelência Deputado Dr. Neidson, levanta o braço, nós vamos lá, pegamos o nome e faz uso da palavra, sendo bem objetivo.

Com a palavra Sua Excelência Deputado Dr. Neidson.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar aqui a todos os presentes e aos componentes da nossa Mesa também, a senhora Márcia Luna, Secretária Municipal de Regularização Fundiária e Habitação – SEMUR; João Marcos Felipe, representante da Subchefia da Casa Civil; senhora Elizabete Siqueira, Gerente de Gestão Escolar, representando a SEDUC; senhora Rosália Oliveira, Coordenadora Geral da União Estadual por Moradia Popular – UNEMP; senhor Ezequiel Silva, Presidente da União Portovelhense das Associações UPAS; senhora Regineth Medeiros Tavernard, Presidente da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC; o Dr. Breno Mendes, também representando a OAB e a nova Prefeitura que está por vir na transição e também o senhor Heller, representando o INCRA.

Na verdade essa Audiência Pública me foi solicitada através de um Ofício da União Portovelhense das Associações – UPAS para debater alguns assuntos, entre esses estão a transição da Prefeitura para a próxima gestão de 2017, regularização Fundiária, nós temos vários bairros tanto aqui no Município como no Estado de Rondônia, tanto na área Urbana como na área Rural, sem essa regularização, a Saúde Pública que é uma grande problemática em todo o nosso Brasil, a educação também que nós temos várias situações que podem, talvez, serem resolvidas no decorrer da Audiência e no decorrer do ano e infraestrutura. Então, já para iniciarmos essa Audiência Pública nós queríamos ver os inscritos. Quero convidar o senhor

João Alfredo Alencar da Mata, que é Presidente do Instituto Mix de Profissões. Parece-me que ele tem um vídeo para também apresentar, para fazer uso da palavra.

O SR. JOÃO ALFREDO ALENCAR DA MATA – Boa tarde a Mesa! Cumprimentar o Presidente e os demais em seu nome, Deputado Neidson.

No Instituto Mix, nós estamos lançando para o próximo ano uma campanha que ela é de cunho social e eu apresentando essa campanha para o Ezequiel, ele me convidou para apresentar aqui porque é um tema que tem a ver com todo mundo, é o Combate às Drogas. E a partir do ano que vem vai ser durante todo o ano a Campanha Institucional que nós iremos fazer e eu gostaria primeiro de passar o vídeo e em seguida apresento um pouquinho.

(Momento da Execução do Vídeo)

Então como o vídeo fala o foco da Campanha não é exatamente o usuário e sim a prevenção, a gente levar as Escolas, as Associações, as pessoas envolvidas para que a gente faça com essa juventude um trabalho de prevenção, depois que o aluno ou a pessoa já está no mundo da droga é um trabalho muito mais difícil retirar. Então, nós como trabalhamos com educação nós pensamos em fazer um Programa de Prevenção às Drogas, o nome é “Instituto Mix Contra as Drogas” porque nós vamos fazer toda essa estrutura tanto de site quanto de aulas que já estão prontas, vai ser lançada nacionalmente agora em dezembro, e aí a partir do ano que vem nós gostaríamos de visitar os senhores, às Associações e até mesmo o Estado e o Município, se a gente puder fazer uma parceria junto às Escolas, o Professor se formando no curso tendo acesso aos laboratórios e a juventude participando, na própria aula que ele tiver lá ele já acessa hoje essa mídia, já está portátil a celular, tablet, então ele pode acessar de casa, onde ele estiver ele vai poder fazer esse curso. O que nós do Instituto iremos fornecer para as Associações e para as Escolas? O que o aluno fez, o que o pai fez, quando ele acessou, se ele completou o curso. Então, esse acompanhamento do curso pelo aluno é feito pelo Instituto, que nós passaremos isso para os responsáveis, lógico que a gente precisa fazer parcerias para poder direcionar aquele aluno de onde ele é. Mas, que a gente tenha um acompanhamento maior e que a gente possa fazer uma prevenção para essa juventude, nós sempre. Eu já trabalho há muito tempo com projeto sociais e a gente ver que alguns bairros existe uma necessidade muito grande da gente trabalhar. Não, só a juventude, mais as vezes o próprio pai, a própria mãe não tem o conhecimento, tem o medo de falar sobre o assunto e ele acaba deixando que um estranho fale para o filho dele e acaba sendo esse caminho que leva as pessoas as drogas. Vou passar rapidamente o projeto para que todos tenham o conhecimento; mas, aí aquelas associações que tiver interesse e depois se o Estado e o município puderem conversar, ir lá, a gente marca uma hora e apresenta e ver como é que a gente pode viabilizar essa parceria para Porto Velho.

O Instituto Mix, como tem base em estudos de alto crescimento de usuário de droga no âmbito estudantil, tem uma atuação muito próxima as escolas públicas e privadas há muito anos. Sempre se interessou em problemas sociais e necessitadas relatadas por diretores e educadores do ensino fundamental e médio do Brasil. Com isso, ao longo desses anos estabelecemos muitas parcerias voltada para o desenvolvimento pessoal e profissional de muitos estudantes, proporcionando bolsas de estudos em nossas instituições, assistência e laboratórios de informática, palestras e eventos sociais nas dependências escolares entre outras. O IM, sentiu a necessidade de contribuir com a sociedade para a elaboração de um programa de combate a droga através e curso IAD, voltada para os alunos e outros para os pais dos alunos. Esse curso pode ser feito na escola, na casa através de um computador, até no ônibus através do smartphone. Hoje com a rede da Prefeitura digital, nas praças pelo menos já dar para o próprio aluno conseguir fazer a onde ele estiver, de fácil acesso. Nós temos vários cursos profissionalizantes, são mais de 50 cursos que nós disponibilizamos, nós estamos com alguns cursos em parceria com a Prefeitura, hoje, lá no Orgulho do Madeira, lá na zona sul e nós já temos alguns alunos que já estão cadastrados para começar a fazer esse curso. O linguajar, ele é adequado ao linguajar do aluno e o curso para ao pai é também é adequado ao linguajar do pai; para que ele saiba como chegar a falar daquilo, porque existe muito receio do pai de falar sobre drogas, achando que se começar a falar o filho também vai se interessar e vai querer saber. Então, o curso é exatamente isso, o que ele deve falar que não estimule o filho a fazer, e o aluno, aquela curiosidade natural do adolescente, que ele tire a curiosidade no curso e não na prática; voltado para isso que a gente está colocando esse projeto no país inteiro. Essa é a chamada que nós vamos fazer, porque o combate a droga, apesar de tudo é uma questão social, ela acaba desestruturando as famílias, acaba fazendo uma violência na sociedade e acaba também afetando até o sistema de saúde na recuperação desse usuário. É bem simples o que nós vamos fazer, todas as franquias nossas vão participar no Brasil inteiro, indo nas escolas, nas associações e nas entidades públicas, Secretaria de Estado e município para que nós possamos disponibilizar isso aos alunos e o aluno passa a ter a partir da habilitação da escola dele, ele passa a ter acesso ao conteúdo do site e começa a fazer. O que a gente precisa do aluno? Apenas o nome e a escola que ele estuda. Por quê? Para mim ter esse controle e que eu possa passar depois para direção da escola, como é que foi na escola dela aquele projeto e aí a gente consegue individualizar como vai funcionar em cada Bairro, em cada local. As Associações, como eu conversei com o Ezequiel, a Associação para participar, ela não precisa ter um laboratório completo, mas se ela tiver alguns computadores disponíveis que os associados possam ir lá, que aquele jovem que não tem nada para fazer durante a tarde possa ir lá fazer o curso e participar da Associação, vai trazer presença para Associação e ele vai poder fazer o curso e já ter uma melhoria para aquela situação que é inerente a todos bairros da capital. Nós, levando em conta que hoje todo mundo tem um parente, ou filho ou neto, ou um sobrinho e esse hoje na escola, tanto faz ser pública quanto privada, ou menos na rua, ele é abordado,

a nossa cidade por estar perto, próxima a um grande centro de fornecimento que é a Bolívia, é um corredor que passa droga por aqui, ela acaba sendo muito fácil o contato desse jovem. Então, pensando nisso esse projeto foi elaborado para que agente consiga prevenir e não tenha nenhum efeito maior para a sociedade. Pode ser que a gente não consiga resolver, mas cada jovem que a gente conseguir que ele não vá para esse caminho, eu acho que é uma vitória de todo mundo, porque a prevenção ela é sempre muito melhor do que o regresso, a tentativa de retorno, porque quando você vai para o vício é muito difícil, existe muitos problemas inclusive fisiológicos que levam o usuário a recair. Então, se a gente puder fazer uma prevenção para que não haja é muito mais interessante que a gente consiga fazer o projeto. O nosso lema nesse projeto é fazer o bem sem olhar a quem, não importando quando ou como fazer. E com essa breve explicação, eu gostaria de deixar aberto o meu contato, o Ezequiel tem o contato, a gente está à disposição para que a gente consiga agora em 2017, realmente trilhar algum caminho para alguns jovens que não caíam no lado ruim de viver, porque a droga é uma dependência que acaba tolhendo todas as expectativas não só dos jovens, da família e da sociedade. Muito obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado João Alfredo.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Deputado registrar aqui a presença do senhor Vagner Gonçalves, contador da União das Associações de Bairro de Porto Velho; senhora Elia Bezerra de Menezes, Presidente da Associação Esperança para Todos. Sejam bem objetivos em nossas falas, temos muitos inscritos.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Só registrar a presença aqui do Deputado Estadual Luizinho Goebel, também que está aqui presente em nossa Audiência Pública, mostrando interesse também pelas associações e atividade que nós teremos aí no município de Porto Velho também, obrigado Deputado. Quero passar a palavra agora ao senhor Sidney Riveiro Tavernard, 1º Secretário da APAC.

O SR. SIDNEY RIVEIRO TAVERNARD – Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Dr. Neidson; Ezequiel, Presidente da Associação Portovelhense das Associações; senhora Márcia Luna, Secretária da SEMUR; a senhora Elizabete, da SEDUC; senhor João Marcos, Subchefe da Casa Civil; Dr. Breno, da OAB; senhor Antônio do Ingra; senhora Rosário e a Presidente da APAC de Porto Velho, a minha esposa senhora Regineth Medeiros Tavernard. Senhoras e senhores; não é fácil estar aqui quando no início e abertura desse tema o nobre Deputado Dr. Neidson, agora me desculpe, gostaria de cumprimentar o Deputado Luizinho Goebel também. A gente começa pensando em falar em regularização fundiária que é um tema que todos nós de Rondônia, eu como rondoniense precisamos nos atentar a questão da saúde, a questão da educação e de infraestrutura. Hoje, nós somos uma cidade que passamos por grandes problemas estruturais, todos nós sabemos disso, problemas dos mais variáveis que vai desde a iluminação pública a questão sanitária, a questão e regularização

das terras, a questão da educação que é um problema do Brasil. Mas quando eu me vejo e venho aqui falar para vocês de outro tema que estigmatizado por nossa sociedade, que é a consequência dessa desestruturação de falta de saneamento, de educação, de saúde, que é o sistema prisional. Eu vi falar para vocês da Associação de Assistência e Proteção aos condenados, quando se fala disso todo mundo se arrepiando parece, as pessoas estigmatizam o preso. Queria cumprimentar aqui meu amigo e companheiro também o Vereador Alan, que está aqui presente, trabalhei com ele, prazer vereador, seja bem-vindo. Se me permite Mestre de Cerimônias, eu gostaria de convidar, seria possível convidar? Depois o mestre faz isso Doutor, ele me pediu já estou mudando de função, a pedido do Doutor Breno. Bem gente, falar de preso, não é fácil porque hoje na primeira apresentação do Instituto Mix, do Alfredo, prazer ao Alfredo em revê-lo, nós já trabalhamos juntos, trata-se de drogas. Tudo isso que nós estamos falando gente termina num ponto que é lá no socioeducativo e lá no buzão que é justamente a cadeia, os presídios, uma situação de insegurança que nós vivemos e que nós não colocamos. Eu andei conversando esses dias com alguns dos nossos futuros gestores, inclusive com o nosso Prefeito Hildon, futuro Prefeito sobre essa questão da segurança. Hoje nós vivemos um sistema, um tema de calamidade pública e uma insegurança constante, principalmente por uma questão aqui que o Alfredo aqui acabou de falar que é a questão das drogas. Nós somos de uma área fronteira, o subchefe da Casa Civil sabe que o Governador, Itamarati e toda essa fronteira tiveram uma reunião a 15 dias, vieram os países andinos, porque essa entrada de drogas é hoje causa de 50 a 70% das nossas prisões, 50 a 70% deputado Luizinho, deputado Neidson, isso é fato porque nós vivemos dentro do presídio, essa não é a roupa tradicional que a gente utiliza. Mas eu gostaria de falar sobre uma luz que surge para que a gente possa dar um direcionamento, a maioria dos presos hoje, que nós temos, quando ele sai geralmente eles retornam. Hoje não existe um programa, não existe um trabalho aonde a gente tenha resultado positivo de ressocialização, de reintegração e muito me agrada e me deixa feliz porque eu fui convidado pelo Presidente Ezequiel, que todos sabem a história, todos sabem a história de vencedor que tem esse homem é, por onde ele andou, já que eu estou falando de sistema prisional. Então eu gostaria apenas de dizer o seguinte, nós temos um projeto arrojado que é o projeto das APACS, estamos buscando parceria que eu já estou recebendo um puxão de orelha, parceria para que nós possamos falar sobre a APAC, me levem apenas uns minutinhos. Quando nosso mestre senhor Jesus andava pela tantas, fazendo as suas peregrinações, João capítulo 4 - quando ele passa pela cidade de Sicar, na Samaria, e Ele vai até um poço tomar água, e lá se encontra uma mulher que como uma presidiária é excluída, ela é samaritana, o judeu não podia se aproximar da samaritana, e Ele pede água e ela se assusta. Como podes, Tu estás falando comigo? Quem era essa mulher? Era excluída, são os presos de hoje que são excluídos. Olha essa passagem, e Ele a acolhe dizendo que água que ela tomara, não é a água que vai sustentar o estômago dela, mas sim que vai dar a vida eterna. Ela ainda não tinha entendido aquilo que Jesus estava falando, ela estava no plano dos homens. A mais a frente da conversa ela diz:

como podes, Tu estás me pedindo? Eu que não sou nem casada? E Ele mostra o lado dEle; sei que tu não és casada, pois tu estás no teu 5º casamento e não és casada oficialmente, pois tu já tiveste 4 maridos. Daí ela caiu em si e vê que é um profeta. Gente a APAC, ela busca hoje o apoio da Assembleia Legislativa, o apoio da Prefeitura, espero contar, já conversamos com o Prefeito Hildon, com a Câmara Municipal. Nós estamos no Ministério Público gente fazendo esse trabalho junto com a Reginete. O Governo do Estado de Rondônia deputado Luizinho Goebel. A APAC é um projeto que vem de Minas Gerais sem cor partidária, começou do Governo, determinado Governo que hoje não está de posse, mas ela é partidária e o Governador Confúcio Moura prometeu criar essas APACS em Porto Velho. Ela começou no Governo do Aécio Neves, quem teve essa ideia e colocou em prática um pouco antes do Aécio Neves e hoje ela esta espalhada no mundo todo gente. Só para terminar, um preso hoje ele custa dois mil e quatrocentos reais, as pessoas aqui da educação estão olhando, um preso custa dois mil e quatrocentos reais para nosso Estado, na APAC é o valor é um salário mínimo e meio, lá nós não temos agente penitenciário, não temos policiais e é a comunidade que faz junto os apenados que nós chamamos de recuperando todo o trabalho, por isso venho até a gente, a APAC já está criada, nos procurem para saber mais deste projeto, ela tem criada em Porto Velho, em Ji-Paraná e em Vilhena. É uma proposta de Governo, tem uma lei que se passou pela Assembleia, lei 3.840 e esta lei aprovada cita a APAC e nós estamos trabalhando e muito junto com o Governo, com o Tribunal de Justiça, principalmente o Ministério Público para implementar esta política pública que também faz parte, segurança é isso também gente, faz parte. Parabéns. Muito obrigado e desculpe a demora.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidar para compor a Mesa o Exmº Sr. Vereador Allan Queiroz, da Câmara Municipal de Porto Velho, e mais uma registrar a presença do Exmº Sr. Deputado Luizinho Goebel que está conosco aqui, e também do Dr. Santana, advogado do bairro Porto Cristo.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado também ao palestrante Sidney Rivero. Nós temos já um projeto também com relação aos reeducandos, só a título de informação, no Urso Branco, no qual estamos montando uma fábrica de academia ao ar livre, lá para os reeducandos também, e vai ajudar a toda a nossa sociedade, por um preço de uma academia ao ar livre, vai custar sete mil reais, que custa hoje para o Estado, aproximadamente cinquenta e cinco mil reais, cada academia. Então nós vamos estar através desta Casa também, dando oportunidade a esses reeducandos a trabalharem e terem mais uma profissão também para que possam se ressocializar. Quero passar a palavra agora ao Ezequiel Silva, que é o Presidente das UPAs, da associação.

O SR. EZEQUIEL SILVA – Primeiramente eu gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade de poder estar aqui. Em nome do Deputado Neidson cumprimentar todos da Mesa, em nome do Dr. Breno representante do Dr. Hildon, o nosso futuro

prefeito a partir de 2017, cumprimentar todos os nossos líderes, presidentes que estão aqui, e em nome desse maravilhoso grupo que representa a União Portovelhense das Associações, com exceção a alguns presidentes que não puderam vir, mas se viessem também acho que não ia caber, mas eu quero cumprimentar a todos vocês que estão aqui porque vocês que estão aqui nesta tarde é o alvo principal dessa audiência pública a qual foi pedida e recebida pelo Dr. Neidson, muito obrigado Dr. Neidson pelo apoio que o senhor está dando neste momento. Nós já fizemos algumas audiências aqui o ano passado, no começo do ano, e tivemos muitas respostas. Eu teria aqui a apresentação das propostas da UPAs para fazer, mas eu vou abrir mão por causa do tempo e eu quero muito hoje aqui com muita ansiedade ouvir os meus presidentes. Agradecer a Secretária Márcia, de todo coração porque todos os pedidos, tudo que a gente fez encaminhamento, estão aqui os presidentes de bairro aqui, você sempre esteve disponível e o trabalho que você faz ali na SEMUR é um trabalho de coração, muito obrigado pelo seu profissionalismo, pelo seu atendimento que você deu a população no decorrer desse tempo que você está ali na SEMUR, está bom? Muito obrigado, de coração. Eu gostaria aqui também de abrir mão como eu estou falando aqui das propostas cumprimentando a todos os meus amigos, agradecer exclusivamente pelo Deputado Luizinho por estar aqui ombreado com o Deputado Neidson, é muito importante a sua presença aqui, e eu vou abrir mão aqui até do meu tempo porque eu já quero ouvir meus presidentes. Só quero agradecer a Dra. Arilce que, fique de pé por favor, é a nossa assessora jurídica da UPAs; o Vagner que é o, por favor, se coloque de pé Vagner para eu apresentar você, ele é o nosso contador da UPAs, ele que tem ajudado nas associações na elaboração das associações que estão sendo criadas, das que estão sendo reformadas, e tem feito um grande trabalho juntamente com a Dra. Arilce, muito obrigado; a assessora de imprensa Mariza que está por aí filmando, e segunda-feira nós vamos estrear o nosso programa Comunidade em Ação e vamos estar registrando a ação do nosso presidente na sua comunidade. É Comunidade em Ação, está bem, é comunidade junto, ao lado do poder público, porque não adianta comunidade estar para um lado e poder público para o outro, nós temos que nos unir numa só linguagem os líderes com os representantes do poder público para que a nossa comunidade tenha êxito e vitórias. Eu acredito que este ano de 2017 vai entrar sendo marcante para todos da comunidade de Porto Velho, aqui também representando as associações socorristas de animais, a nossa secretária da UPAs também a Shelly, muito obrigado, juntamente ali com a Hélia que é protetora também dos animais, e o Alisson também que é o tesoureiro da UPAs, e o restante dos diretores que é o Flávio, o Tiagão, o Alex que já estão há um ano com a gente na UPAs. Eu quero agradecer os outros que eu não vou poder falar o nome aqui para não tomar o tempo. Agradecer o Luiz que veio de lá do Orgulho do Madeira, que abriu espaço para estarmos ali, juntamente com o Instituto Mix, fazendo ali no bloco onde ele é síndico ali, está ali abrindo espaço e nós estamos ali com os alunos todas as noites procurando tirar eles da ociosidade e levando cursos para eles para que possa ter alguma coisa. Eu acredito que nós vamos trabalhar muito o ano que vem, viu Luiz, muito obrigado pelo

apoio. Eu quero agradecer a todos, não vou me alongar, eu vou cortar aqui porque eu quero ouvir vocês, eu quero que as autoridades ouçam vocês e deem resposta para vocês, porque está sendo escrita uma ata aqui. Eu já peço de antemão do Deputado, com a permissão, que nos dê a cópia da ata que vai ser feita hoje aqui, para que cada um amanhã possa estar na mão de cada pessoa que vai aqui falar e falar o seu anseio e a resposta das autoridades, para que amanhã a gente possa estar na mão com um documento, para a gente possa estar, assim, lembrando desta Audiência, para não ficar uma Audiência apenas uma audiência. Porque as Audiências que nós fizemos pelas UPAs aqui, foi liberado Minha Casa Minha Vida e também o bairro Universitário que esta Casa aqui deu o privilégio para aquelas famílias, o qual está sendo representado aqui pelo vice-Presidente hoje, que daqui a pouco vai fazer uso da palavra. Muito obrigado, eu não quero me alongar, o negócio dá vontade de falar, mas eu vou abrir mão aqui, e pode vir para cá e vamos mesmo, vamos falar mesmo e representar a nossa comunidade, porque aqui é independente de credo religioso e de bandeira partidária, é a UPAs, União Portovelhense das Associações.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado Ezequiel. Eu quero convidar à senhora Daiane Silva, Presidente da Associação Beneficente Resgatando Vida, para fazer uso da palavra.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Lembrando da objetividade e tempo de cada orador. Obrigado.

A SRA. DAIANE SILVA – Boa tarde. Eu quero agradecer a Deus pela oportunidade de estar aqui, e cumprimentar a Mesa através do nosso ilustríssimo Deputado Dr. Neidson, que é um Deputado que faz tantas Audiências. Ele é Presidente também da Comissão de Saúde e sempre a gente está participando dos trabalhos. Aqui eu vim fazer uma reivindicação, porque a Associação Resgatando Vidas, a gente trabalha com várias coisas: dependentes químicos, com doações, a gente trabalha com a comunidade, mas hoje a gente trouxe, em especial, uma situação, que é a situação de um pedacinho lá do bairro Socialista que ainda não está regularizado. Agradeço a nossa Secretária por estar aqui, porque ela sempre nos ouve. Só que esta situação, é que tem um processo em cima dessa área que é da Prefeitura e uma dona que apareceu, ganhou, sendo que o nosso... A nossa Secretária sabe através do pedido que a gente fez desde 2014, da Associação, e o Carlos, é Carlos o nome dele, do Procurador? Ele também sabe e aí a Juíza Úrsula deu o privilégio para essa pessoa e ela ganhou a área que é da Prefeitura. Então eu gostaria de saber da nossa Secretária o que pode ser feito? Como ela ganhou a área, os moradores vão ter que pagar? Agora ela pegou outro pedaço que a gente tem até uma Certidão Informativa dizendo que essa área é do município. Então o que é que a gente faz nessa situação? Porque as pessoas estão lá, e as pessoas precisam das suas casas, lá a gente tem pessoas deficientes, crianças, pessoas com necessidades especiais. Eu também sou uma moradora de lá, tem a Rita que está lá há 11 anos, e a gente

precisa de uma resposta, porque a gente não pode ficar sem as nossas casas.

A SRA. MÁRCIA LUNA – Boa tarde a todos. Estou aqui representando a SEMUR, eu iniciei meus trabalhos como Secretária em fevereiro do ano passado e encontrei uma demanda muito grande, inclusive de ocupações em áreas irregulares, fruto da falta da função social da propriedade da nossa cidade. Nós temos aí esse ano de 2016 à revisão do Plano Diretor, está aqui na Mesa o Dr. Breno Mendes, que é o representante do novo governo municipal. E assim, é através do Plano Diretor, que é Lei do Ordenamento Territorial Máxima do Município, que a gente vai ter os remédios amargos para os grandes problemas municipais. Então, a gente tem também no ano de 2016, a gente tem aí as conferências municipais, estaduais e a Conferência Nacional da Cidade acontecendo e não é à toa que o tema do ano que vem é Função Social da Propriedade, que é o tema do momento e que impacta a vida de todos nós. Por que nós estamos aqui hoje? Porque nós temos litígios de ocupações em áreas particulares, que aí a legislação vai pela usucapião, mas o município ajuda com arcabouço jurídico legal e apoio jurídico às famílias junto com a Defensoria. A gente tem ocupação em áreas de equipamentos urbanos que não podem ser desafetados, porque a lei é maior do que a vontade do homem, e é um obstáculo para a solução de muitos problemas. A gente tem ocupações consolidadas em áreas que não dá mais para reverter e que se é de propriedade do município, ela pode entrar com o projeto de regularização de interesse social e fazer todo o levantamento socioeconômico em campo. O nosso trabalho também é fazer o projeto o urbanístico daquela ocupação, tem todos os procedimentos que a gente pode fazer. Na minha chegada a SEMUR, e eu quero fazer um breve relato que eu acho isso bem importante. Eu encontrei esse Programa de Regularização Fundiária parado, por falta de prestação de contas de todo o passado, desde que a SEMUR existiu. O que aconteceu? Lavrou-se mais escrituras do que se registrou; pagou-se pela lavratura em duplicidade; concedeu-se gratuidade para vários, para o mesmo CPF, várias vezes por falta de controle, e tudo isso foi glosado na Caixa Econômica. Então a situação que eu encontrei foi de paralisação total até que a SEMUR prestasse contas cartório por cartório de todo esse passado. Cheguei em fevereiro de 2015, no final do ano eu já tinha o levantamento de cada cartório do que se tinha sido glosado, do que precisava estornar para a Caixa Econômica e regularizar com recurso próprio para cada cartório. Essa prestação de contas demorou uns 03 a 04 meses na Caixa Econômica para ser aprovada. Eles aprovaram e só então eu pude renovar contrato com os cartórios para seguir a regularização fundiária. Eu estou agora no momento de pagar esse débito anterior dos cartórios, fazer o novo contrato, aguardando que os cartórios também se regularizem junto ao município, porque a maioria deles não tinha certidão negativa de tributos municipais. Isso era um impedimento para assinar contrato comigo e retomar a regularização. Então, por conta disso eu não tive o gostinho de no ano de 2016 entregar escritura. Mas eu não fiquei parada, enquanto isso a nossa equipe de regularização, eu quero aqui agradecer a presença da Diretora de Departamento de Gestão e Política Fundiária, a Geisa Pacheco, está ali atrás; a Taiama, que é servidora de

carreira na SEMUR, muito obrigada. Sem vocês a gente não faz nada, eu sou só maestro, quem bota a mão na massa é a equipe da SEMUR e eu agradeço. E a gente conseguiu, em campo, fazer a atualização e de boletins e dossiês de documentação dos bairros Airton Sena, 577 lotes a regularizar; do bairro Lagoinha, 200 lotes a regularizar. Iniciamos atendimento da Figura A, que nos foi doado pela União esse ano, 03 bairros já estão doados. Não deu para entregar escritura também pela cláusula restritiva da doação, que impedia qualquer movimento de regularização em ano eleitoral. Mas enfim, a Secretaria avançou. Com relação à regularização, o pedido do Resgatando Vidas, nós encontramos um processo com indeferimento de parecer jurídico, em 2014. E aí, especificamente sobre a quadra em questão, que você está falando, acho que é a 586 a quadra, do bairro Socialista, nós fizemos o levantamento não só dessa quadra, mas da situação, em campo, de todos os demais lotes. O processo está desse tamanho. No ano de 2016, por ser ano eleitoral, a gente não poderia mexer em cessão de uso. A lei proíbe qualquer doação em período eleitoral, mas a gente podia instruir o processo e foi o que nós fizemos. Nós fizemos o levantamento em campo, topográfico e socioeconômico de cada família que ocupa a quadra e estamos prontos para discutir isso no próximo ano. Na Comissão de Transição nós fizemos questão de detalhar cada procedimento para que o novo Secretário não perca um minuto sequer tentando descobrir as coisas. Então a gente vai fazer questão, até por responsabilidade e compromisso com essas famílias, que a Comissão de Transição e o novo Secretário tenha conhecimento de cada problema que afeta a comunidade para que daí para frente não se perca tempo tentando descobrir e que essa solução possa ser continuada. Então, com relação a esse caso que você falou que a terra é do município e a pessoa ganhou a posse na Justiça, isso é uma preocupação que envolve a Procuradoria Geral do Município, que aí foge da minha atribuição. É preciso que a PGM acompanhe, que a PGM esteja presente nessas audiências, que se faça presente, defendendo o patrimônio do município. E esse é o expediente que eu tenho feito junto a PGM, que ela possa buscar a medida jurídica correta para intervenção e reversão desse quadro, que aí já fugiu da minha competência. Mas com relação à instrução do processo, hoje o Ezequiel esteve conosco, ele teve acesso aos autos e ele ficou admirado do trabalho detalhado que a equipe da SEMUR fez e eu quero mais uma vez agradecer. A cidade cresceu e a SEMUR encolheu, nós temos, eu estive na SEMUR como Secretária 10 anos atrás e por obra e graça de Deus eu fui reconduzida 10 anos depois, e encontrei uma SEMUR com uma estrutura bem menor. Nós já tivemos 10 equipes de campo, hoje nós temos duas para atender toda a parte topográfica, do Ministério Público, do Estado, com todos aqueles compromissos que muitas vezes chegam com muita pessoal para o CPF do gestor. A gente tem essa mesma equipe para acompanhar e instruir todos os processos do balcão, que não são poucos, que são a regularização de interesse específico e a gente tem ainda a demanda da Defensoria Pública e do Tribunal de Justiça. Então essa mesma equipe, duas equipes atendem, e é uma das preocupações que a gente também já colocou no Relatório de Transição, para que a SEMUR possa ter uma estrutura adequada. A gente não tem sequer um fiscal fundiário numa

Secretaria de Regularização Fundiária e Habitação. A gente precisa pedir ajuda da SEMUSB, do Código de Postura, quando a gente precisa intervir em alguma área na fiscalização. Isso é muito grave, porque a resposta tem que ser rápida e a cidade precisa de atitude, precisa que o gestor se posicione e resolva as questões de conflito imediatamente, para que eles não cresçam, se consolidem e aumentem a problemática que a gente já tem aí de herança, não é? Mas então vou ficar aqui fazendo outras respostas, mas por enquanto eu espero ter atendido a solicitação de explicação de Resgatando Vidas.

O SR. EZEQUIEL SILVA - Se me permitir, Deputado. Eu quero aqui parabenizar primeiramente a Daiane, porque ela foi rápida e objetiva. Eu acredito que vai seguir assim também com os demais Presidentes. A questão aqui que eu estou a par dessa situação desde 2014, da regularização dessa área, que lá é o bairro Socialista, 51 famílias, a questão é que eu queria falar diretamente para os nossos amigos que estão aqui presentes e para as autoridades, que é algo muito complicado, Deputado Luizinho. É a pessoa, está aqui a Certidão Informativa, por favor aqui, a Certidão Informativa no nome da Prefeitura. A Prefeitura por um lado está com todo o processo regularizando, mas a pessoa Dr. Breno, o senhor que é Advogado, o Vereador também, aí tem um documento aqui que é no nome da Prefeitura o terreno, a mulher conseguiu lá, no Juiz, a posse e a Polícia veio para retirar aí eu corri lá na SEMUR consegui a certidão informativa dizendo que a área não é da mulher, está no nome da Prefeitura, mas, olha só, com o direito que ela teve do Juiz, que são muitos caos que acontecem, são os grileiros, essa palavra aqui é uma palavra forte que eu não tenho medo e eu sei que é muito forte, muito forte, não adianta dizer, porque isso são anos e anos, é um câncer na cidade de Porto Velho, é um câncer a pessoa não tem nada a ver com a área, ele vê que a área é pública a maior realidade que vai ser ouvida a partir de agora que os Presidentes vão falar, é que ele vê que a área é pública ele espera as pessoas ocupar depois de dois, três anos, ele faz aqui um documento de compra e venda aí ganha uma posse ali e tira as pessoas ou então é indenizado. Lá no bairro Universitário, se os Deputados aqui não salvassem lá, as famílias todas iam ser, se não tivesse Audiência Pública e tudo, chamasse, o cara ainda ia ganhar dois milhões e setecentos e ele não quis, a área nem dele não era, é da União ele não quis, ele quer dez milhões, me parece, uma coisa assim. Então Dr. Breno, uma das coisas que tem acontecido que nem esse caso aqui, às pessoas lá na área da Rita, está ali, que mora há 10 anos lá no Socialista, nessa área que não foi regularizada, as pessoas desse lote 273 que é da Prefeitura, estão pagando uma mensalidade para não ser despejados, estão pagando, mas não é para o dono, estão pagando para a mulher, para a grileira. E aí ela viu que foi fácil, aí tem mais um lote que já foi levantado para regularizar e ela já entrou e já ganhou o outro, aí está recorrendo, daqui uns dias chega lá o mandado de despejo está regularizando a área que depois da transição vai ser passada, vocês vão ver, e aí tem que pagar para a mulher também, tem que acabar com esse negócio de grilagem em Porto Velho. Eu não defendo e nunca eu vou defender, eu nunca vou chegar para uma pessoa: "vem aqui, invade essa área". Não vou fazer isso Deputado Luizinho, mas as pessoas já estão lá, todas as pessoas que

estão aqui já tem família que nasceu lá, crianças que nasceram lá que precisam daquela área para morar, não tem para onde ir. Muito obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado Ezequiel.

Quero passar a palavra agora a Senhora Rosângela Ferreira Lima, Presidente do bairro Jardim das Flores.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Enquanto caminha para fazer uso da palavra, quero dizer mais uma vez que Sua Excelência Sr. Deputado Luizinho Goebel, declinou de fazer parte da Mesa, ele preferiu ficar aqui. Obrigado Deputado.

A SRA. ROSÂNGELA FERREIRA LIMA – Boa tarde! Cumprimento a todos. Cumprimento o Deputado Neidson, cumprimento a Secretária Elisabete; a nossa querida Márcia Luna, o nosso Presidente da UPA, o Sr. Ezequiel; o nosso Vereador Alan Queiroz e em nome da Aparecida eu cumprimento todos os outros Presidentes de Associações, porque não é só Associações de Moradores que estão aqui, pelo que estão me passando, e em nome do Dr. Santana eu cumprimento a Mesa. Pessoal, e tenho um problema na fala, eu falo meio gaguejando, mas eu espero passar para todo mundo entender o que me interessa. Gente, há quatro anos, vai fazer, em maio faz quatro anos que a gente ocupou uma área ali ao lado Aparecida-C, lado III da Cascalheira ali, desde então a gente vem batendo uma demanda. No meio do ano a gente conseguiu tirar uma pessoa que vivia, com uma coisa, que o Ezequiel acabou de falar, que era um grileiro queria grilar, tirar a gente da terra, graças a Deus a gente eliminou esse, aí estamos vendo umas outras famílias vivendo uma situação quase idêntica. Foi uma senhora lá, está pagando, essa família está pagando em parcelas o terreno que a gente tem certeza absoluta que não é dela. Então pessoal, o que é que eu estou querendo pedir, para a Secretária Marcia Luna, o Deputado, eu não sei o nome do senhor, mas sei que o senhor representa o INCRA. O que eu estou querendo pedir? Existe a usucapião Familiar, uma área que estava abandonada há mais de 35 anos, nós entramos naquela área era despejo de lixo, era desova de cadáver, era área para estupro, era área de carros abandonados que até hoje ainda tem gente que rouba carro joga e leva para lá. Então, fazer o apelo que eu estou querendo em nome de todas as Associações que estão aqui. Faça a usucapião Familiar ser aprovado para esses tipos de áreas igual a nossa, porque a área está abandonada, os donos não vão lá, os donos não pagam impostos, a Usucapião Familiar passou de três anos, a gente está em cima, ninguém foi lá debater contra isso. Vocês sabem que existe isso, ajudem a gente a fazer isso aprovar para ver se para; quando a gente está com as nossas casinhas feita aparece um grileiro, vai lá e tira nós de cima do que é nosso por direito, que nós já ganhamos o direito de estar ali. Não é justo? Não é, mas o que é justo nesse mundo? O cara abandonou há mais de 35 anos, depois que a gente vem faz as casas da gente aí eles viram dono? Segundo passo, eu estou, tirei equipamento nessas áreas; essa é para Secretária da Escola da SEDUC, a gente tem um equipamento com a escola, eu sou Presidente de uma Associação Beneficente a Mulher vítima de espancamento,

vítima das drogas, vítima de estupro, menor que vira mãe aos 13 anos, eu mesmo sou uma vítima disso, que eu fui mãe aos 13 anos, aos 17 anos eu balançava 02 filhos, hoje eu tenho 38 anos, a minha caçula tem 20 anos. Então, eu não tive infância e praticamente adolescência nenhuma. Então, vamos trabalhar em função disso, vamos fazer aquele equipamento que eu tirei para uma escola, ser uma escola para nós trabalharmos em cima de menores, levar para escola, incentivar. Conselheiro Tutelar, nessas áreas de legalização fundiária que estão abandonados. A gente está precisando, a gente está gritando socorro, eu, inclusive tenho pouco estudo, eu não posso, eu sendo uma mulher feita, eu não posso ir para escola, deslocar à noite porque é perigoso um bandido me pegar no meio da rua e me fazer o mal. Então, um apelo eu faço para as autoridades; faça alguma coisa por nós. Obrigada.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado Rosângela. Quero convidar agora o senhor Xenofonte Ferrozil, Presidente da Associação dos Amigos do bairro Novo.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Informar também mais uma vez, que os componentes da Mesa já estão cumprimentados, aí a gente ganha mais tempo. Está bom, já, já começa objetivamente falando.

O SR. XENOFONTE FERROZIL – Boa tarde. Meu nome é Xenofonte, sou Presidente da Associação dos Moradores do Amigo do Bairro Novo; cumprimentar toda à Mesa na pessoa do Dr. Neidson e o Ezequiel também, Presidente da UPA que convocou essa reunião aqui. E as nossas demandas lá não é regularização fundiária, todos sabem que o nosso bairro já é um bairro regularizado. Mas, as nossas demandas, elas são demanda de implementos públicos coisa que, Deputado, quando da instalação de um bairro organizado, já legalizado pela Prefeitura, o qual tinha que ter desde a sua implementação, teve todas as deliberações da Prefeitura de regularização fundiária, a empresa, na implementação do bairro, vinculou nas suas propagandas, isso também tinha que ter, não sei, junto com a Prefeitura, a cobrança dos implementos públicos, que eles vincularam que teria no bairro lá: escolas, de nível fundamental e médio, creche, supermercado. Coisas que todo bairro têm que ter e ainda mais lá que o nosso bairro é afastado de Porto Velho, cerca de 10 KM mais ou menos. Então, tudo lá fica difícil para os moradores que lá residem ter acesso a essas benfeitorias, os implementos públicos. A dificuldade, por exemplo, de escolas, a maioria dos moradores ali que tem oportunidade de conseguir vaga ali, estudam ali no colégio das Irmãs, temos a dificuldade lá, até solicitei recentemente para que o ônibus que leva as crianças lá para escolas, entrar no bairro, eles não estão entrando no bairro, eles estão pegando as crianças, eles estão pegando as crianças ali na BR, tanto pegam na ida, como na volta o ônibus deixa as crianças ali na beira da BR, é um local muito perigoso, já morreu funcionários da própria empresa ali na época da construção, atravessando ali aquela BR; tanto é que foi colocado ali aquele radar, aquele radar eletrônico ali na frente do bairro Novo, justamente porque já tinha morrido uma pessoa ali. Então assim, as crianças todo o dia corre esse risco ali na hora de pegar o ônibus para ir para escola e para voltar também. Então, a gente fez essa solicitação,

felizmente ainda repassando aí para o representante da Prefeitura, o Dr. Breno, para que assim que assumir a Prefeitura, poder regularizar essa questão do ônibus para que ele entre lá no nosso bairro, pegar as crianças nas portas dos condomínios, deixando assim os pais mais tranquilos e não ficar ali na beira da BR pegando esse ônibus. Então, o que a gente coloca Ezequiel, até para encurtar um pouco a nossa palavra aqui, já encerrando, é que a Prefeitura agora nessa nova, nesse novo mandato aí possa trazer para o nosso bairro coisas que já eram para ter desde a sua inauguração, não era nem para ter autorizado a entrega das casas ali, não era nem para ter autorizado a entrega das casas antes de ter implementado os implementos públicos que era: escola, creche, supermercado. Se isso tivesse sido feito, hoje nós não teríamos essa dificuldade de está tendo de mandar ofícios para órgãos públicos solicitando uma coisa que já era para ter no bairro, como é que a Prefeitura autorizou a inauguração de um bairro sem ter lá: escola, creche, supermercado, coisas que a própria empresa prometeu na venda das suas unidades. Então, eu acho que se isso tivesse sido feito antes da venda das unidades, tanto é que lá é um bairro afastado, a gente hoje não teria que está correndo atrás da Prefeitura e nem do Governo do Estado para tentar levar para lá escola, coisa que já era para ter lá, escola, creche é a nossa dificuldade. Hoje Ezequiel, a nossa associação de moradores, eu sei que não é o caso de todas as associações aqui, é uma dificuldade, a gente tem um pequeno recurso financeiro que os condomínios repassam para a associação e com esse pequeno recurso que a gente tem, a gente mantém o bairro hoje limpo, roçado e as árvores todas podadas, coisa que se você andar na cidade de Porto Velho, você não vê, se você for lá no nosso bairro hoje, ele está todo roçado e todo podado. E isso com o dinheiro próprio, não é dinheiro do Estado nem da Prefeitura, é dinheiro da própria Associação, coisa que a gente eu venho pedindo, eu já tenho mais de dez ofícios encaminhado para SEMUSB e a SEMUSB foi meio dia de serviço lá limpar as ruas e limpou só a metade do bairro, acho que se for contar de cinco anos que esse bairro já foi entregue, a Prefeitura deve ter aparecido lá três vezes no máximo. Então, assim, nós estamos hoje abandonados tanto pela Prefeitura como pelo Estado. Então, a gente clama aqui Ezequiel, como Presidente da UPA e como Deputados e representantes da Prefeitura, se puder nos ajudar de alguma forma nosso bairro lá, as nossas dificuldades são todas essas que a gente está colocando aqui. Esse é o nosso agradecimento, eu agradeço a presença de vocês aí e o convite. Obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado Xenofonte. Eu vou passar a palavra à senhora Márcia Luna, para resposta.

A SRA. MÁRCIA LUNA – Olha essa colocação é muito importante, com relação ao que foi entregue e a responsabilidade de continuar. Para vocês terem uma ideia todos os empreendimentos Minha Casa Minha Vida, o FNHIS que a Prefeitura entregou nenhum deles tem habite-se, nenhum deles contribui com IPTU, ninguém se preocupou em terminar a entrega para fazer o cadastro daquilo no município e poder gerar receita para pagar serviços. Essa semana, eu quero agradecer o Vereador Alan Queiroz, foi à primeira vez que foi

encaminhada para Câmara de Vereadores um documento oficial de doação de empreendimento do Programa de Fundo Nacional de Habitação Interesse Social para a Câmara, para que o Prefeito possa formalmente doar essa casa para o beneficiário, foi o FNHIS7, 70 casas que nós entregamos, e nós queremos pela primeira vez dar um documento jurídico de posse para quem recebeu a casa. Isso nunca foi feito, o que se entregava para o beneficiário, era um termo de adesão ao programa que não quer dizer absolutamente nada, que não registra esse cadastro em lugar nenhum, que não aprova habite-se, que não recebe sequer correspondência em casa. Então, agora, o nosso procedimento como SEMUR mudou, nós temos obrigação de aprovar uma Lei que possa deixar o Prefeito doar aquela unidade, automaticamente o cadastro gera uma matrícula, ele é inscrito no cadastro do município, ele passa a ser contribuinte, eu tenho a numeração predial, cria um CEP para aquele empreendimento, e a partir daí ele é um cidadão de bem que recebe sua correspondência em casa, ele existe no cadastro do município, ele existe no cadastro dos correios, isso é inédito. Com relação ao Bairro Novo, dentro da SEMUR existe uma divisão de aprovação de loteamento que vai conferir se a quantidade de área pública, de equipamento urbano está garantida no loteamento, a quantidade de área circulação, de área verde e de área de preservação ambiental. Essa fiscalização é feita desde início do empreendimento até o final, e no final ele recebe autorização de execução de empreendimento e aprovação do loteamento. Entretanto habitação é uma política estruturante, ela mexe com limpeza pública, iluminação, água, esgoto, transporte, toda a vida do cidadão, a segurança está intrinsecamente ligada à habitação, e a gente, não consegue acompanhar as outras agendas, com as outras secretarias. Existe uma matriz de responsabilidade para implementação dos equipamentos públicos, mas a partir daí quando a gente faz o pacto com as outras secretarias, a gente não perna para acompanhar o que aconteceu, a gente se garante que aprovação do loteamento se deu garantindo o direito de instalação do equipamento público com a reserva dos lotes. Então, assim para a próxima gestão fica o recado de que o segredo já que a habitação é estruturante, é difícil fazer essas políticas caminharem juntas, de ter realmente intrinsecamente ligada todas essas políticas para que o cidadão, ele receba esse retorno de forma completa e não parcialmente, a gente sabe de todo problema que isso gera.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Passar a palavra ao senhor Wilton Campos, Professor de Artes Marciais do Orgulho do Madeira.

O SR. WILTON CAMPOS – Boa tarde. Obrigado a Casa, obrigado Presidente, obrigado Senhor Deputado, seus líderes políticos. Meu nome é Wilton, sou pastor, sou ministrante da palavra de Deus, trabalho em Centro de Recuperação, sou voluntário em ação social, não ganho apoio nenhum de igreja nenhuma, de ação política nenhuma e nem de Governo e nem de Prefeitura nenhuma. Eu vi aqui falar sobre o Orgulho do Madeira, aonde os traficantes têm oportunidade, aonde os poderes políticos não têm de fazer investimento em filhos, em crianças e jovens, aonde nossos Poderes políticos estão preocupados com a administração de uma cidade que não está

tendo administração. Eu, esses dias eu fique até 4 horas da manhã acordado, vi uma criança de oito anos de idade fumando maconha, a sua mãe chorando enquanto o traficante tem tempo de abraçar o filho dela e ela tem medo de se aproximar, por que ela pode ser reprimida por uma arma. Hoje a sociedade brasileira está calada tem medo de se pronunciar, porque a força maior do tráfico esta sendo muito mais forte do que uma ação política, enquanto houver partidos de divididos em partidos políticos nunca vai haver união. O Orgulho do Madeira vai se habitar, dez mil famílias não tem um Posto de saúde, não tem uma Escola, porque aonde a administração política se preocupou apenas de mostrar sua propaganda política como uma execução do seu trabalho, achando que foi um dever cumprido. Não senhores, eu dou aula para 75 alunos numa quadra de esporte no escuro, não cobro um centavo, trabalho com o maior orgulho do mundo, porque o homem sábio não é aquele que vai atrás de benefício próprio, mas sim que usa a sua inteligência para o próximo, sem interesse. Eu gostaria que os poderes políticos, representantes políticos aqui desta Casa junto com o representante do nosso novo Prefeito da administração dessa cidade, não que a cidade fosse submissa a ele, mas sim ele ser submisso ao ouvido da nossa cidade. Muito obrigado pela oportunidade, tenho poucas palavras, a população está abandonada. Eu não sei se minhas palavras vão ter manifesto diferente em ouvidos ou no coração de cada um aqui, como muitos já vieram, muitos e não foram correspondidos. Muito obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Passar a palavra ao Dr. Luiz Fernando, representante do bairro Orgulho do Madeira também.

O SR. LUIZ FERNANDO – Quero cumprimentar a todos com uma boa tarde aqui que se faz presente aqui nessa Casa. Nós temos ali um Conselho de Sindico aonde a Prefeitura, o Governo do Estados resolveu entregar aqueles empreendimentos aonde cada residencial ali tem 16 blocos, outros tem 12, com 16 apartamentos por bloco. Estamos ali em família de diversas culturas, diversas diferenças entre religião e tudo mais, e vimos ali pessoas que da enchente, pegou as pessoas da época da enchente ali, a atual gestão, hoje, fizeram o trabalho, pegaram e colocaram as famílias lá, tiraram do Nacional, tiraram do Triângulo, enfim, aonde a enchente abrangeu, pegaram aquelas pessoas e colocaram lá dentro do Orgulho do Madeira, foi muito fácil. Está de parabéns, pegaram só colocaram lá, não fez nenhum acompanhamento, assistência social, psicólogo, médico, escola, educação, só pegaram as famílias e jogaram lá. O nosso interesse como os síndicos, como o Conselho Fiscal, nós temos que estar correndo atrás, atrás de que? De parceria lá dentro do empreendimento como o Ezequiel, como o professor que está lá fazendo o seu trabalho, um trabalhão que está de parabéns, como ONGs, porquê? Porque a atual gestão colocou as familiares lá. Os jovens lá passam o dia fumando drogas, essa é a realidade. Uma sociedade que está crescendo e o crime vai aumentar. Eu peço aqui que quando emendar lá, eu peço aqui perante todas as testemunhas que estão aqui, eu estou vendo o bando do Brasil lá dentro juntamente com a empresa contratada Direcional, fazendo as vitórias para que o ano que vem ele já se prepara para entregar

aqueles restos dos empreendimentos, vão se instalar lá dentro mais de vinte mil famílias aproximadamente. Eu peço aqui que não entregue sabe por que? Por que não organizaram nem os que estão lá dentro e vão entregar aquilo lá por que? Não organizaram, não entregaram escola, não entregaram nada. A escola que tem lá perto Jesus de Nazaré, o Padre falou que devido a Prefeitura não está cumprindo com o contrato, eles vão fechar e não vão dá mais aula, sabe qual é a escola mais perto que a gente tem lá hoje? E as outras escolas que tem lá, mais não abrem vaga? É ali o Jânio Quadros ali que as crianças saem a pé, andam mais de 6 quilômetros a pé, cruza por dentro do Mariana ali na ponte ali, onde há um córrego, que tem uma ponte de madeira, que se a criança descuidar ela cai lá embaixo e vão lá a pé estudar, porque os pais têm que sair para ganhar a vida, só que a prefeitura a atual gestão e atuais políticos foram lá pedir os votos, onde é que estão quem deveria estar lá para ajudar a gente? Onde é que estão essas pessoas? É muito fácil você pegar as famílias lá dos alagados, pegar os jovens que estão sem estudar lá, mente vazia é como o ditado popular diz é oficina do diabo, e os traficantes, a pressão maior hoje que eu sofro dentro do Orgulho do Madeira é que os traficantes pedem a minha renúncia porque os traficantes querem financiar, só para ter uma ideia é um trabalho tão bem feito assim, o mal trabalho mas digo assim organizado que eles querem unificar as quadras em tráfico, se não fosse o 5º Batalhão da PM, a Sargento Braga, Gleice, se não fossem eles nós estaríamos completamente jogados no mundo dos bandidos.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado Luiz Fernando. Quero convidar para fazer uso da palavra a Sra. Márcia Luna.

A SRA. MÁRCIA LUNA – Olha gente, o Orgulho do Madeira é tão sério o problema que dava só esse assunto uma audiência pública e ia ser o dia todo para discutir o problema, e aí eu vou falar não como Secretária, mas como cidadã. Eu acho inadmissível um empreendimento de quatro mil unidades vertical na Amazônia, não precisamos disso, nós temos muita área, nós temos condição de fazer condomínios de casas, nós se fizermos vertical que seja no máximo 500 unidades, inclusive essa proposta foi passada na última conferência do município, ela foi aprovada, ela vai ser levada para a Conferência Estadual e vai ser levada para a Conferência Nacional. Nós da Amazônia não aceitamos modelos impositivos de cima para baixo como aconteceu no Orgulho do Madeira. Nós precisamos aprovar nossos projetos aqui primeiro, discutir com a nossa população que modelo que nos serve, que modelo que a gente quer para a nossa vida, com certeza não será um empreendimento de quatro mil unidades com toda dificuldade de administração que isso tem. Cada obra federal obrigatoriamente destina de 3% a 5% do valor da obra para uma coisa chamada Projeto Social. Projeto Social é exatamente para o acompanhamento e monitoramento pós entrega, não é entregar a chave e dizer 'te vira, vai à luta', não. A obrigação do poder público é acompanhar pelo menos seis meses dando cursos profissionalizantes, acompanhando com instrução de saúde ambiental para as famílias, de como usar o vaso sanitário, de como aquela tubulação de esgoto funciona, o que pode jogar e o que não pode, aquela água é medida no hidrômetro, ela vai ter um custo adicional para as famílias. Aquelas famílias não pagavam

água, não pagavam energia e agora tem que pagar até condomínio, muitas vezes. Então toda essa readaptação é prevista numa coisa chamada Projeto Social, a prefeitura executa o Projeto Social de 10 empreendimentos novos, o Porto Madeira I, II, III, IV, V, o Porto Fino e o Porto Belo I, II, III, IV, o Orgulho do Madeira não está com a prefeitura por quê? Por que o proponente desse recurso é o Governo do Estado, essa obra foi contratada pelo Governo do Estado ao Governo Federal, a prefeitura apoiou na seleção das famílias, mas a prefeitura tem responsabilidade com os equipamentos comunitários. Existe uma matriz de responsabilidade que prevê escola de ensino fundamental, escola de ensino médio, posto de saúde e CRAS. O Governo do Estado se responsabiliza pela escola de ensino médio, o restante é da prefeitura, e isso também ficou em atraso. O que nós conseguimos avançar nesse um ano e nove meses que eu estive na SEMUR? Nós fizemos a tratativa com o Banco do Brasil, ele devia ter feito o chamamento público antes quando a obra estava no começo, tinha que ter feito uma licitação e tinha que ter licitado esses equipamentos para quando a obra terminasse junto inaugurar os equipamentos, isso não foi feito. Esse recurso é recurso do FAR, existe 6% do recurso para construção dessas unidades, não é falta de dinheiro, foi falta de organização. Então esta semana antes de deixar o cargo eu consegui através de tratativas com a Secretária Nacional de Habitação definir, já que o Banco do Brasil é novo no negócio, não tem expertise para fazer chamamento público o Governo do Estado vai fazer o chamamento público, a prefeitura já assinou as cartas de anuência dando autorização para o Governo do Estado licitar tudo de uma vez, a gente vai contratar esses equipamentos públicos e depois de pronto eles vão ser doados para a prefeitura, porque o recurso nem é do Estado e nem é da prefeitura, é recurso do FAR – Fundo de Arrendamento Residencial. Então assim, tudo feito em atraso, a população realmente fica numa situação difícil. Com relação a segurança pública também a gente noticia o tempo todo todos os casos de invasão nas unidades habitacionais que o Banco do Brasil tem que retomar o imóvel imediatamente, após saber que a unidade foi invadida é obrigação do agente financeiro que toma conta do empreendimento fazer a retirada do invasor, isso não tem acontecido e eu me preocupo até se existe hoje um monitoramento de saber quem está ali porque foi beneficiado e quem está ali porque invadiu, talvez esse controle nem exista mais. Então eu acredito que esse assunto dê uma audiência só para isso, com o Governo do Estado, com a Prefeitura junto, com o Banco do Brasil presente, para que a gente possa realmente assumir um compromisso de apoio a essas famílias. E realmente você tem razão, em 2017, faltam 1.900 beneficiários que já estão com os seus cadastros aprovados no Banco do Brasil, esperando a entrega, isso com certeza vai agravar a situação de quem já está lá. Obrigada.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Passo a palavra ao senhor João Marcos Felipe, representante do Subchefe da Casa Civil.

O SR. JOÃO MARCOS FELIPE – Boa tarde a todos, meu nome é João Marcos, eu represento aqui o Secretário Subchefe da Casa Civil, o senhor Waldemar que está em viagem. A Secretária Márcia tem razão, existem vários problemas com relação ao

empreendimento Orgulho do Madeira, e eu tenho presenciado na Subchefia, na Casa Civil na realidade, várias reuniões que aconteceram nos últimos 15 dias, tratando justamente da questão da segurança naquela localidade. Estão sendo treinadas algumas pessoas que vão fazer todo o monitoramento e todo um levantamento dentro do empreendimento. Isso deve acontecer agora nos próximos dias, eu não tenho detalhes, porque não participei dessas reuniões, mas sei de suas existências, porque estava na sala logo ao lado. O grande problema hoje, um dos grandes problemas hoje, realmente que tem muitas unidades, várias unidades que foram invadidas e como a Márcia falou, o Banco do Brasil não tem tomado algumas providências de reaver esses imóveis, certo? Esse é um dos problemas que vai ser. Esse levantamento, Márcia, que você falou, estará sendo realizado agora nos próximos dias. A SESDEC está sendo acionada constantemente com relação a isso e tem todo um planejamento de ação dentro do empreendimento que deve acontecer nos próximos dias. Infelizmente, como não eu participei dessas reuniões, eu não tenho os detalhes, mas o Estado de Rondônia está ciente do que está acontecendo e está tomando as providências.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado. Quero passar a palavra agora para a senhora Aparecida Souza, Presidente do bairro Aparecida.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Agradecer a objetividade das pessoas, parabéns. Nós temos ainda muitos inscritos, está bem? Dentro daquele tempo determinado.

A SRA. APARECIDA SOUZA – Boa tarde a todos. Eu sou Aparecida, alguns aqui já me conhecem, a bancada que votaram também, alguns aqui já me conhecem. Gente, o que eu venho falar aqui é uma doença generalizada aqui no Estado de Rondônia, que é habitação. Essa aí tem dado dor de cabeça para muitos, principalmente para aqueles que estão na área de risco, cai, não cai, hoje cai, não vai ser amanhã. E o bairro Aparecida, infelizmente, tem passado por isso, é uma luta constante, nós já estamos quase 05 anos nessa luta. E graças a Deus, que o bairro Aparecida era dividido em 03 etapas: "A" "B" e "C". O lado "A" não consta matrícula, portanto o município ficou de dar o Decreto ainda este ano, o lado "A". O Prefeito já deu a palavra que estaria fazendo até o final de dezembro, amém. Mas a luta minha hoje, e da comunidade, é o lado "B". No lado "B" consta matrícula, é a mesma dona, mas consta matrícula, e ela vem lutando na Justiça para nos tirar, dali, daquele local. Inclusive, quero convidar aqui vocês, amanhã o Desembargador Isaias Fonseca, estará fazendo uma vistoria no bairro, e isso para mim é muito importante. É difícil isso acontecer, um Desembargador se deslocar do seu recinto de trabalho para visitar um bairro, e já está caminhando, peço aqui às autoridades aqui presentes que se quiser fazer mais números para nós, para nos ajudar nesse momento, é muito bom. Esse momento que ele vai passar é para ver realmente como é que está à situação do bairro. O bairro hoje tem 1.500 famílias, 1.500, um investimento muito alto. Agora imaginamos nós, que não estamos dormindo, vir cair um bairro desses, de tão tamanho investimento hoje. A dona Márcia aqui sabe da

nossa luta, o Ezequiel, o Doutor Breno que esteve numa reunião mês passado lá, representando o Prefeito, que o Desembargador também venha chamar muitas autoridades para estarem presentes. Ele tem se sensibilizado com a área, com a situação do bairro, porque todas às vezes ele fala: "olha, tem que ter uma situação, tem que ter um fechamento nessa negociação". O que a mulher quer? Uma negociação. Ela quer negociar a área, para nós é bom. Os moradores querem negociar, eles querem comprar, eles não querem de graça, mas a dona da área não quer fazer adiantamento conosco, ela quer apoio das autoridades, que venha alguém, tipo assim: um avalista, para vir dar o seu nome, para que o morador venha pagar para esse terceiro. É o que eu venho lutando e não tenho conseguido achar essa pessoa, achar esse anjo que venha fazer isso por nós. Acabou meu tempo aqui, mas eu quero deixar uma coisa para vocês, venha nos ajudar, a Casa aqui tem sido sensível conosco, graças a Deus, na segunda quinzena de fevereiro, vão estar sentados todos os Deputados e disse que vai resolver a nossa situação. E desde já eu venho agradecer a todos os Deputados por essa força que está nos dando, que eu tenho que os senhores precisam de nós e nós dos senhores, e unidos a gente faz acontecer. Obrigada.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Quero convidar agora a Solange Gomes, Presidente da Feira Livre.

A SRA. SOLANGE GOMES – Boa tarde a todos que se encontram aqui presentes. Quero cumprimentar a todos os componentes da Mesa. Fico feliz de ter um Vereador aqui, nosso Vereador Alan Queiroz. Eu acho que o meu maior recado aqui, pelo que eu pude ver a minha demanda é diferente de todos os meus colegas aqui. Eu sou a Presidente dos Feirantes de Porto Velho, uma das maiores categorias, eu acho, que de trabalhadores que nós temos na rua e totalmente abandonados pela nossa administração pública. Então eu acho que o meu recado também seria para o Breno, o nosso representante da nova administração. E eu costumo dizer que quando no melhor do sono de todo mundo, nós feirantes acordamos as 04:00 horas da madrugada para colocar café na garrafa, cortar gelo para colocar na garrafa, tirar nossos filhos da cama quentinha para ir para o relento da madrugada, dormir dentro de um carro, debaixo de uma banca, debaixo de sol, debaixo de chuva, onde hoje nós não temos estrutura, não temos segurança, não temos água, não temos energia. Nossas ruas das feiras livres fazem vergonha, todas são esburacadas, não temos sarjeta para correr água, não podemos caçar um tênis para trabalhar, porque a água da no meio da canela. Então, gente, eu gostaria de dizer para vocês que nós trabalhadores da feira merecemos respeito. Então nós esperamos isso da próxima administração. Nós estamos cansados de só sermos enxergados em épocas políticas, que Prefeito entra dentro da feira e repara nossos filhos dormindo debaixo das bancas, nossos filhos dormindo dentro de carro, mas quando ganham, esquecem, vira as costas para nós. Então são essas as minhas reivindicações. Hoje vocês vão dentro da feira livre na capital, Porto Velho, que era para dar bons exemplos, você vai dentro do município, as feiras são organizadas. Você vem dentro da capital, é uma porcaria. Desculpa pelo que eu vou falar, mas nós temos hoje 21 Vereadores, nós temos aí a Assembleia que

eu sei que não é a nossa área, mas pode dar um empurrão, pode ajudar, entendeu? Essa é a minha reivindicação, porque, para que a gente possa ser enxergada, nós somos pais de família, nós somos trabalhadores, merecemos respeito. Nós somos pagadores de impostos como quaisquer outros. Então é isso, Alan, nós precisamos também mudar uma lei que foi feita em 2012, que só dá direito ao município, para os trabalhadores só restou sabe o quê? Punições, obrigações e deveres. Nós chegamos dentro da feira, o container de lixo é colocado 04 dias antes. A feira, a primeira da semana é terça, eles colocam no sábado. Ai eu pergunto senhores: tem condições de nós trabalhadores pegarmos um container desse limpo, higienizado e seco? Não. A gente chega lá, ele está superlotado. Quando nós saímos da feira, nossos lixos ficam na rua. Ai, os que passam, falam: – olha aí o bando de seboso, imundos, como é que deixam a rua. Mas a culpa não é nossa, está na administração pública em primeiro lugar. Então eu acho que nós temos uma lista, uma relação para que seja colocada em pauta para que as coisas possam andar e caminhar da maneira correta. Precisamos de container de lixo um dia antes da feira, retirado após o término da mesma; precisamos de banheiro químico, que nós não temos, é vergonhoso isso; precisamos de todas essas questões que eu coloquei em pauta. E fica aberta para que eu possa conversar com o atual Prefeito, com o Breno, com todas as pessoas que estejam dispostas a nos ajudar, gente. Então essa é a minha reivindicação, meu obrigado para todos. Eu espero que possa ter uma melhoria na minha categoria.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado, Solange. Quero convidar agora Alex Santiago, representante do bairro Monte Sinai.

O SR. ALEX SANTIAGO – Boa tarde a todos. Quero agradecer o Ezequiel pelo convite, ao representante do Prefeito que não está aqui presente. Eu queria falar com ele mesmo, também. Quero falar que o Monte Sinai existe há 06 anos e sempre foi esquecido pelas autoridades. E agora, na nossa gestão a gente está fazendo um bom trabalho. Eu sou muito cobrado pela comunidade, principalmente na questão da regularização fundiária. Já estive com a Dona Márcia Luna esses dias atrás, outros dias atrás, já conversei. Eu queria saber o porquê o Monte Sinai não é visto mais. O Monte Sinai está praticamente parado. A gente quer saber o que está acontecendo no Monte Sinai. A Eletrobras chegou ao Monte Sinai colocou posteamento e parou. A gestão do Dr. Mauro fez um bom trabalho lá e já parou de novo, não está fazendo mais o trabalho que é para ser feito. Então eu quero saber como é que a gente vai fazer e o que é que vocês têm a falar para nós sobre a Regularização Fundiária no bairro Monte Sinai? Estamos sofrendo muito na questão de não poder comprar nada porque não tem CEP, somos praticamente esquecidos. Então, eu quero também fazer uma pergunta para o representante do Prefeito, se ele vai dar continuidade ao trabalho que foi parado pela gestão agora? Muito obrigado gente.

A SRA. MÁRCIA LUNA – Olha, o Monte Sinai é uma ocupação em área privada na Zona Sul, de propriedade do Paraguassu, já falecido, que antes de falecer abriu negociação com os

ocupantes da terra e logo em seguida foi aberto um inventário que foi realmente um empecilho para a continuação das negociações. Então a Prefeitura ela pode acompanhar essa negociação através da conclusão do inventário, antes disso por ser área privada nos impede de atuar como polo ativo na questão. Com relação à Eletrobras a SEMUR apoiou a Eletrobras fazendo levantamento de topografia de todas as áreas. A princípio a gente se posicionou favorável a fazer apenas de onde pertencesse ao município, porque eu não posso dar anuência de uma coisa que não é minha, mas depois a Eletrobras falou que queria topografia, inclusive, das ocupações em área privada que ela se responsabilizaria pelo posteamento já que o recurso estava lá para a eletrificação e para combate a fraude. Então o Prefeito autorizou e a gente fez o levantamento de todas as áreas independente de ser área do município ou de ser área privada de litígio ou não. Feita a topografia a SEMUR mandou para a SEMTRAN que definiu o alinhamento dos postes era uma contribuição do município para a Eletrobras no Programa deles Luz para Todos. Então assim, a gente não sabe responder para você se a Eletrobras concluiu ou não e porque parou. O que eu sei dizer é que a nossa parte nós fizemos, agora com relação ao acompanhamento do inventário e ao litígio na área privada a gente vai precisar também de apoio da Defensoria para isso já que a gente não pode atuar diretamente por não ser área do município.

Alex.

O SR. ALEX SANTIAGO – Pois é. Mas, depois que foi feita essa topografia todinha pela Prefeitura, ...

A SRA. MÁRCIA LUNA – Pela SEMUR.

O SR. ALEX SANTIAGO – Pela SEMUR, a gente ficou esquecido porque não tem pressão na Prefeitura em saber, algum fiscal em saber se já concluíram a parte da Eletrobras, eles simplesmente autorizaram e não foram mais.

A SRA. MÁRCIA LUNA – É porque era uma Cooperação Técnica nossa, entendeu, não é? Então a gente não tem como pressionar a Eletrobras a fazer ou não. A gente combinou que a gente faria a nossa parte que era a topografia a partir daí ele faria a eletrificação e a gente não tem assim, força para ir buscar esse compromisso porque esse compromisso é no Programa Luz para Todos, não envolve a Prefeitura, ele pediu parceria, a gente deu a parceria e fez a topografia.

O SR. ALEX SANTIAGO – Tudo bem. Foi acertado também que a cada seis meses iam fazer a limpeza do córrego, o mato já está crescendo demais, já tem quase dois metros de altura e eu fiz um pedido juntamente na SEMUSB com o Secretário Eduardo e na SEMOB para fazer limpeza porque só lá que tem uma PC e até hoje não tive resultado, já tem um mês que a gente está esperando e não dão respostas para gente de nada.

A SRA. MÁRCIA LUNA – Isso aí eu me comprometo com você para levar à SEMUSB. Essa sua reclamação vai chegar à SEMUSB.

O SR. ALEX SANTIAGO – Pois é, nos prometeram também na rua, na via de ônibus porque não tinha, fazer toda a drenagem e a limpeza e hoje eu estive com alguns moradores eles estão reivindicando e brigando por essa causa, a linha de ônibus que é principal.

A SRA. MÁRCIA LUNA – A linha de ônibus. Está anotado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Eu vou pedir ao Alex, que o Dr. Breno, ele fale ao final da segunda fala do Monte Sinai que é o Antônio Lúcio Monteiro, Presidente do bairro Dilma Rousseff.

O SR. EZEQUIEL SILVA – Eu queria desde já agradecer a colaboração aqui do Dr. Breno e do Vereador Alan Queiroz que possam fazer um resumo do que vocês ouviram e nós temos algumas falas, ainda cinco falas após aqui o nosso amigo representante do bairro Dilma Rousseff, que vocês fizessem uma análise que vocês anotaram até aqui, e dizer diante mão que a partir de janeiro vai ter ali um momento ali, mas até março, passar logo para o nosso Presidente, de tudo o que foi falado aqui nós vamos fazer um resumo pela Diretoria das UPAs e vamos encaminhar a partir do ano que vem para cada, pedir orientação do Vereador, do Deputado, para nós encaminharmos as demandas, certo? Pela Ata que está sendo feita hoje aqui de todo mundo que está falando e vai falar e nós vamos cobrar, está bom? Não vai ficar apenas nesta Audiência, já vamos pedir o apoio, desde já eu quero agradecer a todos que vão permanecer, depois só vai ter mais quatro pessoas para falar e vamos agora aqui ouvir o nosso representante do Dilma Rousseff.

O SR. ANTÔNIO LÚCIO MONTEIRO – Boa tarde a todos eu queria dizer que o Sr. Antônio cedeu à palavra para mim porque ele está um pouco gripado, está meio ruim da garganta. Bom, em primeiro lugar, eu nem estava contando que a Secretária da SEMUR estaria aqui nesta reunião. Mas, como ela veio, vou aproveitar que ela esteja aqui e cobrar dela, que ela conhece, ela sabe o quê que eu já vou cobrar. Nós tivemos uma reunião junto a ela, lá na SEMUR, conversamos, combinamos tudinho e ficou firmado dela dar para gente um mapa do nosso bairro. Porque ela mesmo em Ata afirmou que parte do Bairro Dilma Rousseff, é propriedade particular e sendo que o Governo do Estado quando veio derrubar as casas, ele não derrubou a área dele, derrubou também área particular, se é isso que ela quis dizer. Porque, até onde nós sabemos, Monte Sinai, o que divide o Monte Sinai do Dilma Rousseff é só a Rua Portugal. O bairro Dilma Rousseff estava todo ocupado, todo, até chegando na Portugal. Aí, eu fui corri atrás; o advogado que têm, o único advogado que tem esse mapa, porque até, eu queria até que estivesse presente aqui o Deputado Ribamar Araújo, mas ele não está, ele, ficou firmado dele dar para gente, conseguir para gente há dois meses e um dia atrás, até chegou já no final da reunião, ficou o compromisso dele de pedir ao INCRA, que conseguisse esse mapa, que a gente mesmo tirasse do nosso bolso e pagasse a topografia, para nós tirarmos a dúvida, para nós tirarmos as nossas dúvidas. Porque mesmo que depois; ah, não é, é. Mas, se nós tirávamos isso da cabeça.

Mas, enquanto a gente não conseguir esse mapa, essa dúvida vai ficar no ar. Certo, Secretária? Esse mapa foi pedido no dia 06/05/2016 e quem sabe até o final do mandato aí da gestão atual, a gente consegue. Mas, vamos passar isso aí. Eu queria dizer também aqui rapidamente para a Presidente, resgatando vida, a Daine; que a questão que você falou lá, você passou para o pessoal aqui; se o Edgar do Boi, cumprir com o que ele me falou, não foi só uma e nem duas vezes, não vai ser só o bairro de vocês não; vai aparecer muita coisa, muita coisa mesmo, pode ficar esperta que não vai ser só isso não. Muito bem, o nosso bairro Dilma Rousseff, ele é um bairro que foi destinado a ETE Sul, certo? Aí, quando foi destinado, ele foi, aquela área todinha foi destinada para construção para uma estação de tratamento de esgoto, certo? Veio recurso de fora, inclusive eu acho que, parece que os Deputados pediram ajuda nesse recurso. É verdade isso, não é? Inclusive eu queria até dizer, que é bonito, foi bonito da parte dos Deputados tentar ajeitar o saneamento básico de Porto Velho, é muito importante isso, não só em Porto Velho como em todo lugar. Mas, vocês pensaram num lado e esqueceram o outro, vocês arrumaram dinheiro, vocês conseguiram dinheiro junto ao Governo Federal, conseguiram na primeira etapa se eu não me engano, foi novecentos milhões, dinheiro foi, voltou, só ficou setecentos. Depois o dinheiro foi, voltou, só ficou quatrocentos e oitenta e pouco. E aí nessa briga, o dinheiro foi indo, foi sumindo, foi sumindo. Só, que nenhum, eu creio que nenhum, antes desse dinheiro vir para fazer esse saneamento básico, eu queria saber qual dos Deputados que foi observar a área? Foram olhar a área, foi ver se tinha gente morando na área. Porque só no processo, foram 400 pessoas, 400 famílias aprovadas, 400 famílias aprovadas e 111 famílias negativada Deputado. Então, 400 com 111, dar 511 famílias. Fora as famílias que não quiseram nem conversa, se tiraram por conta própria. Mas, tudo bem, quanto a vocês a gente perdoa. Mas, o principal de tudo é a Câmara de Vereadores, porque essa área ia ser feita essa estação dentro do município de Porto Velho, vocês têm que resolver também em Rolim de Moura, Cacoal, Ji-Paraná, vários municípios, mais a Câmara municipal de Porto Velho. Eu não tive acesso ao papel, mas me falaram, me falaram, eu queria até pedir para o Alan Queiroz, vereador, se ele pudesse pegar esse papel, uma cópia e passar para gente eu ficaria muito agradecido. Que para ser construído uma obra dentro do município, principalmente uma obra de grande porte desse, têm que vir a assinatura dos vereadores. É verdade? É verdade, então tá. Agora, eu queria perguntar para o senhor, se o senhor lembra dessas assinaturas e o senhor recorda de quantos vereadores assinaram e de quantos não assinaram? É só na Prefeitura. Então, quer dizer, que a Câmara não aprova nenhuma obra? Não passou. Ah, pois então me falaram errado. Porque me falaram que os 21 vereadores tinham assinado essa obra para ser construída. Eu falei: eu não acredito que de 21 vereadores, nenhum veio ver o local onde seria construído uma obra de grande porte desse. Porque uma obra de primeiro momento, quase um bilhão de reais, que a primeira vez veio novecentos e oitenta e pouco milhões. É muito dinheiro para nenhum dos 21 vereadores ir até o local, observar, ver se dava para construção dessa ETE, eu acho assim meio estranho. Mas, tudo bem, o senhor disse que foi passado só pela Prefeitura, eu até concordo, até concordo, porque o Prefeito é do mesmo

lado do vice, dar para gente entender porque. Então, eu queria só dizer para vocês, o Governo do Estado, ele pediu a terra, tudo bem, até aí tudo bem, só que nunca fez, nunca cumpriu com que ele prometeu para os moradores, com o que estava no acordo. Já se passaram um ano e sete meses, foi feito esse acordo no mês cinco de 2015, já se passaram um ano e sete meses até agora nada, nem área não mostraram, nem área e agora até estão cadastrando o pessoal no cadastro único, ninguém sabe para que, ninguém sabe para que porque essas pessoas que recebem benefício do Governo, eles não poderiam estar sendo cadastro no auxílio, quem recebe auxílio aluguel, não poderia estar no cadastro único, porque cadastro único é para ser contemplando na Minha Casa Minha Vida, a casa deles, eles tinha o que eles estavam reclamando era só isso, era somente o local que eles estavam morando. Tinha pessoas ali com cinco, seis anos, tinha pessoa que passou a barragem todinha, começou lá da rocha terminou a barragem conseguiu, do mesmo jeito que ele construiu a barragem, ele construiu a casa dele mês após mês, mês após mês. Então, assim até hoje não foi nenhum vereador lá, não foi nenhum Deputado, não foi ninguém é só a gente e a Defensoria Pública, é só a gente e a Defensoria Pública, a gente queria uma solução. Eu não estou falando aqui, não pelas pessoas que saíram, não estou falando, eu quero uma solução para as pessoas que lá estão, porque se eles quisessem construir alguma ETE, alguma coisa, a área dava, dava para construir ETE, e o povo ficar no local. Porque a área que eles queriam construir a ETE, eles colocaram container lá dava para construir duas ETES porque o engenheiro foi lá e olhou toda a área e disse: se eles quiserem duas ETES aqui, eles constroem, e para que eles querem essa área toda? Até o próprio engenheiro questionou, eu falei: ah! Meu senhor, aí ninguém sabe. Agora, nós vamos ter um estudo que foi pedido junto há dois meses e um dia, agora a UNIR vai fazer semana que vem ela fazer, inclusive os professores, eu creio que eles vão entrar em contato com a secretária Márcia, porque nós já conversamos lá na Defensoria, então, eu acho que eles vão entrar em contato com eles. Outra coisa tem outra questão mais importante, o pessoal está falando muito de segurança é verdade, nós viermos aqui para a Audiência Pública, mas não veio a quantidade de gente que queria, porque não pode sair um bairro inteiro, durante o dia, durante o dia se ver as portas fechadas, os marginais vão por trás querendo arrambar as portas de dia, então, nós viemos a metade, ficou outra metade vigiando o bairro. Aproveitar que os Deputados estão aqui pedir, pedir que o policiamento faça vistoria com mais frequência, não só no Dilma Rousseff, mas também no Monte Sinai, porque os dois bairros estão ali juntos coladinhos, um do lado do outro. A questão da regularização fundiária, eu vou deixar para uma audiência lá na Câmara dos Vereadores, eu vou deixa lá porque essa questão já está quase resolvida. A minha cobrança maior é essa, primeiramente do mapa porque mesmo, mesmo que não sirva de nada, eu sou do tempo que a palavra do homem é a palavra do homem, o homem, quando a gente diz o homem ou a mulher, o Fabrício, vem enrolando a gente, a secretária foi, assumiu todo compromisso, eu falei, agora vai. Então, assim, essa questão do mapa para nós fundamental, se ela puder nos ajudar, e Vossas Excelências Deputados, porque todos os candidatos só vão lá a tempo de política, só vão lá a tempo de política, eu queria que vocês não fosse, não tivesse jeito, mas

mandasse um assessor, procurasse a comunidade, que lá tem uma associação, lá tem o Presidente, é só chegar perguntar quem é o Presidente do bairro que a gente vai chegar, vamos sentar, vamos ver as dificuldades, vamos ver em que vocês podem ajudar a gente. Tudo que vem em benefício do povo, da comunidade é bem-vindo, tudo que vier para ajudar a sociedade lá será bem-vindo certo. Muito obrigado, e se a Márcia pudesse dar a resposta eu ficaria grato.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado Antônio. Só para informação acho que o senhor está um pouco desinformado, nós estivemos lá, o pessoal do bairro Dilma Rousseff, veio aqui no dia 02 de fevereiro, nós temos aqui provas concretas que estivemos lá no bairro, tanto eu como o Deputado Jesuíno Boabaid, o vice-Governador, a equipe do Governo, estivemos em audiência também com o juiz Dr. Dimis, que é o Juiz Federal e tudo isso já, várias vezes estivemos nos bairros em reuniões, eu acredito que não foi passado para o senhor, mas na época era o Presidente lá era o Geraldo não é? Geraldo. Desde ano passado, nós estivemos indo lá só para informação. Quero passar a palavra, só responder rapidamente aqui depois eu vou passar a palavra ao Deputado Luizinho Goebel.

A SRA. MÁRCIA LUNA – Amigo com relação ao Mapa, a gente faz muita reunião na SEMUR e nosso cotidiano, ele é bem pesado, e eu costumo cumprir logo na hora para não ficar devendo, porque é um rolo compressor, é problema em cima de problema e não para de chegar. Então assim, se esse Mapa do Dilma Rousseff, nós já fornecemos há muitas pessoas, talvez, não tenha ido na configuração que se esperava que se existisse com coordenada geográfica, com planialtimetria. Mas o que a gente tem na SEMUR, a gente disponibiliza, está aqui Geise, está aqui Taiane, você pode procurá-las na segunda-feira, amanhã é sexta-feira, nós temos expediente até as quatorze, não tem problema nenhum. Mas talvez você não encontre o material que você espera que exista, mas está disponível porque as informações são públicas, não tem problema. Com relação a ocupação Dilma Rousseff, é uma obra do PAC I de 2007, aprovada pelo Ministério da Cidade, com vistoria em campo onde não existia obstrução nenhuma naquela época, de 2007 até 2016 muitos se passaram e a situação mudou. O que quê SEMUR pode contribuir? Fizemos uma agenda com o Governo do Estado para disponibilizar uma outra área para que pudesse desocupar a área dessa grande obra do Governo do Federal com o Governo estadual que tanto interessa a população. Nós estamos em processo de doação do lote 10 gleba Candeias, está aqui o Antônio do Terra Legal participando ativamente dessa doação, o Governo do Estado de encarregou de fazer todo o projeto de loteamento e de infraestrutura para junto com a Justiça poder remanejar essas famílias que hoje são impeditivos dessa grande obra. Esse é um trabalho conjunto município e governo do Estado tentando desobstruir uma obra de grande monte do Governo do Estado com o Governo Federal.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Na verdade foi até por decisão judicial também essa situação, e esse mapa o Geraldo já tinha também, que ele nos passou também o mapa na época

das reuniões que tivemos lá com o pessoal do Dilma Rousseff, está no processo também da Justiça.

Quero passar a palavra ao deputado estadual, Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Saudar a todos, em especial saudar aqui o proponente dessa Audiência Pública deputado Neidson que na sua adolescência morou lá na minha cidade de Vilhena Neidson, e viemos aqui nos encontrar no Parlamento. Dizer que eu estou orgulhoso de Vossa Excelência porque como foi dito Vossa Excelência já promoveu muitas Audiências, visitou vários municípios de Rondônia através da Comissão na qual foi Presidente, a Comissão de Saúde, e isso que tenho certeza que é fundamental para as pessoas. Eu acho que a maior qualidade de um político, e já estou no meu terceiro mandato aqui na Assembleia e muitas vezes as pessoas, eu vim do seio de uma família pobre e eu era servidor do DER do Estado de Rondônia, e as pessoas as vezes perguntam; Luizinho qual é o segredo do sucesso dos teus mandatos. Eu falei: tenho humildade para ouvir as pessoas. E nós viemos aqui hoje para ouvir vocês, porque não adianta um Prefeito, um vereador não é Alan? Ou um Governador ou um Presidente da República ter um projeto dele. O projeto interessante para as pessoas é o projeto do povo, e é esse projeto que vocês vão construindo aqui. E hoje eu vim mais exatamente para entender o que os bairros de uma Capital grande quanto Porto Velho, poderia trazer de novidade para que eu pudesse, talvez, levar até para as minhas cidades ou para a minha cidade do interior do Estado. Foi falado aqui da questão das usinas, das pessoas, que foram atingidas pelas barragens, tem uma nova proposta na Assembleia Legislativa aonde que é para se ampliar a cota do alagamento. Acontecendo isso se nós já temos um problema de moradia nós vamos aumentar esse problema. Por isso o meu posicionamento na Assembleia Legislativa é contrário a aprovação desta lei que tramita aqui na Casa hoje. Os loteamentos é fato que nós temos que ser responsáveis porque quando nós autorizamos um loteamento, talvez, a gente deva cobrar exatamente desses loteamentos as próprias empresas de loteamentos para elas façam essa infraestrutura necessária e que doe ao município, ao Estado, como foi citado aqui creches, Escolas e outras necessidades que nós temos do Poder Público. Uma questão que nos deve ser levada muito em consideração a questão dos apenados, nós temos uma clientela carcerária hoje de oito mil apenados, é uma cidade, é uma cidade inteira que está presa, não é Antônio? E esta cidade para ela ser alimentada como ela não produz nada, alguém tem que pagar a conta e é cada cidadão do nosso Estado que paga a conta. Sendo que um apenado custa centenas de vezes mais caro do que um aluno, o aluno ele precisa de mais apoio e nós precisamos levar essa educação, e nós estamos fazendo o inverso. Nós estamos deixando de dá condição para educar e depois temos de cuidar daquelas pessoas que estão apenadas. E que lá também têm gente boa, quando a gente fala preso não tem só bandido lá, lá tem gente boa e que por um motivo ou outro foi levada a uma situação de ficar ao ponto de encarcerado. Regularização fundiária está aqui o Breno, representando a Prefeitura, o Alan, representando a Câmara, o Governo do Estado representado. E eu vejo que de todos os clamores aqui o maior foi a regularização fundiária. Então nós

temos uma nova chance, um novo momento que se começa a partir do dia 1º de janeiro que é com a nova administração, e talvez, essa nova administração pode pegar esse modelo já usado na administração passada pelo ex-prefeito Roberto Sobrinho que deu continuidade pelo prefeito Mauro Nazif, mas que pode ser melhorada com o governo do Hildon, e é uma proposta que não é tão cara e todos os oradores que aqui passaram de todas as associações falaram do problema de regularização fundiária, então se faz necessário a prefeitura criar um programa fortalecido de regularização e pedir o apoio sim da Assembleia, da Câmara, do Governo do Estado, da União para que todos possam de fato ser dono do que é seu e daí de fato também ser cobrado pelo poder público para que faça a sua parte como de fato uma pessoa que tem também a sua obrigação para com o município. Então nessa parte eu quero me colocar à disposição do município, vereador, representante da prefeitura, representante do futuro governo municipal para que a gente possa contribuir, talvez com pouco, até com uma emenda, uma parte de uma emenda parlamentar do Deputado Luizinho Goebel que é lá do interior do Estado. Agora tem uma situação que é muito grave que foi falado aqui muitas vezes e aí nós precisamos da ajuda de todos, da ajuda da pessoa mais simples do bairro ao delegado de polícia, ao chefe da segurança pública do Estado que é a questão das drogas. A minha cidade de Vilhena que é a 4ª maior cidade do Estado de Rondônia até 2010, que foi o ano que mais aconteceu homicídios na sua história foi o número de 11, isso porque teve uma chacina nominada chacina do porco que matou-se lá 5 pessoas, então você vê teve uma chacina, de um fato inusitado e mais 6 assassinatos, este ano nós já passamos de 60 assassinatos. Eu vi o mundo inteiro, o mundo inteiro mobilizado com a queda do avião da equipe do Chapecoense, morreram quantos? 71 num acidente aéreo, infelizmente aconteceu, e um avião como é que a gente vai prever um acidente desse? Agora imagina a cada semana duas a três pessoas assassinadas com arma de fogo, essa, nós podemos prever, em entendo assim. Nós temos que buscar efetivamente uma ação de combate forte ao crime, ao crime organizado, nós não podemos entregar a nossa juventude para a bandidagem. Mas aí a tarefa não é só do prefeito, do governador, do deputado, do vereador, porque os problemas estão onde estão as pessoas e as pessoas não moram na Assembleia, não moram na Câmara, não moram no Palácio do Governo, as pessoas moram nos bairros, então nós precisamos da ajuda dos bairros, das pessoas denunciando, dando ideias. Por que não adianta, a gente chega na eleição e vai lá e dedo na urna, passam 90 dias a gente faz uma pergunta 'em quem você votou para deputado federal, estadual? Em quem você votou para vereador, para prefeito? 'Não sei, não lembro mais'. A responsabilidade de quem vota e elege é de cobrar do seu representante os quatro anos, de cobrar os quatro anos, agora de cobrar como? Xingando? Esbravejando? Fazendo panelaço? Motim? Vaia? Não, essa não é a forma da construção, ninguém constrói assim. A gente constrói é com diálogo, com conversa. Mas o representante do povo quando ele é procurado pelo povo ele tem a obrigação de dar ouvidos. Então eu achei aqui, Ezequiel, você que representa a UPAs, uma entidade importantíssima, forte, gigante que tem uma força tremenda de mobilizar uma cidade inteira, então o conselho para vocês da forma que eu aprendi a fazer política e

construir, usem essa grande força que vocês têm, vão de bairro a bairro, presidente a presidente, diretoria a diretoria, construa urgente uma proposta para o prefeito que está chegando, porque só desta forma vocês vão ter o direito depois de cobrar. Porque o Prefeito Hildon ou o Prefeito Mauro, talvez, eles não saibam do problema daquela ponte que os alunos têm que atravessar correndo risco de caírem quando vão para a escola, talvez, o prefeito não saiba, Xenofonte, bairro Novo, até o nome 'bairro Novo', bairro planejado, falta uma creche, uma escola, ou que o ônibus não entra dentro, um ato tão simples, o ônibus não entra dentro do bairro, fica na BR, trazendo risco de morte para os nossos alunos. Então é muito simples, uma ação dessas é possível, a construção de uma escola é planejada porque precisa de dinheiro. Então há possibilidade, foi dito aqui: junto é que se constrói. E eu estou aqui, porque entendo que o político tem que estar junto do povo, para que o povo esteja também junto do seu representante. Obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado, Deputado Luizinho. Passar a palavra agora ao senhor, ao Dr. Breno.

O SR. EZEQUIEL SILVA - Enquanto o Dr. Breno se aproxima, eu queria dizer que ainda tem o Alisson, ainda tem a Hélia; Devanildo; Maria do Socorro; Marilda Cavalcante, que vai abrilhantar aqui; a Ieda, do Conquista, do bairro Cascalheira; Dejair, que é o Presidente do bairro Porto Cristo, Shelly; e a Hélia, que tem aí um vídeo que a gente vai, daqui a pouco, finalizar. Mas eu queria não fazer a situação de ensejo desfavorável aos demais amigos, por conta do relógio, nós marcamos a Audiência às 15:00 horas e começamos umas 15:30 ou 15:40, mais ou menos, não é, Deputado? Ou foi na hora certa? Foi depois um pouco, mas só que a é o seguinte, é muita demanda e depois nós vamos resumir, pontuar, não é? O Presidente do bairro Lagoinha ainda não falou, a Ieda, mas nós queremos não permitir que chegue 06 horas da tarde e não ouça a Mesa. Porque acho que tem muita coisa do Estado, das cidades, o Breno que vai falar agora, que é o ponto principal também para nós ouvirmos. Mas eu peço que após também o Breno, se o Deputado permitir o Alan também, porque eu falei para eles que era até as 17:00 horas, que eles tinham compromisso. Eu quero até agradecer de antemão, muito obrigado, Breno, por ter ficado até agora e estar contribuindo aí com a Audiência.

O SR. BRENO MENDES – Boa tarde a todos. Em nome do Deputado Luizinho Goebel, Deputado Neidson. Primeiro eu quero parabenizar, enaltecer o trabalho do Deputado Neidson, tendo em vista, como já foi falado aqui, as diversas Audiências Públicas que são realizadas por este Deputado. Isso é um motivo de muita satisfação, porque nem todos os Deputados dão à devida importância para as Audiências Públicas. Estou organizando aqui, que eu estou filmando, porque depois eu vou cobrar também as responsabilidades. É muito interessante Deputado Dr. Neidson, Deputado Luizinho, quero parabenizar também a participação nesta Audiência Pública do Vereador Alan Queiroz, grande Vereador da Capital, que nos orgulha muito, será nosso líder, já é nosso líder lá na Câmara dos Vereadores, e a todos aqui da Mesa. Eu fiquei muito feliz com o convite do Ezequiel, da Marilda, para o Prefeito eleito de

Porto Velho, Dr. Hildon Chaves, para participar desta Audiência. Nós sabemos que o Dr. Hildon Chaves ainda não foi nem diplomado, não tomou posse, mas mesmo assim, com esse honroso convite, ele ficou muito feliz também, e designou, me designou para estar hoje aqui, por que isso? Para mostrar para vocês, Ezequiel da UPAs, para mostrar para vocês que Porto Velho agora tem um líder, Porto Velho agora tem um Prefeito de verdade, que vai olhar para vocês. Um Prefeito que vai utilizar e vai fazer políticas públicas habitacionais. Um prefeito que vai ouvir, um Prefeito que vai sentar com cada um de vocês para dialogar com dono de terreno, com Judiciário, com os entes envolvidos. As Secretarias estarão interligadas, chefiadas pelo Chefe do Executivo e, o Chefe do Executivo será o Dr. Hildon, tenham certeza disso, que a parceria será feita. Eu faço uma proposição, Ezequiel, por vários anos eu participei aqui de Audiências Públicas, e às vezes a nossa preocupação... Nós temos aqui um plenário lotado, eu tenho certeza absoluta, com uma grande expectativa, uma ansiedade para ver várias ações acontecendo e é importante que saia daqui desta Audiência uma carta, uma carta pública da UPAs, levando as sugestões para o novo Prefeito eleito, Dr. Hildon Chaves. Por que isso? Porque a partir dessa carta de sugestões, existe já o comprometimento do Dr. Hildon, e ele pediu para eu falar isso para vocês, que ele irá sentar com a Diretoria da UPAs, através da sua Diretoria, Ezequiel, a partir da próxima semana, para ouvir, para vocês entregarem essa Carta de Intenção, para ouvir de vocês a necessidade e determinou, e pediu para eu falar para vocês que no dia 28 de janeiro nós teremos a primeira reunião com todas as Associações que estão representadas pela UPAs porque ele irá ouvir pessoalmente vocês. Esse é o compromisso do Dr. Hildon Chaves, um compromisso com a população de Porto Velho. Eu ouvi várias palavras aqui, fortes, eu ouvi a palavra 'submissão', e não existirá submissão entre o Prefeito e cidadão. O que vai haver será parceria, parceria. Essa é a palavra, 'parceria'. Então, outra questão aqui 'um apelo', eu ouvi da Rosângela, não é Rosângela? Ela falou a palavra 'apelo'. Ela falou assim: "eu quero fazer um apelo para a todas as autoridades". Eu falo para você, Rosângela, que esse apelo foi escutado. E você pode ter certeza que estaremos lado a lado com a sua comunidade e toda comunidade de Porto Velho para fazer o que é melhor e o que é correto. Eu ouvi também um Presidente de uma Associação, falando que o Edgar do Boi se comprometeu com algumas questões. Pode ter certeza, o que o Edgar falou, nós assinamos embaixo e vai ser feito tudo que foi comprometido. E nós estamos aqui, acabou a eleição, ninguém está pedindo voto, mas com compromisso de estar lado a lado com a comunidade, lado a lado desenvolvendo as ações. O nosso amigo lá do Monte Sinai falou assim: e aí, qual foi a pergunta que você fez? Repita aí, por favor.

O SR. ALEX SANTIAGO – Eu perguntei se a nova gestão do Dr. Hildon vai dar continuidade ao trabalho que ficou parado lá no Monte Sinai.

O SR. BRENO MENDES – A pergunta que eu quero fazer para você é a seguinte...

O SR. ALEX SANTIAGO – A continuação do asfalto...

O SR. BRENO MENDES – A pergunta que eu quero fazer para você é a seguinte: houve gestão?

O SR. ALEX SANTIAGO – Isso.

O SR. BRENO MENDES – Houve gestão?

O SR. ALEX SANTIAGO – Houve.

O SR. BRENO MENDES – Para mim não.

O SR. ALEX SANTIAGO – Eu não tenho o que reclamar do Dr. Mauro. Na minha comunidade ele fez.

O SR. BRENO MENDES – Então assim, gestão que eu vejo é diferente.

O SR. ALEX SANTIAGO – Pois é...

O SR. BRENO MENDES – Gestão é diferente. Gestão é que nós vamos desenvolver a partir de janeiro. Gestão é lado a lado. Quando você tem um grande número de Associação, quando você tem uma quantidade de população aqui na Assembleia Legislativa, é porque não o trabalho não deu certo. Porque todos vocês aqui estão no meio de uma semana, reivindicando benfeitorias que os bairros de vocês não têm, ou não? Então, desculpe, desculpe, desculpe... Não vim aqui para polemizar, mas para mim não houve gestão. Dr. Hildon Chaves teve mais de 150 mil votos, porque foi gerada uma expectativa, gerada uma ansiedade e eu falo para vocês, muitas pessoas estão perguntando: - mas quem vai ser o Secretário do Dr. Hildon? Quem vai ser o Secretário? A preocupação do Dr. Hildon neste momento, não é determinar quem vai ser Secretário. A preocupação do Dr. Hildon é verificar com a sua equipe de transição todas as análises, como está cada Secretária, como a população de Porto Velho está, como é que está cada bairro, para depois daí as ações virem do bairro até o gabinete do Prefeito. Então não tem mais essa questão de conchavos políticos, não há pressão política, não há pressão econômica, porque o momento é diferente, é diferenciado. E o que é que nós precisamos? Nós precisamos das Associações. Nós precisamos de você, Ezequiel, junto com toda essa comunidade, para nós começarmos um governo diferenciado. E como é que vai ser esse governo diferenciado? Com o apoio da população, o cidadão conversando diretamente com o Prefeito. Eu ouvi você falando que vai lançar um programa chamado Comunidade em Ação. Eu vou falar assim para vocês, comunidade em ação junto com o prefeito em ação. Comunidade em ação, Prefeito em ação, benefício para a população. Meu muito obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado, Dr. Breno. Quero convidar o Vereador Alan Queiroz também para fazer uso da palavra.

O SR. ALEX SANTIAGO – Enquanto ele se aproxima aqui, eu queria só falar que o programa Comunidade em Ação vai começar na televisão, apresentar nossa repórter Joquebede, está presente. E já tem na rádio, lá na Zona Sul, lá na 105. Eu

queria já, Alan Queiroz, agradecer muito também, que nós teríamos o compromisso de ter segurado vocês aqui até às 5:00 horas, mas nós vamos ouvir você o que você tem também através da Câmara de Vereadores. Já ouvimos as palavras que eu acredito que confortou muito nosso coração para todos os representantes; do Deputado, dois do interior, não é? Engraçado, que não são da capital, que estão se preocupando com Porto Velho, não é? Mas é assim mesmo, é do Estado, então nós contamos com Vossas Excelências. E, Dr. Breno, cada, uma pergunta, um pedido que eu fiz para o Prefeito Mauro, há um ano que o senhor também vai poder ajudar a gente, que eu já vou, acho que essa semana com a Hélia lá, incomodar um pouquinho o senhor. A Praça Aluizio Ferreira, ali a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Eu quero agradecer o meu Presidente do bairro Airton, o seu nome não está aqui, mas está selecionado também está, que não foi escrito ali, do Flávio. Lá na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré tem aquela casa, aquela casa, nós pedimos uma sala lá para UPA's, por quê? De todos os bairros, de todas as zonas tem Presidente, e aí ali ficava no local com Contador, com Advogada, com uma Secretária ali, o Presidente vem do Monte Sinai, da Zona Sul, do bairro São Sebastião, Nova Esperança, lá da Zona Leste, tem um lugar para ele tirar uma Xerox, imprimir um documento para correr as suas correrias porque isso é uma das coisas que a gente vai pedir para que nós possamos nos reunir e o Centro de Recuperação tirar aquelas pessoas dependentes químicos de lá, que foi o Projeto que a gente fez, deu certo, mas não teve incrementação, é uma das coisas que a gente vai pedir, que é um local, uma sede própria trabalharmos com o apoio da Prefeitura e isso é uma das principais que a gente vai pedir. Muito obrigado e por isso eu tenho ficado um pouquinho a mais e depois o Deputado vai ver como é que vai ficar a situação dos demais que tem para falar, tem o Flávio, tem o "Alex" e aí nós vamos ver por causa do horário da casa dos funcionários, mas aí nós vamos estar também recebendo Deputado à colaboração da Mesa após a sua fala Vereador, dos representantes do Governo, das cidades e os que estão aqui para também concluir juntamente com a fala do Dr. Breno está bom gente. Muito obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ – Boa tarde a todos! Cumprimentar inicialmente a Mesa em nome do nosso Presidente que preside os nossos trabalhos desta Audiência Pública, Deputado Dr. Neidson, em seu nome cumprimento as demais autoridades, da mesma forma o Deputado Luizinho, pessoa que tenho uma estima e principalmente conseguiu sintetizar em poucas palavras aqui tudo aquilo que foi abordado hoje nesta Audiência Pública. Quero cumprimentar com muita honra e satisfação também o senhor Santana, da mesma forma o Kid, funcionários exemplares desta Casa de Leis em seu nome cumprimento a todos os trabalhadores desta Instituição; meus cumprimentos a todas as autoridades das nossas Associações de Bairros, porque de fato hoje vocês são autoridades nesse Parlamento quando se tem oportunidade Deputado Neidson de abrir a Tribuna, a Tribuna se torna livre numa Audiência Pública e lá na Câmara também eu gosto muito de participar das nossas Audiências Públicas porque a gente de fato a gente tem oportunidade de ouvir e tão brilhantemente falou aqui o Deputado Luizinho que de fato hoje viemos aqui para ouvi-los.

Então, em nome da Marilda quero cumprimentar todas as lideranças da nossa Cidade de Porto Velho. Quero em rápidas palavras Deputado Neidson, Ezequiel, agradecer o convite que foi até ao nosso gabinete, peço aqui desculpas também a ausência do nosso Prefeito eleito, Dr. Hildon, estive com ele ontem mesmo para poder reforçar o convite que foi feito pelo Ezequiel e pelas autoridades também que constituíram a iniciativa desta Audiência Pública, no caso, o Deputado Dr. Neidson e demais Deputados desta Casa. Ele já tinha um compromisso agendado com o Governo do Estado, com o Governador Confúcio Moura, hoje ele não está na Cidade de Porto Velho, está na Cidade de Ariquemes visitando alguns Projetos que deram certo naquela localidade para que possa também trazer algum modelo para a nossa Cidade de Porto Velho. Quero dizer Ezequiel que como disse o nosso Dr. Breno representante oficial do nosso Prefeito eleito Dr. Hildon, Porto Velho precisa, mas precisa de muita coisa, acima de tudo precisa de parceria e essa parceria ela precisa estar instalada desde a comunidade ao Legislativo, porque o Legislativo é apenas os representantes eleitos por esta comunidade é a voz que se tem num Parlamento, é a voz que se tem no diálogo com o Poder Executivo onde não houve diálogo, não houve debate, não houve consenso entre legislativo e executivo o município tem sofrido muito, sofrido com as brigas políticas partidárias que é o que a gente encontra hoje no nosso País, mas, não há nada mais danoso ao Poder Público do que a palavra chamada corrupção, essa palavra senhoras e senhores eu não ouvi nesta tarde, eu não ouvi essa tarde essa palavra e no meu entendimento esse é o maior câncer do nosso País, porque se não fosse à corrupção, um País como o nosso, um País rico que está aguentando e suportando com tanto roubo, com tanto desvio de dinheiro público ainda consegue viver e conviver uma sociedade mesmo dentro de uma dificuldade. Dizer que, infelizmente tivemos uma gestão municipal que no meu entendimento errou muito, tanto é que a população nem sequer levou o 2º turno o nosso atual gestor do município de Porto Velho, gestor entre aspas. Quero aqui Márcia, dizer o carinho que tenho por você, admiração pelo teu conhecimento técnico, uma pessoa de carreira, uma funcionária de carreira, mas infelizmente, chegou muito tarde na nossa SEMUR. Eu dizia lá na Câmara que a SEMUR hoje é uma Secretaria importantíssima para a nossa cidade Por quê? Porque além de tratar como foi tanto explorado nesta Audiência Pública por todos; um problema habitacional como que a maioria se posicionou aqui das dificuldades, dos problemas ainda dos entraves judiciário, juntamente com a Justiça. Mas, em especial a pessoa que não é dona da sua moradia, ela primeiro: ela não tem seu auto estima, ela não consegue de fato saber se é dona da sua casa, de onde mora, em especial causa um transtorno para todos, ou seja, o município deixa de arrecadar Deputado Luizinho, a Prefeitura arrecada muito pouco com IPTU e hoje deveria ser o melhor índice de recolhimento de impostos, é o IPTU. Mas, se nós não temos a nossa moradia, não temos a nossa habitação regularizada, como que a população vai pagar o seu IPTU? Como que a população vai pagar o seu IPTU de fato se não consegue ser revestido em obras, em saneamento básico, que é um dos piores índices do nosso país. Como que terá essa interação entre Executivo e população, sendo que as políticas públicas, em especial as básicas: saneamento básico, água

que foi tanto abordada pelo nosso Prefeito no momento eleitoral; coisa que ele deverá colocar em prática tão logo assuma a sua gestão através das parcerias como foi dito. Porque infelizmente hoje, todos os Poderes públicos estão passando por dificuldade econômica, todos Deputados, lá na Câmara mesmo demitimos mais de 300 pessoas. Tantos municípios aí fora com dificuldade de pagar o seu 13º dos servidores, dos funcionários e assim por diante. Precisamos sim, buscar alternativas e alternativas serão apresentadas, como foi apresentada no período eleitoral através das parcerias públicas privadas, eu acho que esse é um caminho interessante e Porto Velho deverá passar por esse caminho, esse entendimento. Porque nós temos hoje um gargalo muito forte com relação a arrecadação e principalmente, com os problemas são gigantes, na podemos depositar apenas essa conta na administração, do meu entendimento, malfadada da gestão do Prefeito Mauro. Não podemos, acredito que é uma sucessão de erros, uma sucessão de Prefeitos que não conseguiram de fato olhar e tratar nossa cidade como uma capital de um Estado pujante, como é o Estado de Rondônia. O Deputado Luizinho, que vem do interior do Estado, da mesma forma o Deputado Neidson, sabe que o Estado hoje não atravessa uma grande crise porque conseguiu investir em pontos importantes, principalmente com agronegócio e Porto Velho vem sofrendo muito mais do que o interior do Estado, essa é uma realidade. E eu agradeço aqui Deputado Luizinho e Deputado Neidson, que são do interior do Estado e estão num debate, numa Audiência Pública na nossa capital. Agradeço aqui a participação de vocês, quero deixar o nosso gabinete, a nossa função lá na Câmara de Vereadores, graças a Deus fui eleito agora para um 4º mandato de Vereador, na verdade no voto Deputado Neidson, é o 5º mandato, eu fiquei fora por uma, num mandato anterior a esse por uma questão de cociente eleitoral, na verdade eleito pelo voto popular, são 05 mandatos com muito orgulho nessa cidade de Porto Velho, que eu amo de paixão e que digo, que cada político, ele deveria atuar na política através de uma escolha, não utilizar o seu mandato como uma profissão, deva fazer, deva fazer a política, a política séria, a política a população espera hoje em dia, a política da transparência, a política do homem limpo, a política que irar trabalhar de fato ouvindo as pessoas e conversando, dialogando e achando o melhor caminho. Esse melhor caminho, me coloco a disposição Sidney, como você me acompanhou na Presidência da Câmara, quando eu tive oportunidade de ser Presidente da Câmara, de poder participar, debater e a nossa Casa de Leis Municipal também Ezequiel, já está de portar abertas, assim que você quiser, logo no início dos trabalhos, também levar uma Audiência Pública dessa lá para o Parlamento Municipal e já com a presença do nosso Prefeito eleito e principalmente também, contando com essa base importante, que é a base dos nossos Deputados Estaduais desse nosso Governo do Estado. Precisamos alinhar todas as forças para tirar Porto Velho desse caos que está. Porto Velho está no caos, estamos no fundo do poço, nós não temos mais como eu disse; aqui a nossa identidade, a nossa autoestima está lá em baixo, precisamos construir um caminho positivo para o crescimento e elevarmos de fato a nossa cidade para uma condição a qual o nosso povo merece que de fato não é essa que aí está. Vamos juntar força; Executivo, Legislativo, Judiciário, tanto

estadual, como municipal para que nós possamos ter uma capital diferente e uma capital que possa realmente receber as pessoas de fora com toda estrutura, com toda condição de mostrarmos aqui as nossas qualidades. Como você Solange, colocou aqui, hoje as nossas feiras precisam de um olhar diferente, quantas riquezas nós temos com a nossa culinária local, com a nossa tapioca, com açaí e assim por diante. As pessoas que vão na feira no final de semana Deputado Luizinho, assim como eu faço, comer a minha tapioca, tomar um café, tomar um mingau de mungunzá com banana e assim por diante, é uma riqueza nossa e as pessoas de fora muitas vezes vão distante para conhecer a culinária local e a gente precisa explorar isso aqui, mas precisa organizar, precisamos dar condição para prestar um bom serviço e isso devemos unir forças para isso, unidade. Obrigado, boa tarde a todos. Peço licença aqui Deputado a todas as autoridades, senhoras e senhores para me ausentar, que hoje estou passando por um momento muito feliz como pai, ver minha segunda filha colocando grau, utilizando da mesma sorte que tive de um dia poder formar naquilo que eu acredito que é minha paixão, que é odontologia. Minha segunda filha agora forma também como dentista e ela está colando grau nesse momento, está mandado mensagem pai, você não vai vir a minha colação de grau? Mas eu falo para ela, filha você sabe que você tem um pai que é uma pessoa pública, e eu também, a minha importância de está aqui era para ouvir vocês, mas eu não posso deixar também de hoje dividir essas duas felicidades de está aqui e de estar lá também com ela, tá bom? Um grande abraço, fiquem com Deus. Muito obrigado.

O SR. Dr. NEIDSON (Presidente) – Obrigado vereador. Quero passar a palavra agora à senhora Regineth Medeiros Tavernard, Presidente da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC.

A SRA. REGINETH MEDEIROS TAVERNARD – Eu vou ser breve. Eu quero agradecer aqui, cumprimentar a Mesa pelo nosso Deputado Neidson, pelo nosso Presidente da Casa, que é o Deputado Maurão, sempre nos apoiou, agradecer de coração todos os Deputados, em nome da Diretoria da APAC Associação de Proteção e Assistência aos Condenados. E também quero agradecer aqui o Deputado que já saiu Luizinho Goebel, as palavras dele muito sábia também, o Vereador Alan Queiroz, e o nosso Prefeito eleito que está sendo representado pelo Dr. Breno. Gente, eu posso falar uma coisa para vocês, nós fizemos uma Audiência Pública sexta-feira, dia 25, e nós trouxemos a Doutora Branca, a Juíza de Barracão, ela representa, ela é coordenadora de trinta e duas APC's. E quando ela chegou aqui em Porto Velho, vindo pelo COPEN que é o Conselho de Penitenciário, nós pedimos para a SEJUS, a SEJUS nos apoiou, como sempre o Governo do Estado está nos apoiando, está preocupado sim com a parte prisional, eu posso falar para vocês que eu e a nossa equipe, nossa diretoria sempre esteve presente e também eu sou conselheira do Conselho da Comunidade da Vara de Execução Penal. Fomos convidados agora vamos tomar posse pelo Conselho de Tortura, Comitê de Combate a Tortura. Enfim gente, o que eu posso falar para vocês aqui é um pedido, aproveitando essa audiência, nós precisamos com urgência senhores Deputados e o nosso

representante do nosso Prefeito que ele já sabe, o nosso Prefeito nos recebeu no dia 25, ele chegou de viagem de madrugada e estava impossibilitado de nos receber, pois ele nos recebeu, ouviu o pedido da Doura Branca, e da Presidente da APAC em nome da diretoria da APAC de Porto Velho. Ele se comprometeu que após a posse dele, que ele não podia resolver nada, mas ele disse que após a posse, ele vai estar. Isso que o vereador falou aqui é verdade, eu concordo, eu posso falar para vocês porque ele nos recebeu e falou sobre a nossa Lei de Utilidade Pública. Senhores vereadores, eu peço, eu conto com esse apoio em nome da comunidade, porque APAC é a comunidade, e o nosso Prefeito está sabendo dessa nossa Lei, que nós precisamos com urgência. E precisamos também Deputado, da Lei de utilidade Pública Estadual porque, nós já temos o nosso espaço, o Governador já deu a palavra dele. Eu estive hoje em reunião e estou desde após audiência, não paro nem eu nem o Sidney, e o nosso vice que é o Elias, e outras demais diretorias. Então, eu preciso do apoio de vocês. Em outra oportunidade, eu vou participar dessa. Eu estou com você Ezequiel, muito obrigado pelo convite, você sabe que ele é o nosso, pelo testemunho dele, ele é o nosso posso te falar diretor já, que eu convidei, porque o testemunho dele de vida é um exemplo da APAC, é isso que nós queremos são vários Esqueis, são vários Lázarus, que nós vamos nas cadeias, eu visito, eu entro em todos os presídios, não tenho medo, eu me sinto como se eu tivesse em casa. Então, gente o preso, ele está cumprindo a pena dele, a APAC não passa mão na cabeça Deputado, de nenhum preso, nós respeitamos o jurídico, nós respeitamos o Judiciário, nós respeitamos o Ministério Público, porque como trabalhamos com a Secretaria de Segurança Pública, o Ministério Público e o TJ, que é o nosso juiz, nós trabalhamos com essas três pessoas as parcerias. Após isso tem a diretoria da APAC e já faço um convite para vocês que quem se interessar nós vamos ter um seminário, que é uma capacitação para terem líderes que são pessoas que vai ser multiplicadores, que nós vamos preparar como você chegar, por que nós temos o passo a passo e nós já estamos na parte da construção do CRS, que é o Centro de Reintegração Social, deputado, que é o presídio modelo, é um presídio que não tem segurança, no caso o como o policial, não tem o agente penitenciário, não viemos tirar emprego de ninguém, nós viemos trazer também foi a participação da família, nós viemos também proteger as vitimas deputado, nós não trabalhamos só com o preso, nós trabalhamos com a família. Parabéns amigo, que representou aqui sobre as drogas, nós estamos juntos e com todos da Associação UPA podem contar conosco. Obrigada.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Obrigado, Só para informar, após o termino da Audiência Pública teremos um coquetel aqui no Salão ao lado. Eu gostaria de colocar uma propositura também já foi colocado pelo Dr. Breno, pelo deputado Luizinho Goebel que todas as associações se reunissem realmente, faça essa carta de reivindicações para o próximo Prefeito do município e que possa apresentar também uma cópia aqui para a Assembleia Legislativa, pode até ser no meu gabinete para que possamos juntar forças e estarmos trabalhando juntos para cobrar e para tentar ajudar cada vez mais cada bairro, a nossa população. Quero passar a palavra

a senhora Rosália Oliveira, Coordenadora Geral da União Estadual por Moradia Popular, UNEMP.

O SR. EZEQUIEL SILVA – Antes da fala deputado eu queria só fazer um agradecimento aqui a minha amiga, queria que ela se colocasse de pé aqui, a Marilda e a Hélia que são protetoras dos animais. A Marilda ela foi uma das principais pessoas para trazer o Dr. Breno, a aqui da nova gestão da Prefeitura e ela se dedicou muito para essa Audiência Pública acontecer, o nome dela está aqui; do Flávio do Airton Sena também e da Socorro, do Alisson que é o nosso tesoureiro, já são seis horas eu acredito que vocês não vão me deixar sozinho aqui para o coffee break.

A SRA. ROSÁLIA OLIVEIRA – Eu vou começar aqui pelo uma boa tarde e terminar por um boa noite. Eu não quero perder essa oportunidade hoje gente de cumprimentar aqui a Mesa na pessoa do deputado Dr. Neidson, que sempre tem contribuído com os debates sobre as políticas públicas que o nosso município e o nosso Estado precisam, independente do município pelo qual ele foi eleito, ele é um deputado estadual, não interessa se ele é de Guajará, de Vilhena, ele é deputado estadual, então ele deve zelar por Porto Velho também, não é? Então é para isso que nós estamos aqui para fazer essa discussão sobre o que nós queremos para os nossos bairros e para a nossa capital tão abandonada, a bichinha tão carente, mas nós estamos aqui firmes, junto com a UPA lutando para que a nossa cidade saia dessa condição de patinho feio do Estado de Rondônia. Eu fiz um apanhando aqui das associações estão reivindicando e é justo que cada morador venha numa audiência, cada Presidente de bairro, e coloque aqui para as nossas autoridades o que é prioridade para nós nos nossos bairros, como que nós queremos que o dinheiro arrecadado com os nossos impostos, ele seja aplicado. Por que a gente paga os nossos impostos mais a gente não vê os serviços essenciais serem executados de fato e de direito, como a gente necessita. Nós não temos segurança pública, iluminação pública, tem alguns bairros outros não, na saúde você vai numa Unidade de Saúde, você muitas vezes se depara com a falta de médicos, falta de remédios. Na questão de infraestrutura passa-se um asfalto hoje, amanhã já amanhece cheio de buraco. Então essas coisas, a gente precisa estar fazendo propostas de materiais alternativos. Se o asfalto não é o melhor meio de você pavimentar Porto Velho, que é uma cidade que tem um clima tropical úmido e muito quente, nós vamos ver qual é a outra alternativa de fazer a infraestrutura no nosso município e isso nós apresentamos para o Prefeito no dia 16, Alex, Monte Sinai dia 16 de abril do ano passado, nós entregamos um documento para o Prefeito falando de todos os bairros e o que os bairros estavam reivindicando, o Prefeito nunca deu resposta para nós, nunca nos deu resposta. E além do mais quero dizer para vocês que eu sou Membro do Conselho Municipal das Cidade tudo que nós da sociedade civil falamos para os técnicos da prefeitura que aquilo é bom para o nosso município, o técnico sempre coloca uma dificuldade dizendo que aquilo é difícil de se fazer. Outra coisa que essa prefeitura do Dr. Mauro enfrentou foi que os próprios técnicos dela não queriam assinar os seus projetos porque eram feitos por empresas particulares e queria que o funcionário da prefeitura assinasse aquilo, qual é o prefeito que vai trabalhar e qual é o profissional que vai assinar um projeto que não foi ele que fez?

Eu quero que alguém me diga se assina, porque eu não assinaria. Então não tem como você trabalhar num município, trabalhar com a gestão que o próprio funcionário não é valorizado e sem valorização eu digo para vocês nenhuma gestão vai para a frente. Não estou dizendo que o Dr. Mauro é uma péssima pessoa, que ele é um péssimo gestor, não é isso, o gestor se ele não tiver uma equipe que trabalhe com ele, ele sozinho não faz nada. É igual a gente sonhar sozinho, eu para cá, eu sou isso, aquele que usa a lei do São Mateus, primeiro eu, segundo os meus, terceiro os meus, se ele trabalhar sozinho ele vai continuar sozinho porque ninguém vai ajudar e o nosso município sinceramente precisa de gente que queira trabalhar, precisa de gestor que se coloque como morador da nossa cidade, porque se você coloca um prefeito lá que ele só pensa nele, que não vê a ponta lá embaixo, aquele mais pobre, aquele que mais precisa dos serviços essenciais, o nosso município nunca vai para a frente. Quanto a questão da regularização fundiária, o nosso município tem um problema crônico, Porto Velho tem donos, tem 04 donos, é preciso que o prefeito tenha coragem de fazer o desmembramento, o cancelamento desses aforamentos, dessas licenças de operação, de ocupação, enfim precisa ter coragem, cancelar esses documentos através da Câmara de Vereadores, se não fizer isso regularização fundiária vai continuar ainda sendo um sonho para nós. Quanto a questão do Orgulho do Madeira, eu anotei aqui também, eu me debrucei no manual do Minha Casa Minha Vida, eu até costume dizer para as pessoas é a Minha Casa Minha Dívida, 20 anos, 30 anos pagando, só que tem um detalhe nós sempre colocamos, não é Talamá? Que precisaria ter contratado assistentes sociais para trabalhar com as famílias beneficiárias, essas famílias precisariam ser sensibilizadas antes de serem colocadas naquele bolsão de favela que hoje é o Orgulho do Madeira como também a Candelária. Vão na Candelária aqui pertinho, gente, é campeão em boletim de ocorrência nos DP. A gente não pode pegar o nosso povo e jogar de qualquer jeito num empreendimento achando que colocar ele em quatro paredes a luta pelos serviços essenciais acabou, não acaba ali, começa ali, e todos esses empreendimentos feitos com recursos do Governo Federal do Minha Casa Minha Vida, com recurso PAC, recurso do FNHIS, Programa Papel Passado, todos esses recursos vieram para Porto Velho, como que eu sei disso? Porque eu estou lá no Conselho, fiquei no Conselho Nacional como membro por uma gestão, estou no Conselho Municipal, muitas dessas coisas que vocês estão reivindicando aqui a gente tem discutido lá no Conselho, só que fica lá no Conselho porque o prefeito e o Presidente do Conselho não levam isso para a frente, tanto que os Comitês nem se reúnem, não dá quorum porque as pessoas cansaram do controle social, isso é grave. Eu espero, Dr. Breno, que o Dr. Hildon priorize os Conselhos dentro da gestão dele porque tem muita gente ali capacitada dentro dos Conselhos e com boas propostas, que é um ótimo aliado até para a Câmara de Vereadores, mas se não quiser fazer uma boa gestão esquece os controles sociais, esqueça o Conselho de Saúde, o Conselho da Cidade, o de Educação, se sonhar sozinho não vai avançar. Quanto a essa questão lá do bairro Aparecida que já conversei com a Aparecida, conversei com a Rosângela e eu não enganei elas no dia que eu coloquei 'vocês acreditam que esses terrenos

vão ser comprados pelo município?’ Infelizmente elas me disseram assim ‘não, mas a prefeitura vai comprar’ – Eu falei ‘não vai, não tem orçamento para isso’, não foi que falei isso para vocês há um tempinho atrás? E até agora não é porque estou aqui na frente da Márcia, da Taiama, da Geisa, são minhas amigas independente de estar na prefeitura ou não, gosto muito delas, gosto de graça, mas a SEMUR não tinha recurso, no orçamento do exercício do ano passado para este aqui, os vereadores chamaram nós do Conselho lá na Câmara, nós fomos para lá. Olha o orçamento do gabinete quatorze milhões e alguma coisa, eu falei não isso está errado. Aí, o orçamento da SEMOB deste tamanhinho, da SEMUR, era quanto mana?

A SRA. MÁRCIA LUNA - Eram R\$ 800 mil para desapropriação e nós nunca prometemos comprar, porque nem pode, legalmente não podemos.

A SRA. ROSÁLIA OLIVEIRA - E aí, olha só o que eu fiz, eu falei: ‘- olha, Vereador, isso aqui está errado, porque que o gabinete precisa de R\$ 14 milhões? A SEMUR que trabalha com habitação, trabalha com regularização fundiária não tem nem R\$ 1 milhão no orçamento dela, isso é brincadeira, vamos tirar esse dinheiro daqui, vamos dividir esses R\$ 10 milhões com a SEMOB, para SEMUR, para SEMTRAN e para SEMUSB, porque precisa regularizar, precisa construir. Nós precisamos do aterro sanitário, na questão do saneamento; precisamos de infraestrutura nas ruas, vamos dividir esse dinheiro aqui. Vocês sabem qual foi a resposta que eu tive? ‘Não’ do vereador. A chefe de gabinete do Prefeito disse assim: “pois quando aquela Rosália vier aqui eu vou expulsá-la daqui. Quem é ela para mexer no orçamento do gabinete?” Menina, isso eu recebi na sexta-feira, eu nem dormi, sexta, sábado e domingo, quando foi na segunda-feira, eu estava cedinho lá no gabinete. Aí vocês nem imaginam, democraticamente que muitas vezes você tem que ser humilde até para brigar dessa forma. Não sou santa não, gente, vou logo dizer para vocês. Eu falei: ‘Dona Fátima, quando a senhora tiver alguma coisa para falar para mim, diga para mim mesma, não mande recado não. Outra coisa, a senhora não foi eleita para senhora dizer que esse orçamento todo é necessário aqui no gabinete, porque o gabinete não trabalha com iluminação pública, o gabinete não trabalha com transporte, enfim, fui colocando para onde estava sendo distribuído o recurso; mas tem outra coisa, a senhora deve me respeitar, e eu quero que a senhora peça desculpa para mim, porque a senhora aqui é minha funcionária. Eu não estou lhe pedindo nada, ao contrário, eu estou exigindo que se cumpra’. E assim que nós devemos proceder minha gente. E, por fim, tenho algumas propostas que eu trouxe aqui, elaboradinhas, que o Dr. Breno possa colocar no nosso documento. Para encerrar, são uma, duas, três, quatro, cinco seis, oito propostas só de prioridade.

O SR. EZEQUIEL SILVA – Eu gostaria só de falar que não, deixar para próxima, não querendo ‘coisar’, mas é por que...

A SRA. ROSÁLIA OLIVEIRA – Não, mas é para sair na ata, calma.

O SR. EZEQUIEL SILVA – Eu prometi para as pessoas e, os funcionários, já passou das 18 horas, e vai ficar desconfortável,

se a gente demorar mais acho que já está muito estourado já. Então eu queria que finalizasse aí porque senão...

A SRA. ROSÁLIA OLIVEIRA – Dá menos de um minuto. A garantia de acesso a terra e áreas com infraestrutura para famílias de baixa renda e com os serviços públicos no campo e na área rural do nosso município;

- Combater a mercantilização e a especulação imobiliária, a privatização dos serviços públicos, considerando que moradia é direito, é política emancipatória e não é mercadoria;

- Garantir os recursos orçamentários e subsidiar as associações de moradores com permanência e vínculo para habitação. Que essas associações possam receber recurso do município e trabalhar dentro das suas comunidades, fazendo uma reforma, trabalhando com o Fundo de Habitação de interesse social, que tem recurso do Fundo que nós aprovamos este ano;

- Respeitar as adversidades socioculturais e ambientais dos povos do campo e da cidade, territorial, socioambiental, regional e na produção de moradias;

- Priorizar política de habitação para famílias de 0 a 3 salários mínimos, com recurso do Fundo também que o município pode oferecer;

- Garantia de participação e do controle social. Fazer parceria com os movimentos e associações na elaboração e execução de projetos e trabalhar também com essas associações, com autogestão e mutirão, que vocês podem fazer isso também;

- E também, solucionar os conflitos fundiários nas áreas onde estão com ordem de despejo, que a Prefeitura possa tomar à frente dessas comunidades onde têm famílias que já moram de três a cinco anos, que a Prefeitura possa estar assessorando e vendo a melhor forma de atender essa demanda reprimida para que não haja despejo, e nem remoção forçada, como aconteceu lá com o Dilma Rousseff, que nós ainda estamos nessa briga até hoje, não é Dr. Neidson?

Muito obrigada, desculpem pelo tempo, mas estas são as questões que nós precisamos hoje.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Obrigado Rosália. Vamos passar somente a palavra bem rápida mesmo para o Shaolin, e depois vamos encerrar a Audiência para colocarmos como aquelas propostas que cada associação possa fazer suas reivindicações e vamos apresentar ao Prefeito eleito Hildon Chaves e a sua acessória também, o Dr. Breno que está aqui representando. E fizemos também uma carta aberta ao prefeito eleito de Porto Velho.

“A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a Audiência Pública requerida pelo Sr. Deputado Dr. Neidson e realizada conjuntamente com os representantes da União Portovelhense das Associações – UPAs para discutir sobre os problemas ocorridos, bem como as reivindicações dentro dos bairros e grupos associados de Porto Velho, vem pelo presente objeto encaminhar as reivindicações, o apoio do Prefeito eleito do município de Porto Velho, face aos problemas enfrentados pelos moradores da capital do Estado de Rondônia, ao depararem-se com a criminalidade, o tráfico de entorpecentes e a infraestrutura precária habitacional presente na maioria dos bairros, solicitando o empenho de Vossa Excelência, conjuntamente com as Associações de Bairros de

Porto Velho objetivando proporcionar melhor qualidade de vida, segurança e bem-estar ao povo deste município.”

Essa é uma carta que vai ser encaminhada ao novo Prefeito de Porto Velho e vocês vão ter também o apoio desta Casa de Leis, através também deste parlamentar e acredito que dos outros 23 parlamentares.

O SR. WILSON DOS SANTOS – Primeiramente pessoal, boa tarde e boa noite à Mesa, ao Dr. Breno, à Dra. Márcia, em especial ao meu amigo e companheiro Deputado Dr. Neidson e Ezequiel. Gente, é rapidinho. Primeiramente, qual é, prestem atenção Mesa agora, qual é o Presidente de bairro e líder comunitário que ganha salário aí? Qual é? Isso é sério, isso não é brincadeira não. Agora, imagine só vocês. Primeiramente, Ezequiel, muito boa a colocação que você fez na hora que você falou que ia pegar a ata. Porque essa reunião que eu estou fazendo aqui com você, não é a primeira, pessoal, nem a segunda, nem a terceira não. Nós estamos numa luta no Lagoinha, desde 2012. Quando ela falou ali, quando ela falou, gente, isso não é brincadeira não, que agora é sério. Quando ela falou ali que tem gente de terceiro entrando na área dela lá, e querendo e vai lá a SEMUR... Eu não sei como é que, eu não sei... Eu, até hoje, Dra. Márcia, me desculpa, eu não entendi até hoje como é que o cara consegue pegar um documento lá dentro, chegar dentro da SEMUR, pega o documento, faz o documento, bate um protocolo, chega lá na área de terra “essa área é minha, vamos sair fora e acabou”, e não tem Juiz não tem mais nada e ninguém. Isso é sério, gente; isso não é brincadeira. Nós não estamos brincando aqui, viu Dr. Breno, nós não estamos brincando de fantoche com vocês não. A gente tem que falar a realidade. Vamos parar com esse lenga-lenga. É muito fácil eu chegar aqui de gravata, na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, - por que eu sou o Deputado ‘x’; Vereador ‘x’, eu sou o cara. Passou disso aqui, fica tudo arquivado, pessoal. Tudo arquivado. Agora, falou-se aqui muito em posto de saúde também, falou em creche, falou na mulher, falou na criança, falou na regularização fundiária, falou em segurança, falou em infraestrutura, em saneamento básico. Eu vou tirar pelo Lagoinha, mais de 80%, só para vocês terem uma ideia, no Lagoinha eu presenciei, viu Dr. Neidson, Dr. Breno e Dra. Márcia, a Taiane sabe disso, que nós fomos várias vezes lá na SEMUR, e só era ‘não’. Eu não sei como é que o cara faz protocolo lá, que eu não sei como é que é, mas eu vou finalizar rapidinho. O Cara pega, nós estamos lá 10, 12, 15 anos lá no Lagoinha, terreno caucionado, 194 lotes caucionados. Eu pergunto para vocês: vocês sabem o que é que é caucionado? Significa o Poder Público Municipal, só é liberado perante uma vistoria municipalizada. Mas o cara foi lá no Cartório do 1º Ofício e eu tenho, Dra. Márcia, lá onde eu moro, moro mais de 10 anos, todo ano eu tiro meu Inteiro Teor. E eu fui no ano passado, gente, lá, vocês não acreditam que estava descaucionado meu terreno. Automaticamente eu fui lá com o Fabrício 07:30 horas da manhã. Ele me chamou numa sala e ligou lá para o Cartório, e sabe o que aconteceu? O Cartório automaticamente me deu outro Inteiro Teor, autenticado de novo e caucionado de novo. Pode uma coisa dessa?! Dr. Breno, o senhor que é advogado, eu lhe pergunto agora, pode acontecer um negócio desse? O terreno está caucionado ou não ao poder municipal e automaticamente caucionar de novo?

E ele dizer, e o cara vai lá, o dono do Cartório fala assim “não, é porque uma funcionária, que ela está estagiando...”. Isso não pode acontecer, gente. Isso é caso de Polícia, isso é caso de Polícia! Agora, Dr. Breno, eu espero que a partir de janeiro agora, os 194 lotes, não só os 194 lotes do Lagoinha, mas toda a comunidade receba a sua regularização fundiária, porque a mesma mamata que eu estou fazendo agora, estou falando agora pelo bairro, eu não estou falando só pelo Lagoinha não, eu estou falando, porque eu fui lá no Renascer esses dias, fui lá ao Porto Cristo, fui em todos os bairros, isso não pode acontecer, sabe? Isso é engraçado, botou aqui, o apenado, tem que realmente ser mesmo, mas agora, a regularização fundiária são 80% de Porto Velho, 85% que não existe. É falta de gestão, gente. Obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Então, só para...

A SRA. MÁRCIA LUNA – Eu só queria, eu só queria um minutinho Deputado Neidson, para responder o que foi dito agora. Com relação ao caucionamento do lote ser caso de polícia dentro do Cartório, porque isso não aconteceu dentro da SEMUR. Esses caucionamentos, se aconteceu dessa forma irregular, foi dentro do Cartório e eles tem corregedoria para apurar isso. E dizer que dentro da SEMUR, todas as denúncias que ocorreram na minha gestão nessa nossa presença, estão devidamente protocolizadas, com abertura de processo de apuração, se foi alteração de cadastro sem justificativa, a orientação do parecer jurídico do nosso Procurador, é voltar a origem e abrir um processo de apuração de responsabilidade. E a gente tem sim muitos casos apurando, alguns com conclusão e outros não. O importante é formular a denúncia para que o gestor público possa apurar.

O SR. EZEQUIEL SILVA – Oh, Flávio pega o microfone aí, dar pelo menos uma boa-noite. O Presidente do Bairro Airton Sena, é um grande lutador e a nós vamos encerrar. Marilda não vai dar tempo. Eu vou colocar depois lá no grupo o telefone do Dr. Breno. Fala aí Flávio, pega o seu celular para você anotar o telefone do Dr. Breno.

O SR. FLÁVIO RODRIGUES CARVALHO – Eu quero dar uma boa noite a todos os presentes, em nome do Antônio Heller, que nós nos conhecemos na área rural. É muito fácil se trabalhar na área rural, mais do que aqui dentro da cidade pessoal. Então, a nossa questão, eu quero agradecer o Ezequiel pelo convite e quero também agradecer pelo fato de mais um cargo que a gente tem dentro desse município, dentro dessa cidade de Porto Velho, hoje sou considerado pela UPAS, Diretor da Regularização Fundiária. E eu tenho algumas reivindicações, até então eu quero direcionar diretamente logo ao Dr. Breno que hoje está aqui, eu não sei por quanto tempo ele vai ficar. Então, nós temos várias situações que essa gestão agora que já está terminando, não vai poder fazer mais nada. Também quero parabenizar também aqui a nossa amiga Taiane; Geisa; Secretária Márcia Luma, o qual a gente tem muito conhecimento, trabalhamos muito juntos. Pena que muitas coisas não avançaram, como a nossa questão de Regularização Fundiária. O Assentamento Airton Sena, ele foi feito na verdade, toda documentação no ano, no mês de 21 de agosto

de 2009. Então, até então a própria Câmara de Vereadores era para está acompanhando esse processo de Regularização, não fez nem um caso. Eu espero agora em janeiro, provavelmente fevereiro a gente sentar com os vereadores para ver a situação do Airton Sena, questão de Regularização Fundiária e a nossa documentação. E quero falar aqui também que eu fiz uma denúncia nós temos duas áreas, quando nós fomos assentados nós temos duas áreas de equipamento comunitário o qual elas foram ocupadas e o que foi mais pedido na gestão de 2009 foi que nós morador, não só liderança, mas morador preservasse essa área de equipamento comunitário o qual nós vemos fazendo. Então algum tempo temos duas áreas ocupadas, conversei com o Fabrício e o que ele fez? O Fabrício é o Adjunto da Márcia Luna e o que ele fez? Ele mandou uma equipe para fazer um cadastro dessas pessoas, mas não pediu que desapropriasse, isso é muito ruim, eu até falei para ele, até falei brincando: é por isso que Porto Velho cresce desordenadamente porque é falta de gestão que nem o nosso colega falou, nem todos os funcionários estão aptos naquela Secretaria. Temos outras coisas aqui também como o nosso tempo é curto, depois eu quero passar para o Breno, ele falou que no dia 28 agora de janeiro teremos uma reunião junto com o Prefeito, o novo Prefeito e todas Lideranças Comunitárias, eu vou deixar para passar esse documento em mãos o qual não só eu tenho esse documento como tem o Francisco, aqui o Presidente do Marcos Freire, o Claudemir do Ulisses, Jones do Mariana e muitos outros que a gente sempre, é um grupo de liderança que trabalha junto. Quero falar aqui ao Deputado Neidson, Deputado, no ano de 2013 o governador ele assinou uma Ordem de Serviço junto com alguns gestores pelo Estado de 100% asfalto no Airton Sena. Então, esse documento ele foi assinado no dia 18.09.13 e não deu início, aí foi paralisado pela época da chuva, a ordem de reinício foi no dia 24/04/14, o qual, que nem vocês falaram a pouco que visitaram o Monte Sinai, que visitaram Dilma Rousseff. Então, lá é uma obra de cinco mil metros de asfalto, o qual eu como Presidente de Associação, fui um dos primeiros moradores lá, eu não vi ninguém fiscalizando a obra do Estado. O qual foram feitas a drenagem de duas ruas, essa obra está paralisada e eu pedi um paliativo no dia 04 de setembro de 2015, e esse pedido em nome do Celso Viana, que era o Diretor Executivo, também não fez caso do nosso documento e no dia 18 de maio de 2016, fiz um documento em nome do senhor Ezequiel Neiva, que até então eu acho, acredito que a semana passada a Diretora Executiva lá do Metropolitano era a Nanci, mas parece que ela foi, já removeram ela do cargo. Então, é assim, hoje o Airton Sena, é um bairro bem conhecido pela Secretaria de Regularização Fundiária, eu tenho ajudado muito, eu tenho participado dos eventos, das reuniões que a Secretaria de Regularização Fundiária tem feito lá. Então, é assim, hoje o nosso bairro está muito carente, necessitado, eu tenho brigado muito na Secretária, mas o senhor ver, é muito difícil a gente conseguir as coisas, só sobre pressão, e eu acredito que eu sou um dos únicos que não costuma fazer esse tipo de coisa, porque se eu meter um asfalto, um fogo no asfalto com pneu, ele vai derreter, tenho visto muitas ruas assim. Então, como o Dr. Breno, ele acabou de falar; nós queremos uma gestão, viu Dr. Breno, uma gestão parceira, não uma gestão que venha a fazer as coisas, assim vamos dizer, que obrigatoriamente.

Porque se a gente meter fogo nas ruas, logicamente que ele vai fazer; por quê? Sendo obrigado. Então, o que a gente quer é, essa nova gestão agora ele vem atender todos os pedidos, não só do Airton Sena, como de todos os bairros de Porto Velho e eu quero também um Deputado desta Casa, doutor. Eu sou natural de Guajará-Mirim também, não sei se o senhor nasceu lá, mas me criei em Porto Velho. Eu quero só um Deputado que nos acompanhe em todo esse processo que está no DER, esse documento que nem o senhor viu, a data foi de 2013 e até hoje não foi feito nada em questão desse asfalto lá.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Eu gostaria senhor Flávio, que o senhor pudesse me mandar depois uma cópia...

O SR. FLÁVIO RODRIGUES CARVALHO - Sim senhor.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Do documento aí também e as demais reivindicações.

O SR. FLÁVIO RODRIGUES CARVALHO – Isso, eu vou, como agora eu faço parte dessa conceituada, UPAs, o Ezequiel vem me namorando a algum tempo, então vem, não vem, até esses dias ele tomou uma decisão, foi na minha casa, a gente conversou e colocou os nomes das pessoas o qual fazem parte da Diretoria e aí eu conversando com ele, aceitei a proposta.

O SR. EZEQUIEL SILVA - Flávio, muito obrigado Flávio pela sua explanação, é muito extenso, eu acredito que depois nos vamos marcar, colocar no grupo o número do Dr. Breno que: 92915348, nós vamos colocar no grupo disponível para todos os Presidentes, vamos colocar, se ele permitir no nosso grupo do whatsapp. E o Flávio, ele é o nosso Diretor Executivo de Regularização Fundiária.

O SR. BRENO MENDES – Boa noite mais uma vez, antes era boa tarde, agora é boa noite. É importante vocês anotarem o meu telefone, eu posso até participar do grupo do whatsapp, só como eu estou em vários grupos, eu não respondo. Então, eu prefiro que vocês anotem o meu whatsapp, se vocês tiverem um problema pontual que não seja, que seja, lógico nesse aspecto da Associação, nós estamos lá para ajudar. Então, o meu whatsapp é 92915348, tem o 9 agora na frente, então: 92915348, ok. Se vocês não anotaram depois com o Ezequiel. Ezequiel, só para finalizar, quando tiver terminando aí vamos nos reunir com todos os Presidentes para gente tirar uma foto aqui.

O SR. EZEQUIEL SILVA – Agora então, já estamos finalizando.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Bem pessoal, quero agradecer a todos vocês, vamos encerrar e vamos aguardar essas suas reivindicações aqui através do Ezequiel. Vamos está também trabalhando junto para melhoria de cada um de vocês.

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública. Convidamos a todos para um coquetel que será servido no salão nobre desta Casa.

**(Encerra-se esta Audiência Pública
às 18 horas e 33 minutos)**

**ATA DA 48ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
PARA DISCUTIR SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
FUNERÁRIOS DE EMPRESAS DO INTERIOR
QUANDO O ÓBITO OCORRER NA CAPITAL**

Em 12 de dezembro de 2016

Presidência do Sr.
Alex Redano - Deputado

(Às 9 horas e 33 minutos é aberta esta audiência pública)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alex Redano, realiza Audiência Pública objetivando debater questões relacionadas a prestação de serviços funerários de empresas do interior quando o óbito ocorrer na Capital.

Quero falar para senhores e senhoras que toda dinâmica, falas é de responsabilidade de Sua Excelência, o Deputado Alex Redano que vai conduzir toda sua metodologia desta Audiência Pública. Já se encontra à Mesa o Excelentíssimo senhor Deputado Alex Redano, proponente desta Audiência Pública. Convidamos o Senhor Hueliton Mendes, Chefe da Central de Óbitos, do município de Porto Velho; senhora Matilde Ianes Ferreira, proprietária da Funerária Universo, em Ariquemes. Foi aleatório, nós escolhemos uma proprietária do interior e outra da capital, aleatoriamente. Queria dizer as senhoras e senhores, que podem fazer uso da palavra, levante o braço, podem vir aqui quando começar a Audiência Pública, quando começarem as falas, os debates. Convidamos para compor à Mesa, o Senhor José Thiago Zanini, proprietário da Funerária São Cristóvão, em Porto Velho, compor à Mesa. Lembrando que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo através do site da Assembleia Legislativa, o endereço é: ale.ro.leg.br.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública, objetivando debater questões relacionadas a prestação de serviços funerários de empresas do interior quando o óbito ocorrer na capital.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para ouvirmos o Hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim de Araújo Lima e música de José de Melo e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Podem sentar, muito obrigado. E Sua Excelência, o Senhor Deputado Alex Redano, além de conduzir toda esta Audiência Pública, vai cumprimentar as senhoras, os senhores que se fazem presente, hoje, aqui nesta Audiência Pública. Com a palavra Sua Excelência, o Senhor Deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Bom dia novamente a todos, os nossos amigos que compõe à Mesa, o nosso muito obrigado. Convidamos um representante de Porto Velho, da capital e também uma representante do interior, do município

de Ariquemes. É um tema polêmico, tem gerado polêmica alguns atrás, recebi algumas ligações questionando a Central de Óbitos e nada mais justo do que uma Audiência Pública para ouvir todos os lados e o objetivo é chegar num consenso que fique bom para todos os lados também. Eu gostaria, antes de iniciarmos a Audiência, nominá-los e conhecê-los também, eu vou nominar as pessoas presentes e gostaria só de um aceno para nós sabermos e conhecermos uns aos outros. Senhora Maria do Socorro Leite, seja bem-vinda, a Chefe Administrativa da Alta Complexidade – SEMAS; Senhora Maria Auxiliadora Lima, representante da Funerárias de Porto Velho, seja bem-vinda; Senhora Marisia Dias, proprietária da Funerária Pax Real, seja bem-vinda; Senhora Terezinha Maria Belchiol, proprietária da Funerária Santa Rita, Porto Velho, seja bem-vinda; senhora Marlene Ramos, proprietária da Funerária Ramos, Porto Velho, seja bem-vinda. Senhor Edmar Araújo, Proprietário da Funerária Universal de Candeias do Jamari, senhor Ademilson da Silva, proprietário da Funerária Pax Matheus Vilhena, vieram de longe, sejam bem-vindos, Laudicéia Gonçalves, também da São Matheus Vilhena, senhor Eneir Roque, Funerária Cristo Rei de Guajará-Mirim, seja bem-vindo, senhora Elaine Cristina Lazarim, de Urupá, seja bem-vinda, proprietário da Funerária Nacional, senhor José Mocente, proprietário da Funerária Universo de Cujubim, bem-vindo, senhor João Paulo Lopes, proprietário da Funerária Bom Pastor de Machadinho, senhor Ismael Pereira, da Funerária Imperial Alto Paraíso, senhor Ademilson de Gouveia Silva, proprietário da Funerária Luz Divina, Machadinho d'Oeste, dois representantes de Machadinho, senhor Elias Ferreira dos Santos, proprietário da Funerária Universo, Monte Negro, senhor Fábio Ricardo, Agente Funerário, representante da Associação Cristo Rei, Alvorada d'Oeste, bem-vindo, senhor José Pedro, proprietário da Funerária São José e Dom Bosco, Rolim de Moura, muito bem-vindo.

Senhores, nós sabemos que é um assunto complexo e agradeço a presença de todos vocês, e realmente é um assunto que tem interesse porque nós vimos à distância que as funerárias se deslocaram. Vou primeiramente passar a palavra ao nosso amigo Hueliton, explicar sobre o serviço, vou passar também para todos da Mesa, e depois a ideia até perguntaram para nominar, vou deixar livre para todo mundo falar, dar sua opinião ordeiramente e a intenção que nós chequemos a uma conclusão. Eu assim, antes de iniciarmos, já falo uma coisa que eu estranhei, geralmente as categorias elas têm sindicato, tem associações e as funerárias aqui no Estado de Rondônia, não tem associação, não é? Não tem um sindicato, não tem nada. Tem associação? Ah tá. Só de Porto Velho? Fica a palavra franqueada ao nosso amigo Hueliton.

O SR. HUELITON MENDES – Bom dia a todos em nome do Deputado Alex Redano, cumprimento todos os componentes da Mesa, e também nessa manhã, cumprimento a todos com um bom dia, e me apresentar. Eu sou Hueliton Medes, hoje sou responsável pela Central de Óbitos estrutura da Prefeitura de Porto Velho, que registra os óbitos do município não em nível cartorial, mas em nível de controle da atividade funerária do município de Porto Velho, e também faz a administração, a gestão do sistema de rodizio na prestação se serviços funerários na Cidade de Porto Velho. Nós sabemos da grande dificuldade

hoje da adaptação, é um serviço novo ainda estamos no primeiro ano da sua implantação e esse serviço veio para contemplar justamente o anseio da população no sentido de se ver livre de intermediários na atividade funerária que esses intermediários causavam certo clamor de realmente haver grandes dificuldades no atendimento funerário por ser serem abordados na porta de hospital por pessoas, terceiros que na verdade não são representantes da funerária. E a Lei Municipal garante somente as permissionadas do serviço público funeral à prestação de serviço funerário. Então, daí a necessidade de regular o sistema de rodízio implantada por Porto Velho, anteriormente era o sistema de escolha, todavia sentiu-se a necessidade, a Prefeitura de Porto Velho, como antijurídico de direito público sentiu a necessidade como titular desse poder, titular desse serviço, sentiu a necessidade de se criar o sistema funerário municipal e o sistema de rodízio para tratar igualmente todas as funerárias. Porque as concessionárias do serviço público municipal de serviço funeral são iguais entre si, não tem uma maior, nem uma menor, todas são iguais perante a prefeitura. Então, para tratá-las de forma igualitária a prefeitura preferiu também para quebrar também a ação dos papas defuntos, vulgarmente falado como papa defunto, optou por instalar o sistema de rodízio. Uma vez que instalou o sistema de rodízio, acabou por trazendo algumas consequências do amplo de vista de estreitamento entre a função do serviço funerário municipal do município de Porto Velho com os serviços municipais de serviço funeral das cidades do interior. E aí nós estamos nessa fase de adaptação. Eu não pude trazer nenhum tipo de dado por força maior, não consegui trazer dados para vocês, mas o que a gente vem falar aqui nesta manhã é defender o serviço municipal no sentido de que nós sabemos da dificuldade dos municípios, das funerárias dos municípios do interior, face a essa obrigatoriedade da exigência da tanatopraxia ou da conservação, seja ela qual a modalidade que for para levar os seus falecidos para as suas cidades de origem. A legislação municipal já existia desde e 2013, a Lei Complementar 511 de 2013, já exigia isso, mas como não tinha um ente que fazia essa gestão, não era feita a cobrança, hoje como existe o ente que faz a gestão cobra-se que antes do corpo seja trasladado, ele seja conservado para garantir as questões de meio ambiente e de saúde pública, isso segundo a nossa lei 511. Então a grande dificuldade que tem ocorrido é justamente é entre essa transação entre a funerária do interior e a funerária da capital pelo preço ser tabelado, e a Prefeitura também instituiu um sistema de rodízio para atender as funerárias do interior para a realização dessa tanatopraxia. Então acaba que na maioria das vezes na verdade, como eu comentava com o deputado que preside a Mesa, as famílias vem do interior para serem atendidas em Porto Velho porque no interior não tem a assistência que elas precisam, só tem aqui em Porto Velho. Então os municípios ajudam nessa contrapartida de trazerem as famílias a Porto Velho para se tratarem do seu estado de saúde, todavia, quando não tem êxito nesse tratamento e a pessoas vem a falecer, os serviços de assistência social dos municípios não contemplam essa nova realidade da lei que exige esse serviço antes da realização do traslado, causando uma grande dificuldade para as famílias do interior. E a gente como Prefeitura, posso falar aqui em nome da Prefeitura que a gente, cada município tem a sua assistência

social e cada uma delas tem a sua política de atender esse auxílio funeral que contempla os seus municípios. Todavia os municípios até agora ainda de forma satisfatória atendido, nem Porto Velho também tem essa atenção quanto ao tanatopraxia, que é a conservação do corpo para que ele possa até mesmo ser velado, hoje no serviço municipal não tem também. Eu acho que deve ser uma discussão a ser feita para que possamos honrar os nossos municípios tanto da cidade de Porto Velho como das cidades do interior para que eles possam ser respeitados no seu direito também de velar os seus mortos, não é? Ao ponto de que os carentes também devam ter esse serviço regulado pela municipalidade a que pertencem. Então nessa manhã a gente, a palavra da Central de Óbitos é dizer que ela foi instituída não para atrapalhar a vida e a atividade econômica das funerárias do interior, mas ela foi instituída para poder regular o serviço funerário da capital. Mas, todavia, toda ação tem sempre uma reação e as vezes colateral. Então nessa manhã a gente está aberto a propostas, infelizmente nós estamos num momento de transição e as discussões com certeza vão valer a pena como proposta para a nova administração, para a nova gestão que se inicia a partir do ano que vem para a gente chegar a um ponto, um denominador comum entre a necessidade de existir regulação e também atender de forma satisfatória as familiares do interior e as funerárias do interior. O que mais nos preocupa é esse serviço no interior para que ele possa ser feito de forma satisfatória e que as famílias sejam atendidas. Às vezes a gente chega por situações, a Central de Óbitos onde a família veio sem nada, não tem nada, chega na Central de Óbitos mesmo de favor, e realmente não tem essa assistência por parte do seu município ao ser carente não ter o seu direito garantido pelo seu município, essa assistência tão necessária no momento da fragilidade, no momento da perda. Então a gente como Central de Óbitos vê essa necessidade de que os municípios possam realmente olhar com um maior carinho essa questão do atendimento social dos seus municípios, dado que dentro da política nacional, a Maria Socorro, pode falar melhor do que eu, cada município é responsável pelos seus municípios, então dessa forma o município de Porto Velho não pode garantir o pagamento de auxílio funerais a municípios de outros municípios porque o serviço, essa assistência é municipalizada, é responsabilidade de cada município, mas a Central de óbitos ai fica nesse meio termo, o município não atende o munícipe, o munícipe não tem como fazê-lo, não tem como pagar particular e a central de óbitos as vezes, por vezes a gente tem até que intermediar a ajuda entre todas as funerárias de Porto Velho, estão aqui podem me ser testemunhas, teve vezes de situações a família não tem um real e a gente falou com os donos de funerárias e cada um doou alguma coisa e sepultamos uma pessoa que tinha falecido que não tinha condições nenhuma e era do interior, então não podia receber o benefício de Porto Velho, mas também não tinha dinheiro para ir para a sua cidade, e a gente com o maior esforço reuniu os donos de funerária de Porto Velho e fez esse serviço. Então no momento de instalação, a central de óbitos foi instalada neste sentido e a gente quer que funcione da melhor forma possível, em momentos de instalação situações que vão embarçar acontece infelizmente, porque se está criando ainda esse modo de gestão, esse sistema de gestão do serviço funerário, não é, então por isso ainda há

alguns tipos de inconsistência, mas nós estamos abertos para discutir as melhores ações para que possam se resolver e possam se encaixar na legislação vigente mas também possa atender as famílias que é a nossa prioridade. Está bom. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Todos que tem dúvidas pode anotar que assim que ouvirmos a Mesa já vamos começar os debates e todos poderão usar a voz.

Passamos neste momento para fazer uso da palavra a Sra. Matildes Ianes Ferreira, proprietária da Funerária Universo de Ariquemes.

A SRA. MATILDES IANES FERREIRA – Bom dia a todos. Estou um pouco apreensiva porque eu vim para representar a minha empresa, mas fui convocada para estar aqui, mas o que está ao meu alcance, que está ao alcance da minha região eu creio que dá para eu falar aqui. O problema que está acontecendo foi o que ele disse ali é o problema do pessoal do interior que não tem uma assistência médica suficiente no interior e são obrigados, são colocados dentro de uma ambulância e trazidos a Porto Velho e chegando aqui sem o êxito no tratamento vem a falecer e daí vem o grande transtorno, a funerária do interior, seu conhecido que pode lhe fazer uma boa condição, mas como tem agora a parte do tanato ela está um pouco alta para o nível de muitas pessoas, como o caro colega ali disse sobre a prefeitura. Nós sabemos que dentro da prefeitura, o deputado sabe, eles sabem que tem um patamar para ser atendida aquela família pela prefeitura. Pelo que eu sei, inclusive tem municípios que a gente sabe a promotoria tem seguido de perto, porque quando a família solicita esse serviço de prefeitura a assistente social tem que encaminhar alguém à residência, ao local para saber se aquela pessoa realmente é carente e precisa de um serviço da prefeitura, então se ele tem ali uma moto, se ele tem lá no sítio uma vaquinha, se ele tem um emprego que ele tem um salário que dá para pagar uma funerária parcelado a prefeitura não vai dar assistência para ele, ele tem que se virar particularmente, e por enquanto como nós sabemos as prefeituras não pagam o tanato, eles dão urna e traslado, urna e traslado, não dão arranjos, tem prefeitura que ainda dá arranjo, mas é urna e traslado, tanto que as licitações vai lá 'urna tal, traslado tal' para você por o preço, não dão outra coisa, por enquanto não. Então a família que já solicitou um serviço de prefeitura, a prefeitura analisou que ele é carente, ele não vai ter 863,00, mil e poucos reais para desembolsar na hora à vista, porque não é feito a prazo isso aqui em Porto Velho, então ele recorre à funerária, a funerária não vai pagar um serviço que não vai receber da prefeitura e aí como que fica? Tem corpo que tem falecido de madrugada e está saindo daqui de noite com todo esse transtorno, que quando a funerária vinha do interior para buscar isso não acontecia. Nós sabemos que dentro da lei da ANVISA o corpo é obrigatório ser feita a tanato após 24 horas de óbito, então se não tem esse transtorno um corpo não leva 24 horas para chegar em Ariquemes, chegar lá em Vilhena, chegar em Rolim de Moura, em alguns lugares assim. Mas muito bem, passamos o serviço de prefeitura. A pessoa que não está nesse patamar de prefeitura, não vai ser aceito ser pago pela prefeitura ele tem que recorrer a seus recursos próprios e as vezes ele veio para cá sem dinheiro, a

família que está lá no momento sem dinheiro, depende dispor de alguns bens para pagar esse funeral e a funerária que vai atender ele lá do interior não vai pagar à vista isso aqui, não vai desembolsar, porque lá vai fazer para ele parcelado em 4, 5 vezes, a condição dele é que vai dizer ou esperar ele vender alguma coisa, então não há condições, e aí como a central eu acho assim, uma opinião minha, tem que mudar algumas coisas aqui na central, a central taxou isso aqui por plantão, por vezes, cada funerária tem sua vez para fazer esse tanato. Aí o interior liga: "qual que está na vez? 'Nós temos três que você pode escolher'. Eu vou escolher uma que eu não conheço, que não vai me dá prazo nem para o outro dia, é um final de semana, é a noite, como isso já aconteceu hoje mesmo, você vai arrumar dinheiro aonde, à noite, num final de semana, num feriado? E ela não faz para esperar para o outro dia, e daí? "Mas eu não posso pegar uma que me conhece, que vai esperar? 'Não, não pode!'. E aí como que se faz? A família está no desespero, já está aqui às vezes sem ter conhecimento, sem ter dinheiro e com parente, seu ente querido morto, ele sem condições de raciocinar e a gente de mãos atadas. Então tem esse impasse, pelo menos comigo tem acontecido isso e já tenho ouvido muito com vizinhos. Então, tem que se resolver essa parte, ou se faz a prazo para a família ou se faz a prazo, até para a funerária é difícil, porque eu tenho que receber para depois pagar. Então está tendo esse problema. Aí, está alto o tanato, e daí para a gente pagar o frete para acelerar, que a gente sempre tinha, tem as pessoas que fazia os fretes, para a gente não por nosso carro na estrada e para adiantar para as pessoas, para a família, o frete aqui também está muito alto, preço muito alto de frete para a família pagar, para levar para a funerária daqui fazer o tanato, fazer o frete. Mas o frete ainda a gente vem buscar, mas o tanato não tem como, então tem que se ver isso. O outro problema é o infantil, o infantil de um ano abaixo não se faz tanato, não é obrigado fazer o tanato. Aí têm pessoas que estão querendo exigir que faça o tanato. Porque as funerárias do interior não podem remover o corpo no hospital, Deputado, não pode se aproximar da Central, não sei por que, porque não é bandido. Eu acho que isso aí está ferindo a Lei Federal do "seu ir e vir", direito do cidadão de "ir vir". Não, a funerária do interior tem que ficar a 100 metros longe, o seu veículo longe da Central. A funerária do interior não pode ir ao hospital remover o corpo, então tudo isso é pago para a funerária daqui isso é a vista, já englobado o tanato, mais esse traslado. Quando é um infantil que não precisa de tanato, nenhuma funerária que está na vez quer fazer. Então o que está dando para entender para o pessoal do interior? A Central não foi criada para organizar, porque para começar não estar organizada, cada dia é uma coisa, cada dia muda uma coisa, cada dia se fala uma coisa. Então, as funerárias do interior estão entendendo que a Central foi criada para se segurar serviço do interior aqui e se ganhar dinheiro em cima disso, porque quando é uma criancinha, que o serviço é baratinho e vai pagar só para retirar do hospital, nenhuma que está na vez quer pegar. Porque ele não vai pegar por R\$ 150, mesmo que seja do lado, ele não vai retirar porque não compensa, ele quer fazer o tanato: não, não vai fazer o tanato, então nós não vamos fazer. Isso está acontecendo aqui na Central. Outra coisa, deu uma paradinha, mas no começo, quando a família estava desesperada dentro da Central sem

saber resolver, que passava o telefone para a gente falar com a Central, teve várias vezes da Central, da pessoa da Central, pena que a gente não sabia, não gravou na hora, não ligou o telefone para gravar, tentou direcionar o serviço para tal funerária de Porto Velho, pensando que a dona da funerária era da família, você entendeu? Achando que estava falando com parente do falecido, "ah, mas aqui tem uma funerária que faz bem barato". Ai, a gente, então qual é que faz bem barato? "tal funerária". Então na realidade, no começo ela foi criada para direcionar o serviço a certa funerária, aconteceu várias vezes isso. Então, o infantil está tendo esse impasse, ninguém quer pegar o infantil no hospital para a gente, porque não está ganhando nada, não vai ganhar nada. Então, por aí, não é organização de Central, aí é dinheiro, dá para se entender isso. Outra coisa é o transtorno, falece um lá no Santa Marcelina, a família não conhece Porto Velho, ele tem que se deslocar do Santa Marcelina, de qualquer hospital aqui e vir primeiro na Central, porque só vai ser acionada a funerária que vai remover o corpo depois que a família estiver na Central, fazer um documento ali. Então ele tem que sair de lá ou de táxi ou de ônibus, não sei de quê e vir ali. Então, tudo isso vai se demorando, aí eles ficam ligando lá, "e a funerária, dona, que não apareceu nem aqui na Central ainda para buscar o corpo? Qual a funerária que vai pegar o corpo do meu pai, do meu irmão, do meu filho, não sei de quem, da minha mãe?". E aí você liga na funerária que você então contratou para fazer o tanato, "não, está indo, está indo, está indo, está indo", está acontecendo muito isso também. Outra coisa, não estão destacando Nota do serviço, não está indo Nota, está indo a ficha da Central. Alguém aí está pegando nota? Não! Eles não tirando Nota para as famílias, e nem para a funerária que está pagando, não está saindo Nota da funerária que está fazendo o tanato. Outra coisa, na minha funerária, eu posso falar pela minha, eu nunca coloquei um corpo a não ser que ela já venha em decomposição e de muitos dias, mas eu nunca coloquei um corpo que eu peguei num hospital, num IML e coloquei para velar que ele entrou em decomposição, família teve que sepultar antes do horário ou não deu nem para velar, teve que lacrar caixão. E daqui dos tanatos que estão sendo pagos está acontecendo isso, quando não entra em decomposição, está chegando vazando muito, com a boca aberta, já enrijeceu, por causa do tanato não dá mais para consertar. Ai, quando chega lá, que a gente abre o caixão, que vai ver a situação que está o corpo, é problema sério. Isso está acontecendo muito. Tem até casos, parece que já tem caso já recorrendo porque pagou e o corpo entrou em decomposição, já são vários casos. Outra coisa, tem funerária que quando pega, ele pega o serviço todinho, ele consegue levar para fazer o tanato, ele pega o serviço para fazer. É óbvio, a família pode escolher um de Porto Velho para fazer. Eu acho que tem que ter a lei da concorrência que na central não está tendo, porque a partir do momento que eles taxam com quem que eu tenho que fazer a conservação, é porque não existe a Lei de Concorrência, e eu acho que tem que ter. Eu acho que a Lei de Concorrência não se corta, é uma lei federal, é uma lei que está na Constituinte. Então, na central não tem Lei de Concorrência. Não está sendo respeitado isso aí. Mas eles podem escolher uma funerária de Porto Velho para fazer o serviço deles, só que tem funerária que faz o serviço completo e liga lá pedindo o CNPJ da funerária do

interior: Qual é o seu CNPJ? Não, mas porque você quer meu CNPJ? Não, mas está indo aí para a sua funerária. Não, está vindo para eu só sepultar, para eu fazer só a complementação, serviço quem fez foi você. Então não tem que ter meu CNPJ. Ai, o que é que tem acontecido? Tem lugar lá, de cidade, que aquela ficha do, viu Hueliton, tem gente tirando ficha com funerária fantasma do interior. Chega lá na funerária, que é a que existe no local, a ficha que está com a família, está lá 'funerária tal, endereço tal,' que não existe essa funerária no interior, nem existe endereço na cidade, nem existe CNPJ. Então, está acontecendo isso. É bom averiguar. Por que é que está acontecendo? A Prefeitura colaborou com eles, aceitou essa situação que está causando transtorno lá no interior, que eu creio que os Deputados vão se reunir, vão resolver isso, a gente está confiante, e a Prefeitura colaborou com eles e agora eles estão passando a perna na Prefeitura, porque estão tirando Nota com funerária fantasma, lá no interior, que não existe, para dizer que não foram eles que prestaram o serviço aqui, para não pagar imposto para a Prefeitura daqui. E também não estão emitindo Nota para as funerárias. Não sei se nas outras funerárias está acontecendo, mas comigo está acontecendo. A concorrência, não emite Nota, fazendo as fichas e é isso. É isso que eu estou dizendo, eu acho que eu falei o que eu imaginei. A minha opinião é essa. Eu acho que mesmo a pessoa que não vai entrar no serviço de Prefeitura, não entra naquela lista do serviço de Prefeitura, não é um carente, carente, mas ele não tem dinheiro na hora. Porque eu quero perguntar aqui se tem alguma funerária, que tem dia que a gente não tem no escritório dez reais para comprar copo descartável, tem dia que a gente não tem. Agora, imagina uma família que sai lá do interior, que vai levar uma pessoa lá no hospital regional de Ariquemes ou de qualquer outra cidade, e ele nem volta para casa para pegar roupa, de lá ele é encaminhado para Porto Velho e acompanha esse parente sem dinheiro, sem nada, às vezes nem tem o que comer. E daí ele tem que desembolsar ou tem que deixar a família lá doidinha para arrumar dinheiro para mandar. E ainda falam assim: não, não quero nem cheque. Tem funerária que não quer nem cheque. Ela quer o dinheiro limpinho, e está difícil. Está difícil porque é difícil você ver uma família já numa situação daquela, não ter o dinheiro e ter que pagar isso a vista e esse valor alto. Está alto, para ser a vista está alto esse valor de tanato e até o valor do traslado de pegar no hospital e trazer para a central. Lá no Santa Marcelina, eu até concordo com R\$ 150,00, mas aqui dentro da cidade eu acho que está meio caro, mas nós estamos pagando ainda. Essa noite ainda pagamos. Tanto que eu pedi, um dia eu pedi para um rapaz da Central o telefone do responsável da Prefeitura. Eu falei: eu quero saber quem é o responsável da Prefeitura pela Central de Óbito. Que a gente tem que começar a questionar essas coisas que estão acontecendo, e nós precisamos do telefone. Precisa ter alguém de plantão, porque não sei o porquê que acontece. É até bíblico isso, que na calada da noite cai setas, vêm e que a morte abrange. Pode notar, a maior parte das pessoas falece à noite e final de semana. Ai ninguém tem dinheiro, não tem de quem pegar esse dinheiro emprestado, se torna difícil vender uma coisa de última hora é difícil. E agradeço, peço desculpa de algumas coisas.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Agradecer também a presença da senhora Régia Martins, Diretora do Departamento de Vigilância Epidemiológica e Ambiental da SEMUSA, de Porto Velho; e a presença também da Secretária Adjunta da SEMAS, senhora Maria Euzenir da Silva Viana. Muito obrigado pelas presenças. E a importância da presença de vocês também para esclarecer algumas dúvidas. Aqui o nosso amigo Hueliton falou a pouco dos serviços assistenciais e também a questão médica também, questão do meio ambiente também relacionado. Então, muito importante à presença de vocês para esclarecer as nossas dúvidas.

Passaremos agora a ouvir o representante aqui na Mesa das Funerárias de Porto Velho, o proprietário da Funerária São Cristóvão, o Sr. José Thiago Zanini. Obrigado Thiago.

O SR. JOSÉ THIAGO ZANINI – Eu vou argumentar algumas coisas aqui até em cima da fala da senhora Matilde com relação ao tanato, algumas coisas que é o meu entendimento. Algumas coisas realmente eu até desconhecia, questão de empresa fantasma aí, é uma coisa que de fato se ocorre eu acho que tem que ser feita a denúncia com o nome da empresa e quem prestou o serviço aqui para verificar, porque realmente isso é inaceitável. Mas, bom, vamos lá. Com relação ao tanato que eu acho que é o principal, o tanato e o traslado que é o principal que está gerando mais transtorno, vamos dizer assim, como o Hueliton comentou, a tanato ela foi implementado a obrigatoriedade de se fazer a tanato por mais de..., quando o corpo vai trasladar por mais de 50 km, se implementou através de Lei a obrigatoriedade de se fazer a conservação no município de Porto Velho como a questão de saúde e de meio ambiente, porque isso, imagine um corpo ser trasladado por quatro, cinco horas atrás de um carro funerário sem conservação nenhuma no calor que faz em Rondônia. Então, isso pode criar alguma situação de saúde, meio ambiente complicado. Então, por esse motivo foi feito isso, se é o correto ou não, enfim, mas a ideia foi essa. Com relação ao preço da tanatopraxia existe uma tabela Deputado, até da Associação Nacional das Empresas Funerárias – ABRIDEF, é uma Associação Nacional das Empresas, funerárias que tem vários serviços, inclusive, a tanatopraxia não é uma tabela impositiva, ela é uma tabela sugestiva, mas os preços que são comercializados na tanatopraxia em Porto Velho, inclusive, estão abaixo da ABRIDEF, eu não sei o preço que o interior comercializa a tanato, porque é livre isso, mas pode ser mais baixo até, mas, a tabela, o que foi tabelado por Decreto no município está abaixo da Tabela da ABRIDEF. Então, inclusive, foi lançada a nova tabela agora 2016/2017 recentemente e o preço da tanato aqui em Porto Velho que foi tabelado está abaixo do preço da ABRIDEF. Então, com relação aos valores altos pode ser que seja ao que se pratica no interior em outra funerária, mas com relação a Associação Nacional está até abaixo, e você levando em consideração que os produtos são todos produzidos em Minas, Curitiba, São Paulo, e tem o frete para cá ainda, então tem um custo até maior da tanato no nosso Estado e ainda assim a tabela está abaixo da Assistência Nacional. Com relação a forma de pagamento é natural que as empresas elas vão querer se garantir de que irão receber, é lógico que toda a transação comercial ela vai girar uma certa inadimplência, mas as

empresas sempre trabalham para diminuir essa inadimplência porque se deixar a coisa de qualquer jeito a empresa acaba tendo uma inadimplência muito alta e isso pode acarretar prejuízo para a empresa sérios. Então, creio eu, que as Empresas Funerárias estão, da capital, estão tomando atitude para que diminua sua inadimplência, é óbvio que se essa pessoa não tem condições, aí sim, aí é um caso grave porque é um caso que cria problema porque a população não tem como pagar, os municípios de uma cidade do interior não têm dinheiro para pagar e aí o município não paga isso na Assistência Social, aí realmente, cria um problema. Agora, quem não é carente, quem tem condições de pagar as empresas daqui eu tenho certeza que parcela também, a minha, por exemplo, parcela no Cartão de Crédito, parcelar em quatro vezes, cinco vezes sem problema nenhum, mas no cartão, uma coisa que eu tenho a garantia que vou receber. Ah! Vou pagar. A pessoa vai embora, não sei o endereço ou se sei o endereço também lá em Ariquemes, lá em Ji-Paraná, lá em Cacoal é difícil você fazer essa cobrança, ainda que seja judicial, é difícil. Então, as empresas vão trabalhar para tentar diminuir essa inadimplência, levar essa inadimplência ao mínimo possível, agora, se a família tiver um cartão de crédito que tenha esse limite vai passar parcelado tranquilamente. Agora, se a família não tiver condições aí realmente, eu concordo que tem que ter alguma ou o município, cada município cobrir a social, através dessa tanatopraxia dessa conservação ou o Estado se assim entender que deve intervir, enfim.

Bom, e com relação ao traslado, o traslado antigamente, a pessoa comentou do traslado. Ah! Que o traslado era feito por terceirizados, meio aqui, assim, assim, assado. O que ocorria antigamente antes da Central é que qualquer pessoa, esses intermediadores que o Hueliton, comentou, que existe ainda na cidade aí, mas estão com ação bem restringida hoje, o que acontecia que eles intermediavam na porta do hospital, já passava o serviço para o interior e eles mesmo faziam o traslado, não eram as funerárias daqui ou funerária de lá que faziam o traslado, são pessoas alheias ao serviço funerário que faziam o transporte do corpo sem carro, inclusive com o mínimo de condições para fazer esse transporte, pega uma Santana Quanto, uma Doblô, deita o banco, põe o cara em cima e levava. Era assim que era feito e isso, lógico, o município está travando porque está transportando o corpo de forma totalmente inadequada, o transporte do corpo tem que ser feito numa maca, a urna tem que ir em cima de uma maca de inox, uma coisa que tenha higiene, tenha higienização, enfim, e não era feito assim; deitava o banco, o familiar as vezes ia junto, sentava aqui no banco, ficava de pé atrás, deitava o banco, atravessava a urna, sem amarrar, sem segurança nenhuma, um possível acidente na estrada aí, até correria risco, aumentaria o risco de vida dos passageiros, da família e até do motorista; porque eram levados em carros totalmente sem adaptação para o serviço funerário. E isso agora a Central está cobrando um pouco com relação a isso. Então, óbvio, o interior pode vir buscar com carro deles, saem do município deles vem aqui, faz a remoção e leva ou eles podem contratar a funerária daqui para fazer esse transporte, é opcional isso. O que não pode permitir é que pessoas terceirizadas, alheias ao serviço funerário; faça esse transporte, porque põem em risco as pessoas, os passageiros e até risco de saúde e risco

de acidente mesmo, complicaria. Isso é assim em todo lugar, em São Paulo, Curitiba, por exemplo, em São Paulo inclusive o serviço é público, o serviço lá é público e mesmo assim a Central de Óbito lá, não sei se é bem a Central, como é que funciona, mas é exigido que a funerária que tenha cadastrado na Central, o carro seja cadastrado e o funcionário cadastrado. Estando cadastrado, ele consegue em São Paulo, em Curitiba e remover esse corpo e leva para o interior, desde que a funerária seja da cidade. Para evitar exatamente isso, essas empresas fantasmas. Então, essa empresa tem o CNPJ cadastrado, tem tudo cadastrado, então só sai corpo daqui para empresa que é cadastrada, que tem CNPJ, que tem alvará, tem tudo funcionando corretamente no município. Então, essa questão de liberar corpo para uma empresa fantasma, já diminui. Então, em São Paulo é assim, em Curitiba é assim, é feito esse cadastro, a empresa estando cadastrada aqui, ela consegue fazer remoção, é só se cadastrar, tendo CNPJ, cadastrar. Então, é isso que eu desejo falar e contribuir, espero que possa ajudar vocês. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Antes de abrimos para todos usarem a palavra, eu fiz algumas anotações aqui. Vou pergunta, não precisa responder agora não. O Senhor anota e depois a gente pode discutir. Qual o valor do serviço e o valor dar taxas tabelado? Como funciona em outras capitais? O senhor mencionou em São Paulo e Curitiba, parece que em Cuiabá também tem uma Central de Óbitos. Então, como que funciona nas outras capitais? Em relação, em relação a valores, uma ideia que surgiu, de repente colocar, porque tem as tabelas. Se colocar de repente o mesmo valor dos preços cobrados em licitações públicas. Sempre tem as licitações ou o preço sempre baixa o máximo possível, porque são 20, 30, 40 funerárias disputando. Eu não sei se tem aqui em Rondônia alguma licitação ou se para fora, ou se nas licitações o valor é maior. Também, daí eu tenho essa dúvida. Então, eu só fiz essas anotações. Gostaria agora, a gente não fez a lista para quem vai falar primeiro, é só sinalizar com o braço que tem os microfones, só aperta aqui, ficou vermelhinho, já pode falar. E quem quiser também usar a tribuna, falar com mais tranquilidade, pode usar a tribuna também. Então, nosso amigo. O nosso Mestre de Cerimônias vai conduzir, melhor.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Eu só queria, por gentileza, desse o nome, porque nós temos aqui os registros taquigráficos, o nome e qual a funerária. Está bom. Vou repetir o que o Deputado falou, permissão Deputado; podem falar daí ou aqui. Primeiro a senhora.

A SRA. MARÍSIA DIAS OLIVEIRA – Sou representante da Funerária Pax Real aqui de Porto Velho. Eu gostaria só de acrescentar alguns esclarecimentos, foi dado pelo Hueliton, complementado ali pelo Thiago e responder alguns questionamentos da Dona Matilde, que é minha amiga há muitos anos. A respeito do que nós passamos nessa cidade, que eu acho que não é nenhuma dessas pessoas aqui desconhece que o que se passava aqui em Porto Velho, a pouca vergonha e sei que isso também acontece no interior do Estado de Rondônia. A falta de respeito com as famílias enlutadas nessa cidade, muitas vezes chegou as vias de fato, brigas onde foi

parar em Delegacias, passando na imprensa tanto televisionada, como rádio. Então, essa Lei foi uma briga desde 2002, quando nós assumimos essa empresa Pax Real, que nós temos brigado com todos os prefeitos que foram entrando para que realmente saísse uma coisa que normalizasse essa situação tão indecente, digo isso por ser humana e achar que esse tratamento junto as pessoas enlutadas, era desumano. Então, essa Lei veio de certa forma beneficiar toda população de Porto Velho, e também do Estado de Rondônia, porque eu acho que deve servir de exemplo para que todos os municípios façam isso. Gostaria também de aproveitar ao poder estadual, aqui representado pelo ilustre Deputado, que estendesse que diminuísse a dependência das funerárias para buscar corpos falecidos ou em residências, ou em fazendas como acontece hoje colocando em risco a vida desses prestadores de serviço, que nós somos uns prestadores de serviço público. Gostaria que fosse colocado IML's pelo menos nas cidades estratégicas e com rabeção, que buscasse esses corpos para que evitasse contaminação nos nossos funcionários, e nossa mesmo como proprietária, deixo essa minha solicitação a Vossa Excelência. Gostaria também de esclarecer a Dona Matilde, que a necessidade da conservação do corpo, o Thiago, falou muito bem. Nós hoje temos uma temperatura próxima de 40º graus no Estado de Rondônia, a Lei da Anvisa que disse a Lei da Anvisa que disse que depois de vinte e quatro horas, que o corpo precisa de conservação, ela não se atentou para peculiaridade desse Estado, tão divergente em todas as situações inclusive de temperatura, corpo sai com quatro horas que a gente tira ele do hospital, ele chega a funerária infelizmente fedendo. E isso é uma realidade, qualquer um dono de funerária aqui de Porto Velho, é testemunha disso, ninguém morre porque está bom, são doenças e doenças e doenças, inclusive aquelas que não se descobriu o ainda o nome. Então, essa necessidade Dona Matilde, é fundamental, a gente entende muito bem o problema da carência das famílias, mas isso o poder público municipal tem que suprir, tem que suprir, isso é uma verba federal, sai para todos os municípios na área social. Porto Velho, o serviço de hoje dos carentes de Porto Velho, é uma realidade e muito digno, digno, infelizmente não cobre o tanato também, mas as famílias, o poder público reformou a capelinha lá do cemitério para que a família vele o seu parente ali por pouco tempo antes de enterrar, isso, realmente a gente entristece em falar sobre isso. Mas a criança realmente, não é exigido fazer a tanato, eu acho que é só a gente pegar e entregar, mas vai ter realmente o traslado, e o traslado é que custa caro, porque? Porque o custo da gasolina tem subido assim disparadamente, e por isso o desgaste com o automóvel e assim sucessivamente, vocês são donos de veículos, sabem quanto custa manter um veículo. Antes os donos das funerárias do interior ligavam aqui para os papas defuntos que iam aos hospitais tiravam o corpo, colocavam o corpo numa urna velha qualquer, de qualquer jeito e levava isso, graças a Deus isso acabou, graças a Deus, nós não estamos disseminando doenças por aí, nós fazemos um serviço seríssimo que eu acho que é esse de cuidar das pessoas depois que morrem. Por isso merecemos um respeito do poder público, todos nós merecemos esse respeito, porque fazemos aquilo que ninguém gostaria de fazer, cuidamos das pessoas na hora que elas partem para outro lugar, mas fica o corpo, e

este corpo infelizmente não vale nada, mas fedemos, nós somos iguais, não existe cor, não existe raça, não existe credo para ser diferente. Então, eu gostaria que as pessoas do interior não nos olhassem como inimigos não, nós somos empresários iguais a vocês, e acho que temos que selar é parcerias entre nós, não é brigar, isso é o que eu apelo. Hoje o Excelentíssimo Senhor Deputado perguntou quanto custa ali quanto custa um tanato, e um tanato hoje em Porto Velho é barato em relação a todo o país, é tabelado com um decreto do Prefeito setecentos e treze e noventa para corpos que morrem em hospitais, quem foi de morte de trânsito, morte matada vai para o IML este corpo custa, o tanato custa novecentos e setenta e três e setenta centavos se já estiver em estado de decomposição, esse valor passa para mil cento e sessenta e oito e cinquenta. E os carros nossos são cadastrados no SEMTRAN e com a exigência que não pode passar de dez anos. Então nós temos muitas coisas, essa lei nos beneficia hoje sim, mas também nos cobrou muito, tivemos que fazer grandes investimentos para entrar na estrutura, hoje o Poder público aqui em Porto Velho nos cobra constantemente, a gente tem que ser licenciar, tem licenciamento ambiental, tem licenciamento de saúde, tem licenciamento de carro, nós temos licenciamento de tudo, todo início de ano é essa loucura, e isso eu acho que o Poder Público teve nos respondeu. Eu agradeço muito a gestão atual do Dr. Mauro que nos ajudou nesse sentido de regularizar essa nossa situação. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Passar a palavra para o nosso amigo Sr. Ademilson da Silva, mas antes Ademilson com a sua permissão eu gostaria só de fazer um comentário e agradecer a Prefeitura de Porto Velho que está aqui presente, mas assim a falta dos demais convidados. Nós convidamos, reiteramos o convite e parece assim que fica no ar, tipo, existe preconceito contra os serviços funerários, eu senti isso em entrevista no interior que eu tinha compromissos, eu cancelei os compromissos, eu falei: olha eu estou fazendo uma audiência para ouvir os serviços funerários do Estado. Eles, mas serviços funerários? Então às vezes tem um preconceito, mas registrar a ausência de um órgão importantíssimo que seria importantíssima essa união que é o Ministério Público estadual, também a nossa Procuradoria do Governo se fez ausente, e eu gostaria, achei incrível isso, eu pedi que convidassem todos os vereadores do Município de Porto Velho, todos! Eleitos e reeleitos, nós não obtivemos resposta com a informação de nenhum vereador presente que seria muito importante está aqui nesse debate. Então feita essa reclamação, passo a palavra aqui ao nosso amigo de Vilhena, proprietário da Funerária Pax Mateus, Ademilson de Gouveia Silva, e novamente agradeço a Prefeitura de Porto Velho, aos Secretários, aos representantes aqui presentes. Obrigado.

O SR. ADEMILSON DE GOUVEIA SILVA – Bom dia senhor Deputado, quero no nome do senhor cumprimentar toda a Mesa, dizer que o nosso telefone que está tocando não é falta de educação, é porque nós estamos com uma situação exatamente nisso para resolver aqui e precisamos resolver também de outras cidades. Quero dizer deputado que é exatamente isso que o senhor falou, com relação, quando se trata de assuntos do serviço funerário as autoridades se isentam o máximo que

puder, parece que todos têm medo de mortos, e sobra na verdade sobra para as funerárias do local, da capital, do interior resolver isso aí. As funerárias da capital têm melhorado muito depois de que surgiu a Central, a Central ajudou muito não podemos negar que ajudou e muito o serviço funerário tanto da capital, quanto a do interior. O Hueliton nos tem ultimamente como a proprietária da funerária de Ariquemes disse, que no começo muito confuso, mas o Hueliton é uma pessoa que ele vem melhorando, por exemplo, nós temos que discutir algum assunto, ele tem melhorado. Com a relação, é inadmissível isso só se nós estivéssemos loucos, fora de si para pagar uma tanatopraxia aqui em Vilhena para levar ali Ariquemes, é impossível isso! Para levar em Vilhena, nós buscamos, nós estamos a mesma distância de Cuiabá com Porto Velho. Quando nós vamos para uma central funerária de Cuiabá que é antiga, que está a muito tempo trabalhando, que a Prefeitura lá tem trabalhado a respeito disso, chegamos lá pegamos o corpo, colocamos dentro da urna devidamente protegida, a urna de remoção, colocamos e trazemos para fazer a tanatopraxia em Vilhena, nós temos os técnicos lá formados, mandamos sempre para melhorar o serviço funerário. E eu creio que qualquer outra funerária do interior hoje tem uma pessoa que é responsável que tenha capacidade, quando nós pagamos aqui oitocentos reais para a funerária que está de plantão o qual aconteceu ontem na nossa cidade e tem acontecido frequentemente, não vale cem reais o serviço da funerária de Porto Velho, chega lá não dá para fazer o trabalho da gente, o corpo vaza a noite inteira. Então, por exemplo, se a funerária de Porto Velho pegou um serviço lá de Vilhena ela não pode levar de maneira alguma sem fazer a preparação, isso eu concordo, passou de 50 quilômetros faça porque senão você vai ter estar lá a noite inteira prestando serviço, agora quando a família contrata funerária de Ariquemes, contrata funerária de Alta Floresta ou de Alvorada, ou contrata uma funerária de Vilhena é o serviço que a funerária daqui, a Central daqui com as funerárias daqui, o plantão daqui é para Porto Velho, para tratar dos assuntos de Porto Velho, assunto do interior trata a funerária do interior que tem o contato lá com a família. Porque hoje nós pegamos um serviço lá, quem mora no interior conhece todo mundo e nós somos recorrido porque quando uma pessoa está doente precisando de uma cirurgia, de alguma coisa nesse sentido ou de um tratamento médico os médicos vão empurrando e não consegue-se vagas, mas na hora que morre imediatamente você tem que resolver ou você resolve naquele momento ali ou você nunca mais resolve esse assunto, vai apodrecer o morto ali, aí por causa desta lei que trata especificamente de Porto Velho atingir as funerárias do interior de uma forma brutal como esse de ter que pagar, por exemplo, tem muitas pessoas que nós fazemos caridades lá no interior, as funerárias de lá são braço do Governo estendido lá do município porque muitas vezes as pessoas não tem um centavo, pessoas nunca vai ter um cartão de crédito para passar aqui em 4, 5 vezes para pagar. E outra coisa as questões dos carros aqui, nós temos alguns colaboradores aqui que são sérios, eu podia citar nome de alguns aqui, mas não quero fazer isso para não deixar esquecidos nem aborrecidos, mas tem algumas pessoas que eu ligo aqui e contrato que são pessoas sérias que levam o corpo lá em Vilhena para nós e nós preparamos para adiantar,

mas se não puder nós temos os carros para vim buscar aqui, inclusive carro que nunca rodou que está lá dentro de Vilhena que compramos agora para melhorar o serviço. O interior se puxar bem a ficha técnica de cada funerária eu estou para dizer que o interior tem um serviço funerário muito melhor do que na capital, então o interior precisa ser olhado com respeito. E eu agradeço o senhor por ter tomado essa iniciativa, já disse para a minha esposa que eu sou uma extensão do senhor lá na minha cidade, sou vereador lá também e acho que o poder público tem que olhar para as funerárias com respeito porque nós não somos diferentes de outra empresa ou de outro segmento comercial, nós somos empresas que prestamos esse serviço e que muitas vezes temos que dar o nosso produto de graça porque as pessoas não tem como pagar e, graças a Deus, lá no interior eu tenho certeza que as pessoas lá não tem dificuldade com isso, tem atendido porque conhece. Aqui na capital as vezes uma funerária daqui faz o enterro amanhã encontra a família na rua e não sabe nem quem é, mas no interior se a gente deixar de amparar alguém no outro dia você vai estar olhando o filho do morto, a mulher do morto e a dificuldade, às vezes, você tem que ir até lá levar uma cesta básica para a família que está lá com dificuldade. Então eu agradeço o senhor e quero deixar o meu protesto e a minha palavra e quero agradecer o bom trabalho que a Central tem desenvolvido aqui em Porto Velho também.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Passar agora a palavra para o senhor Fábio Ricardo, representante da Associação Cristo Rei de Alvorada d'Oeste. Quem quiser usar a tribuna, se sentir mais à vontade ou quiser falar daí podem ficar à vontade.

O SR. FÁBIO RICARDO RODIGHERO – Bom dia a todos. Cumprimentar o Deputado Alex por ter convocado essa audiência pública, conversando com alguns nobres pares representantes de funerárias, essa audiência já tinha que ter feito há muito tempo, há mais tempo, quando foi implantada a lei eu acho que já devia ter convocado esta audiência pública. Hoje o interior só é visto quando se tem o atendimento e não tem outra coisa é pagar, já que tem que regulamentar então vamos regulamentar da forma certa. E também quanto a taxa, as coisas pagas nós temos também que ter em mente o Código de Defesa do Consumidor e isso não é colocado em prática, e lá diz bem claro no artigo que quando se paga é acima do tanto, de 30 a 50% e o restante combinar a forma de pagamento em si. Só complementando o que o nosso amigo de Vilhena disse, há uma lástima muito grande com relação a tanatopraxia daqui. Eu já presenciei, eu já recebi corpo daqui para 24 horas e não aguentar as 24 horas, ter que lacrar o caixão ou sepultar antes da hora ou então lacrar o caixão e velar caixão fechado. Se tem o rodízio, não é desmerecendo isso, que as funerárias do interior ficassem fora do rodízio, porque é o seguinte, eu vejo hoje que é uma disputa com o ser humano, eu aprendi no curso de tanatopraxia que eu fiz que o ser humano não é objeto de disputa, não é, não é tratado como coisa, e lá parece que aqui em Porto Velho quem se decide é a Central de Óbitos e funerárias quem vai fazer isso, eu acho que a família em primeiro lugar, se tem que pagar, ser uma taxa acessível, que a família possa pagar. Se não tem o dinheiro todo na hora, se não tem depois, talvez, faça uma

forma de boleto bancário, se não tem o cartão de crédito faz um boleto, qual o valor que você tem, o restante faz um boleto em si para poder pagar depois. E que a família, junto com funcionário da Central de Óbitos, decida e escolha qual funerária vai ser feito o atendimento com seu ente querido, tem que partir da família. Tem uma lei, a lei tem que ser cumprida, concordo, muito bem pela regulamentação do município de Porto Velho, só que o serviço funerário quem decide é família. Nós, como donos de funerária, representante, a gente não deve passar por cima disso, entendeu? Se tem a lei, então que a família decide qual a funerária, passa-se uma lista: olha, tem tantas funerárias. E fica a cargo de você procurar a funerária que a família escolher e acha melhor. E quanto aos serviços também, que a funerária que prestar o serviço emitir a nota fiscal, e se, 'ah, é feito o tanato', concordo plenamente. Se amanhã ou depois a família pedir uma ata desse serviço, será que nós como funerários de Porto Velho somos capazes de passar essa ata de tudo que foi feito, temos? Será que temos? Porque já foi pedido com as famílias, questionado e não foram passados. Fala-se uma coisa aqui, quando parte para a prática é outra coisa completamente diferente do que acontece. Hoje estão explanando a lei, muito boa, muito boa, só que lá na hora da prática é outra coisa. Ou seja, se a família não tem o dinheiro, nem lá na Central a funerária vai, quer saber primeiro se vai receber, "como que você vai me pagar, vai ter o dinheiro"? Aonde que a família vai arrumar o dinheiro às 10 horas, 11 horas da noite? Final de semana, como que vai arrumar? Não tem condições! Aí a funerária ou o agente funerário... E outra coisa também, fala muito de atravessador, esse ou aquele, só que aqui em Porto Velho tem muito, tem muito isso. Uma determinada funerária pega os serviços, quando chega lá no município é um cara completamente fora, que leva o corpo. E acontece isso também, tem essa regulamentação e continuam pessoas representantes de funerárias nos hospitais, isso quem comentou com a gente, famílias daqui, talvez, o ente querido nem morreu ainda, o cara está lá na porta infernizando a família, com carro já para levar a família para a Central de Óbitos, sendo que morre, já que tem a Central de Óbitos, funerárias e seus representantes que fique lá na funerária. A família faleceu, a família pega um mototáxi ou qualquer coisa, vai lá a Central, aí que a funerária vai ser acionada e de preferência sem o rodízio para as funerárias, as famílias do interior. E também só uma colocação, Deputado, que não ficasse só nesta Audiência Pública hoje. Que nós representantes aqui, já conversei com o pessoal de Urupá, eles concordam também que lá a gente discutisse com quem é a parte mais interessada nisso. Se a família paga aqui, a família vai repassar para nós lá também, se nós pagamos aqui, a família vai pagar para nós lá. Que a gente saísse daqui, e chegando lá a gente discute com o poder público, com os sindicatos, com os representantes da família em si, porque é interior. E o interior lá tem aquelas famílias carentes, aquelas famílias... Isso, quando falece aqui, antes de ir para a Central de Óbitos é comunicado a gente, antes de ir para lá, ela não comunica ninguém aqui em Porto Velho, antes de tomar qualquer atitude dentro da Central de Óbitos se não ligar para nós. E que fosse, Deputado, assim, por conveniência marcar outra reunião para a gente estar aqui de volta, que a gente ouvisse os representantes nosso lá no município, o Sindicato,

os representantes da família em si. E também, Deputado, já colocando uma flexibilidade nestas taxas, tem que regulamentar. E que a gente seguisse também a RDC 033, a RDC 068, que regulamenta o que deve ser feito dentro de uma preparação de corpo, o que deve não ser feito, lá fala tudo também sobre traslado de corpo, todinho, e que fosse seguido, assim, com clareza com objetividade. Quando a gente vai fazer o curso são 10, 15 dias de estudo vendo, todinho, o que tem que ser feito, o que não tem que ser feito. Tem certas doenças, que se falasse em Porto Velho, tem que ser sepultado aqui, não há traslado, não pode nem ser preparado. Se não pode ser preparado, não tem como trasladar. Perdão, morreu em Vilhena? Sepulta em Porto Velho. E RDC 033, RDC 068 deixa isso bem claro para nós agentes funerários, para nós que somos donos de funerária em si. Então, para a hora é isso que eu tenho e meu muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Muito obrigado nosso amigo Fábio Ricardo de Alvorada. Vamos ouvir agora a Dra. Franciele, médica e representante do Departamento de Vigilância Epidemiológica Ambiental do município de Porto Velho. Fique à vontade, doutora.

A SRA. FRANCIELE - Bom dia a todos. Então, eu vim não para discutir preços, valores. Só para alguns esclarecimentos porque, às vezes, algumas pessoas não entendem alguns termos técnicos, algumas coisas que são usadas. Só para fins de esclarecimentos. A Prefeitura de Porto Velho criou a Central de Óbitos, essa Central de Óbitos estava, tinha um planejamento há vários anos e aí foi criada. Antes da Central de Óbitos, a gente tem o serviço médico atestador. Esse serviço médico atestador foi criado por um Decreto e foi partido desde a gestão anterior ao Prefeito Mauro, por Vereadores, justamente para sanar alguns problemas. Quais foram os problemas? A gente tinha muitas pessoas, e ainda existe, mas eu acredito que 80% já foi resolvido. Existiam muitas pessoas idosas que tinham doenças terminais, faleciam em sua residência e simplesmente não havia uma regulação. A funerária simplesmente ia lá, pagava para algum médico atestado, às vezes o médico não ia nem verificar isso, verificar a pessoa que faleceu, como que faleceu, se realmente era a pessoa, e aí existia muito isso. Então, com esse serviço médico atestador que foi criado há 03, 04 anos, e está sendo mais efetivo há 01, 02 anos agora, a gente teve uma parada disso, de alguns médicos emitirem DO sem ver o corpo, de médicos fazerem absurdos, como, vou citar exemplo, o homem morrer e a causa do óbito ser uma doença que só dá em mulher. Isso era um absurdo. Enfim, isso está sendo sanado, acredito que 80, 90% está sendo sanado e é um Decreto que foi feito pela Câmara dos Vereadores, foi passado pelo Conselho de Saúde do Município, isso é municipal, gente, não é estadual. Isso é um serviço médico atestador. Isso foi para resolver um problema que havia e que a gente tinha que sanar isso. Algumas pessoas de funerária falaram que eles vão buscar o corpo, algumas em alguns lugares, que isso no IML deveria ser feito. Não, o IML é para causas violentas, o IML é competência do Estado. Aqui eu estou representando a Prefeitura, eu só estou esclarecendo algumas dúvidas. IML, gente, é causa violenta ou morte suspeita. É tiro, bala, porrada, é que, 'ah, eu suspeitei que foi envenenado', aí eu mando ao IML, ou se a família quiser

saber mesmo um laudo tanatoscópico, ela tem todo direito de falar assim: eu quero que vá para o IML. Então ela vai até a Delegacia, registra um Boletim de Ocorrência e o Delegado que fala para o chefe de IML: 'vá buscar'. O Delegado, o IML é subordinado ao Delegado, teoricamente. Então assim, o IML é para isso. Em todas as capitais do País existe um serviço de verificação de óbitos. Eu quero deixar bem claro, serviço de verificação de óbitos é diferente do que nós fazemos, que é um Serviço Médico Atestador, que foi uma maneira que criamos, que foi criado para evitar alguns absurdos, entendeu? Evitar alguns absurdos e evitar essa cobrança de emissão de DO para o médico, isso é proibido. Então o que é que acontece? O serviço de verificação de óbitos existe em todas as capitais do País, Porto Velho não existe. Tem sim o Estado, enquanto Estado ele tem, não sei se, ele tem uma Lei, não sei se ele recebeu os recursos para isso, mas não existe isso. O que requer o serviço de Verificação de Óbito? Todo óbito ocorrido, pode ser até hospital, ou óbito ocorrido em domicílio vai para o serviço de Verificação de Óbito. Requer uma estrutura maior, requer patologistas, requer material adequado por quê? Porque vai ser aberto o corpo, vai ser feito lâminas de patologias, vai colocar no microscópio, vai ver se tinha alguma alteração, entendeu? Então isso é bem complexo isso e requer uma estrutura e pessoas capacitadas, diga-se, médicos, técnicos e materiais. E assim, o pessoal do interior estava falado do tanato. A gente tem na Lei que foi criada, 50 quilômetros não se pode transportar mais sem fazer tanato, até mesmo por questão da Vigilância Ambiental, do Departamento de Vigilância Epidemiológica Ambiental. Isso é claro, não estou discutindo o preço, não estou discutindo nada, só estou discutindo o que está na Lei, só isso. Então assim, aqui na capital nós nos organizamos e isso é uma coisa que é um degrau, entendeu, então a cada dia a gente sobe um degrau e aprende uma coisa, nenhum serviço começa 100%, todo serviço começa 0%. E assim, a gente está se organizando, existe sim Assistência Social que presta esse auxílio, eu falo auxílio caixão, porque na verdade eles dão o caixão mesmo, eles não dão o espaço para você velar, eles não dão, entendeu. O convênio feito; não sei. Desde quando, não sei como, não sei nada. Só sei que convênio feito é o caixão, não é o espaço para velar, não é isso, para as pessoas carentes, eu sei do serviço social qual que é. Se chama Assistente Social, ela chama os familiares, vê a renda da pessoa, faz um questionário e ver se enquadra dentro do que é permitido, se enquadrar é feito esse serviço social. Eu sei que é difícil lidar com cada interior, cada interior tem seus déficits, tem suas coisas, Porto Velho é uma capital teoricamente tem mais pessoas, mas também tem mais recursos, certo? Então assim, eu acho o que tem que se começar também é se organizar as Assistências Sociais dos municípios, cada Prefeito vai ter uma mudança agora de Prefeitos ou não, quem continuou. Então cada Assistência Social dos municípios ela começar a ficar integrada com a Central de Óbitos daqui e com a Assistência Social daqui, entendeu, para começar se organizar e o pessoal do interior, das funerárias do interior começar a cobrar, entendeu, dos seus gestores isso, porque precisa ser cobrado, se tem pessoas carentes? Tem. Aqui também tem, e aqui tem um convênio, porque é que lá não pode ter? Se Porto Velho é uma capital que tem mais pessoas e mais recursos os interiores não são

capitais, tem menos pessoas e menos recursos. Então, a coisa é proporcional, não vai ser uma coisa absurda. Então a questão é, na nova gestão que vão entrar agora em janeiro ou os que vão continuar, os gestores que vão continuar se organizarem e vocês das funerárias de lá sejam quais interiores for, quantas funerárias for começar a se unir e cobrar isso, uma Assistência Social, existe sim, pessoas carentes mesmo que não tem um real mesmo, não tem dez reais no bolso para pagar. Aí cabe essa articulação e começar a cobrar deles. Então, assim eu estou aqui enquanto, não sei de preço, não sei alguma coisa, eu sou do serviço médico atestador. Nada haver com SVO, SVO é diferente, a gente geralmente atesta o óbito em casas, eu e o Dr. Marcos Antônio, de pessoas que são, que já estão, idosos com 80 anos, acamados e tudo mais ou então jovens com deficiências e quando aparece um óbito, quando aparece um óbito suspeito, a gente não atesta, entendeu? A gente não atesta. Ah, morreu, 30 anos, a gente achou morto. Espera aí, então a família achou morta, a gente vai lá, ver e fala: infelizmente eu não posso colocar o meu carimbo aqui nessa declaração de óbito por quê? De quê que ele morreu? Ele tinha alguma doença? Não. Tinha alguma coisa? Não, estava aí sozinho, foi encontrado morto. Mas, infelizmente então, vai ter que ir na delegacia registrar o Boletim de Ocorrência, o IML vai vir aqui, entendeu. Porque o médico legista, quando ele vai abrir o corpo, vai ver o que tem, vai dar um laudo descritivo e ele é um médico legista. Então assim, eu vir para alguns esclarecimentos, não sei de tabela de preço, de nada, dessas coisas assim, eu quero uma coisa mais técnica. E se alguém tiver alguma pergunta para esclarecer isso, para esclarecer alguma coisa, eu estou aberta para responder, isso é um serviço médico atestador gente, a gente tem várias dificuldades. Como eu disse, todo serviço começa do zero e a gente vai começando a andar, a gente tem adaptações, ou seja, como e que eu vou, vou dar um exemplo: Calama, que demora o quê? Cinco horas de barco para ir, cinco horas mais ou menos Calama, como é que eu vou lá atestar um óbito de um senhor, vamos supor, 80 anos que faleceu e eu tenho que ir lá atestar o óbito, certo, dar a declaração para o familiar, o familiar vai ter que voltar comigo, mais 05 horas, já são 10 horas, pegar as guias, ir lá de novo, entregar para funerária que for, que está lá, já são mais 15 horas, entendeu. Para poder enterrar e aí? É aí que a gente usa o bom senso. Por quê? Porque faleceu lá, se alguém não sabe, mas qualquer pessoa pode fazer a declaração de óbito, se ninguém conhece a declaração, talvez, algum outro dia, com alguma outra Sessão, eu possa vir mostrar. Mas, na última página tem, qualquer pessoa pode fazer a declaração de óbito. Faz a declaração de óbito e duas testemunhas assinam, por exemplo, nesses municípios como Calama, não tem médico, às vezes a gente não tem médico no final de semana, mas a gente tem enfermeiro, enfermeiro faz, não tem problema, duas testemunhas assinam. É uma questão de bom senso as coisas, de lógica e já aconteceu isso, já aconteceu e aí eles ligam para Central, aí a Central me liga, aí eu vou, ligo para eles e oriento, o Hueliton sabe disso. Mas, tudo é feito via Central de Óbitos, ninguém, ninguém, ninguém, nem o familiar, ninguém tem meu telefone, meu telefone é pessoal, tudo eu faço pela Central de Óbitos. E a gente já tinha problemas anteriores quando tinha serviço médico atestador e não tinha Central de Óbitos, ligavam direto para o meu telefone. Então, assim a Central de Óbitos

regula tudo para mim e entra em contato comigo, eu falo tudo via ela. E muitas vezes, doutora, o telefone do fulano de tal. Eu falei assim: pois então, você liga para mim, não é porque eu não quero gastar o meu telefone não, você ligue para mim para o parente de fulano de tal e diga que em 30 minutos estarei lá para atestar o óbito. Por quê? Que eu ligo do meu telefone fica gravado e a gente sabe como é que é isso. Então assim, eu estou aberta as perguntas e eu vim só em função de esclarecimentos disso, não quero entrar no mérito de outras coisas.

O SR. ADEMILSON DA SILVA – Eu queria fazer uma pergunta doutora.

A SRA. FRANCIELE – Pode

O SR. ADEMILSON DA SILVA – Eu vejo que na sua fala, o tanto que avançou, nós precisamos elogiar a capital. Tem melhorado, o trabalho da senhora é excelente. Uma questão interessante, que nós precisamos, e é fácil, o Deputado está sensível a situação, as condições do trabalho do interior, é fácil, o Deputado mesmo pode ajudar a criar aqui em Porto Velho, uma Associação das Funerárias do interior, para criar uma sala de tanato para promover isso aí. Isso aí eu tenho certeza que nem até ônus públicos, nós mesmos podemos bancar com o nosso dinheiro, comprar as coisas lá que eu tenho certeza que cada dono de funerária vai ajudar. Excelente, excelente uma ideia boa.

A SRA. FRANCIELE - Aí, está vendo isso é uma solução, as coisas começam assim.

O SR. ADEMILSON DA SILVA – Sabendo isso aí, depois eu quero telefone da senhora para testar os óbitos que a gente precisar.

A SRA. FRANCIELE - Então, eu atesto, eu trabalho para a Prefeitura, eu não trabalho para nenhuma funerária.

O SR. ADEMILSON DA SILVA – Eu sei, eu sei.

A SRA. FRANCIELE – Quando a gente teve o Hueliton, é testemunha disso, só um pouquinho. O Hueliton é testemunha disso, quando a gente teve a reunião e eu sempre falo, eu não trabalho para nenhuma funerária, às vezes eu vou atestar às vezes à população agora que ela sabe que tem esse serviço, porque é uma coisa nova, está sendo divulgada. Ela chega para mim e fala assim: Doutora quanto que é? Eu falei, não é nada, é obrigação nossa, eu trabalho para Prefeitura entendeu. E aí, eu sempre disse para as funerárias, olha vocês não me liguem, eu não atendo telefone estranho, telefones que eu atendo e que eu preciso atender, estão gravados o nome, então, não me liguem, não me ofereçam nada para eu atestar porque eu não aceito, entendeu. Ah! Isso que a gente criou existia porque outros médicos cobravam trezentos, quatrocentos, quinhentos. Poxa vida cara, o que é isso, duzentos, trezentos, quatrocentos para atestar um óbito, eu trabalho para a prefeitura gente. Então, assim, às vezes você vai e se suja por isso daí. Não, ninguém me liga, e realmente nenhuma funerária

me liga atualmente, nenhuma me liga e nem precisa me ligar que eu não atendo número desconhecido. Tudo é regulado pela central de óbitos, isso é um serviço da prefeitura, então, assim, tudo vai ser regulado por lá é para isso que existe. E eles não passam meu telefone, é proibido passar o meu telefone, e se passar o plantonista sabe, eu sei. Alguma pergunta mais? Não, então tá.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Muito obrigado. Meus amigos, nós temos a nossa Secretária adjunta, ela tem um compromisso que tem que se pronunciar. Mas eu gostaria de pedir a permissão e quebrar o protocolo, o senhor Hueliton, tem um voo agora e gostaria de fazer algumas colocações e assim já vai ter que se retirar, que é uma coisa que não espera é avião, tá. Então com a palavra novamente quebrar o protocolo, pedir desculpa o Hueliton.

O SR. HUELITON MENDES – Mais uma vez bom dia. Só para ressaltar aqui palavras de algumas partes envolvidas nessa discussão que é bem-vinda, essa discussão é bem-vinda. Todos nós estamos construindo a central porque fazemos parte desse serviço, cada um de vocês fazem parte desse serviço. Então, a gente precisaria montar uma câmara técnica, uma discussão mais aprofundada entre os entes que participam desse processo justamente para sanar esses pontinhos que causam esse conflito maior, assistência médica insuficiente no interior, nós temos que discutir isso, o valor do serviço da conservação vamos ver alternativas, sentar, nada mais do que conversar a gente resolver, nada é impositivo, nada é, porque se nós não concordarmos fica valendo a regra, mas se houver uma conversa nada é impositivo e tudo pode ser feito de comum acordo entre as partes que envolvem, porque o que nós temos que preservar é a família, todo mundo aqui atende a famílias, e o que deve ser preservado é isso, tenham por certo que de mim, nós estamos implantado um serviço e as ideias que a gente tem, a gente vai tentando praticar. A CASFU deveria estar aqui hoje também nossa Comissão de Acompanhamento de Serviço Funerário, para poder, como é um órgão gestor de fiscalização e de normatização do serviço para a gente também compor, encabeçar essa discussão e a gente propor melhorias para ele tanto no serviço municipal como ao atendimento as funerárias e as famílias do interior. Vamos sentar juntos e construir isso, o que não foi feito ainda, e por intermédio das funerárias do interior, isso foi suscitado nesse momento, isso é de bom tom. Então, a questão da nota fiscal a responsabilidade das funerárias de Porto Velho emitir nota fiscal, é obrigatório, a questão, eles não omitindo por certas vezes, só que é irresponsabilidade da fiscalização da SEMFAZ que fiscaliza o ISSQN no município de Porto Velho. Nós precisamos agora com o novo sistema, eu não sei se todos vocês já estão sabendo, mas a gente implantou um novo sistema na prefeitura, uma nova ferramenta tecnológica, um sistema de informática, e agora as funerárias podem acompanhar os serviços que são feitos, o rodízio, acompanhar o rodízio na sua evolução. Então, esse sistema vai travar as empresas fantasmas porque não vai aceitar CNPJ irregular, o antigo sistema aceitava isso, por isso que existia essa questão, esse novo sistema não permite, não autoriza, então, a gente está cadastrando as empresas, conforme for pegando as empresas que são fantasmas, vão ser travadas, não vão ter como se recredenciar, por isso eu peço a contribuição de todos vocês, nós vamos fazer um recadastramento de todas as empresas pedindo documentação, informando a placa do carro, e quando vocês vierem buscar um óbito aqui em Porto Velho, buscar um falecido, ao trazer o

carro apresentem lá na Central, tanto o documento do carro, como a carteira de habilitação do motorista, bem como a ata de tanatopraxia. Nós vamos a partir de agora, estamos exigindo que antes da liberação do corpo a empresa funerária de Porto Velho que prestou o serviço entregue na sua mão a ata de tanatopraxia, para que ela seja arquivada junto com a autorização de traslado, está bom? Para ela ter justamente aquela questão que o senhor falou acerca da comprovação do ato realizado e a comprovação da responsabilidade técnica da realização da tanato, está bom? E tudo isso acontece devagar, porque primeiro falta ajuntamento das pessoas para fazer essa coordenação e a normatização. Então tudo está, conforme a gente vai observando a gente vai implantando, por isso esta questão, que a gente pede compreensão em nome da Prefeitura de Porto Velho. A fiscalização do transporte fica a cargo da Vigilância Sanitária por ser questão de saúde e de meio ambiente. Então nós também precisamos harmonizar isso e isso tudo vai partilhar da discussão, normatização e implementação de políticas públicas e de atos de normas de fiscalização. Nas empresas fantasmas já observei que o novo sistema vai travar isso. A nova lei do serviço municipal que está na PGM sendo trabalhada, prever que a assistência ao carente vai ser o ônus da concessão do serviço público. Então as funerárias é que vão fazer essa, vão atender os carentes quando diagnosticados, tirando o peso dos municípios e ela vão ficar na responsabilidade de distribuir entre si os serviços funerários, isso está sendo a proposta, não é, talvez, não seja isso que seja feito, mas é uma proposta, pela própria concessão, não vai ter custo para o município e as próprias concessionárias vão absorver este custo de forma distribuídas, é uma proposta da Prefeitura e a gente pode ver uma forma disso ser feito também em todas as situações.

A SRA. MARISIA DIAS OLIVEIRA – Hueliton eu acho que é indigente, não carente, não é?

O SR. HUELITON MENDES – É carente e indigente, as duas, foi discutido e a Auxiliadora esteve na reunião. Mas isso é do ano passado....

A SRA. MARISIA DIAS OLIVEIRA – É indigente...

O SR. HUELITON MENDES – É carente também, mas tudo bem, é proposta do município e a gente vai fazê-lo, isso é uma proposta que está em tramitação, mas depende da nova gestão, tá bom? E ressaltar, por último gente, só o seguinte; as funerárias do interior para alguém que esteja ouvindo, está ouvindo esta discussão, não há rodízio para a funerária do interior, quando a família escolhe a funerária da sua cidade para fazer o transporte e o complementação do serviço na sua cidade de origem, isso que eu vou explicar aqui agora. A família pode escolher qualquer de vocês, se está havendo algum tipo de forção de barra por um ou por outro, isso cabe a fiscalização pegar essas pessoas e punir as empresas que estão realmente coagindo famílias para que seja feito o serviço por Porto Velho. Vocês têm total direito de vir buscar os falecidos da sua cidade aqui em Porto Velho com total transparência e sem limite. Tem cidades em outros Municípios que impõe limite para esse serviço. Porto Velho não tem esse limite, todas as vezes que há um óbito da sua cidade e vem escolher você para fazer o transporte e a complementação, vai ser você que vai fazer, é a funerária do interior. Então em relação a esse sistema de rodízio, só para explicar como funciona, nós temos duas listas de sistema de rodízio; uma

para o serviço funeral realizado em Porto Velho, e outra para preparação de corpos a serem trasladados, faz um rodízio para que as empresas façam tanatopraxia, mas a escolha da empresa transportadora para ir para o interior é exclusivamente da família. Como funciona o sistema de rodízio? Todas as funerárias ficam disponíveis uma vez que ela atende, ela fica indisponível naquela rodada, mas a família pode escolher qualquer uma das demais que ainda não atenderam, a gente chama isso de princípio da disponibilidade. Quando se cessa uma rodada, inicia-se uma nova rodada abrindo-se a opção para todas as funerárias serem escolhidas, pelo sistema de rodízio, isso tanto no rodízio como no outro rodízio de preparação. Por isso que conforme vai acabando o rodízio vai acabando as opções da família, mas mesmo assim de forma moderada ela tem uma escolha dentro da disponibilidade. E quanto a tanatopraxia é como eu estava dizendo, o sistema de rodízio prever que as funerárias de Porto Velho que tem habilitação e tem o instrumento de como fazer a tanato em Porto Velho, fazem o rodízio, uma por uma para tratarem ela de forma igual, não terem conchavos e não terem formações de quartéis para que seja direcionada para uma e para outra. Essa é a intenção do sistema de rodízio em Porto Velho, se é bom, se é ruim, se é falha, se precisa melhorar, isso tudo está na mesa e realmente precisamos discutir, isso é normal, é natural, mas estamos aqui para fazer isso com toda a nossa convicção e toda a nossa liberdade. Então a gente espera que como todos esperam não permaneça somente hoje aqui esta discussão, mas ela seja feita permanentemente para que a gente possa construir um serviço de qualidade para os nossos municípios e para as famílias do Estado de Rondônia. No mais, eu estou à disposição de vocês, infelizmente o cargo é político então eu estou como chefe da Central até o final do ano, mas, todavia, como cidadão eu estou disponível a opinar, ajudar em todo momento, sou muito aberto a toda sugestão que podemos fazer. Ah sim, uma vez a sugestão que foi dada para solução das empresas do interior é o laboratório de tanatopraxia, em vários municípios isso existe, a empresa funerária pode fazê-lo, mas também tem o laboratório, então a construção do laboratório provavelmente liberado pelo município pode ser uma solução para vocês e que isso não afetaria o rodízio das funerárias e também daria uma opção para vocês a fazerem um serviço e também não ficaria travados em relação a esse serviço, com certeza isso seria de bom tom para vocês e a lei atual não impede fazê-lo assim. Então se até hoje não foi feito, mas é uma ideia para se construir e colocar e resolver essa situação, Porto Velho atende os seus casos e esse laboratório atenderia as funerárias do interior, simplesmente resguardando o direito de todos. É uma opção nossa, vamos discutir, vamos sentar e vamos chegar no bom senso para que possamos acabar com rivalidades, porque não há que ter rivalidade, o serviço é público e nós com queremos o bem público iremos fazê-lo da melhor forma possível. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Convidamos ao uso da tribuna a senhora Secretária Adjunta da SEMAS, Porto Velho, Maria Euzenir.

A SRA. MARIA EUZENIR – Bom dia a todos. Iniciando parabenizando a iniciativa desta Casa em estar trazendo à discussão um assunto de relevância e também dizer da importância que tem sido essa Central de Óbitos para o nosso município. Entendemos que ainda temos muito a avançar, mas o início já está a caminho e hoje com pouco tempo de funcionamento já podemos observar que a Central já nos trouxe

resultados positivos, acreditamos que precisamos ainda nos ajustar, mas acredito que com a continuidade poderemos chegar a um consenso da responsabilidade do município enquanto regulador desse serviço. Com relação a assistência social gostaria de estar esclarecendo que o benefício do auxílio funeral é totalmente financiado com recursos próprios da prefeitura, nós não recebemos recursos nem do Governo Federal e nem do Governo Estadual, é recurso próprio do município de Porto Velho. Nós procuramos, somos procurados por outros municípios no sentido de estar prestando esse serviço para municípios de outras unidades do nosso Estado, mas infelizmente não podemos atender, porque Porto Velho é o centro que recebe uma demanda muito grande de pessoas para tratamento de saúde e onde acontecem muitos óbitos também de pessoas de outros municípios, e há necessidade também de que cada município se organize nesse sentido de estar prestando esse serviço aos seus municípios com os seus próprios recursos porque se não onera muito. Porto Velho foi colocado é um município muito grande, tem recursos? Tem, mas a demanda também é muito grande, tanto em número de população como em extensão territorial. Hoje nós estamos prestando esse serviço, foi colocado ali na Mesa que apenas a urna, mas o nosso serviço nós atendemos com a urna, o fornecimento da urna, a ornamentação do caixão, disponibilizamos a urna zincada especial. Precisamos fazer um ajuste no nosso contrato que nós temos feito esse estudo durante todo esse período que é a disponibilização da preparação do corpo para ser velado em casa. A gente entende, a assistência social entende ser um direito do cidadão, mesmo numa situação, especialmente numa situação de vulnerabilidade social ter o direito de velar seu ente querido em casa. Isso não seria difícil se os cemitérios tivessem, disponibilizassem as capelas adequadas para que seus familiares pudessem fazer seus velórios nessas capelas. Estamos tentando fazer esse ajuste para que possamos também disponibilizar esse serviço através do benefício. Com relação aos critérios de atendimento, eu esclareço que na Assistência Social as informações são autodeclaratórias, jamais deixamos de atender um pedido de fornecimento desse benefício ou de qualquer outro, alegando que a pessoa está mentindo, absolutamente. Os técnicos estão preparados para ter essa sensibilidade e cumprir com essa norma, que não é minha, não é nossa, é nacional. A pessoa chega, veja bem, não tem nem como, num atendimento do plantão social, uma hora da manhã, duas horas da manhã, meia-noite, deixar a pessoa ali, ir lá a casa investigar se ela está falando a verdade ou não. Isso não acontece nos serviços que a Prefeitura de Porto Velho presta através dos benefícios da Assistência Social. Se amanhã ou depois for comprovado que a pessoa mentiu, aí já é uma questão dos órgãos de fiscalização, mas o benefício é fornecido de acordo com as informações que o demandatário nos traz ali naquele momento. Então, nos serviços, nós, no benefício do auxílio-funeral é fornecido a urna, o arranjo e o traslado. Estamos trabalhando no sentido que a gente possa estar também disponibilizando o serviço de tanato. O nosso relacionamento com a Central de Óbitos é o mais amigável possível, fazemos parte da Central de Óbitos, não somos a Central de Óbitos, mas compomos a equipe, somos um serviço à disposição da Central de Óbitos. O demandatário chega a Central de Óbitos, comunica o óbito e se ela declara que não tem condições de fazer o sepultamento do seu ente querido, a própria Central de Óbitos nos encaminha o demandatário. Gostaríamos muito de podermos encurtar esse caminho, disponibilizando talvez a movimentação dessa pessoa que já vem do hospital, vai para a Central e da Central ela tem

que ir para o plantão social, porque não é concebível dentro da Central o serviço da Assistência Social lá dentro. Nós temos normas a serem cumpridas e assim nós fazemos. Mas no serviço de integração de e comunicação entre o plantão social, o serviço da assistência social e Central de Óbito a gente disponibiliza esses serviços o quanto antes. Inclusive também, quando antes da Central de Óbitos, o serviço de chamamento do serviço de atestadores era feito, também, pelo serviço de plantão social. Com relação a esta discussão aqui, penso que é o início, mas passa muito também, avalio desta forma, passa muito, também, pela organização do setor. Esse é o início, como eu estava dizendo, faço votos que esta discussão continue e chegue ao nível de amadurecimento do empresariado do setor e do Poder Público, até chegarmos ao um nível de amadurecimento tal, que não seja mais necessário que o próprio Poder Público assuma as questões das pessoas em situação de vulnerabilidade, como já ocorre em alguns Estados. O próprio setor assume a responsabilidade de disponibilizar serviços àqueles que não têm condições, que se encontram em situação de vulnerabilidade. É um serviço essencial necessário, mas que requer um zelo muito grande por parte dos gestores para que esse serviço não seja, vamos dizer, seja manipulado. Nós temos que trabalhar os técnicos, os próprios gestores, temos que, deparamos com situações, é um Vereador que o amigo que faleceu, que a gente sabe que não está em situação de vulnerabilidade, que temos que estar argumentando, explicando. Eu mesma já fui acionada várias vezes no meio da noite, até por outras instâncias de ter amigo de alguém tinha falecido e precisava desse serviço. Mas a gente, com seriedade e com respeito também a essas pessoas, é esclarecido, e a gente recebe essa compreensão também por parte de todos. Então, eram essas as considerações que tinha a fazer. Faço votos de que não se esgotem as discussões aqui. Vejo que ainda está muito verdinha a discussão, ainda há muito desentendimento, desencontro de informações, de entendimento. Ainda percebo assim, desculpem a sinceridade, ainda um pouco, cada um querendo puxar a brasa para a sua sardinha. E esse tipo de discussão, a gente só consegue chegar a um acordo, a um consenso se estivermos disponíveis, cada um, a ceder um pouco para que o bem comum seja sobreposto aos interesses pessoais. Obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Maria Elzanir. Só pediria, nós temos mais 03 pessoas inscritas, que nós sejamos mais breves, mais sucintos na discussão, devido ao avançar do tempo.

Convido para o uso da palavra, a senhora Elaine Cristina Lazzarin, proprietária da Funerária Nacional, em Urupá.

A SRA. ELAINE CRISTINA LAZZARIN – Bom dia a todos. Quero agradecer em especial ao senhor Excelentíssimo Deputado Alex Redano pela iniciativa de tomar à frente junto conosco, nessa briga que já vem se arrastando há alguns dias. E o primeiro a ser levado, o quesito seria a questão do respeito ao sentimento familiar, onde ninguém está observando que são famílias que estão na pior hora que a gente passa. Porque eu já passei por isso e todos, creio que ainda não passaram, mas a única certeza que vamos passar de perder quem nós amamos, certo? Outra situação é sobre a questão do traslado, que um corpo não pode sair da cidade de Porto Velho sem preparar. Já aconteceu óbito às 06 horas da tarde aqui em Porto Velho, e o corpo

chegar em Urupá às 06 horas da manhã. Olha quantas horas já se passaram, quando na realidade são 04 horas de viagem, que nós podemos vir aqui buscar um corpo e levar, preparar com a capacidade de um técnico respeitado, que estudou, que se preparou, que acompanhou a tecnologia na funerária, colocando equipamentos de qualidade para atender aos seus clientes. Então não há possibilidade de deixar esses corpos ir, por que não? Com o carro funerário, com carroceria funerária, igual a gente tem, todas as outras empresas também têm, estão se adaptando. Quem não tem ainda já está se adaptando. Eu creio que não há motivo para poder deixar a população do interior ser submetida a ser obrigada a contratar serviços de prestação de preparação de corpos aqui em Porto Velho. Nós moramos numa cidade de pouco menos de três mil habitantes, onde todo mundo se conhece. Às vezes, quando falece aqui, imediatamente a família já nos procura: - Elaine, aconteceu um óbito, o que é que nós fazemos? Então, são pessoas que confiam no nosso profissionalismo. Não estou falando daqui dos profissionais de Porto Velho, que também têm profissionais competentes. Estou falando da família, do sentimento, daquele que você deve deixar a pessoa fazer o que ela sentir, aonde ela quer comprar, o direito de ir, de vir. É um direito garantido pela nossa Constituição. Creio eu que aqui o serviço de prestação de serviço de óbito de Porto Velho está de parabéns, pela situação no âmbito municipal, não no âmbito estadual. Por quê? Porque no âmbito municipal aqui já houve brigas. Ninguém vem lá do interior tirar um veículo, um profissional para chegar aqui e ficar brigando na porta do hospital, só saímos de lá após a família já nos ter contratado para esse tipo de traslado, esse tipo de preparação de corpo. Ninguém está brigando aqui nas portas dos hospitais. Quando na realidade, aqui aconteciam brigas sim, pelos profissionais daqui, aconteciam. Gente, já chegou vez de eu vir buscar corpo aqui que o corpo estava escondido dentro de funerária e eu tive que acionar a Polícia. Eu tive que acionar a rede de televisão porque o corpo tinha sumido, quando eu falei que estava acionando a rede de televisão rapidinho o corpo apareceu. Então, não é justo com a família ficara mercê de ser obrigado a fazer coisas que eles não querem. Outra coisa, sabe, o que aconteceu há poucos dias? Faleceu uma criança aqui deficiente de 07 anos, sabe o que eles fizeram? Nos procuraram; a Assistente Social do nosso município, pode olhar nos editais da Prefeitura, temos a preparação do corpo em tanatopraxia, temos a urna e temos todo um serviço completo pelo nosso município, nós temos. Elaine, pelo amor de Deus, o que é que vamos fazer a Assistente Social nos procurou? Eu falei: não é possível mais retirarmos o corpo de lá sem preparação. O que aconteceu? Gente, colocaram um carro de som na rua pedindo, rapidinho o pessoal teve que levantar o dinheiro para pagar a preparação do corpo, para pagar o traslado quando na realidade não precisava, não estão verificando essa parte que vê o sentimento familiar. Quanto à questão que aqui que diz aqui o meio ambiente, sobre a vigilância, tudo bem. Só que daí nós podemos receber um corpo lá com mau cheiro no nosso município, vamos acionar quem? No caso, o Meio Ambiente, o órgão responsável? Aqui não pode ser trasladado um corpo que faleceu há pouco tempo pela funerária lá do município, de qualquer outro município, mas podemos velar um corpo onde já está com situação avançada? Não podemos. Nós garantimos os nossos trabalhos também, somos profissionais qualificados. Nós temos um tanatório em

completas condições de trabalhos, fizemos, investimos, porque o nosso município fizemos o serviço melhor que a gente pode oferecer. Então eu creio que deva ser feito o quê? Deixar as funerárias de Porto Velho no âmbito municipal, o âmbito estadual cada empresa deve se adequar, deve sim mudar a Lei. Qual é o carro que vai tirar? De que forma vai ser tirado esse corpo? Que maneira ele vai ser trasladado? Que até hoje eu não vi falar que ofereceu risco a ninguém, independente de acidente, como o carro não foi amarrado a Urna, independente se seja um carro de funerária adaptado ou não, se tiver que acontecer o acidente ele vai acontecer. Eu acho que teria que verificar essa parte. Parabéns pelo serviço de Porto Velho, mas os municípios não devem pagar o preço que estão sendo, no caso, subestimados a obrigatoriedade de coisas que não pertencem ao nosso Estado, nessa parte é Lei Municipal, é no âmbito municipal, o meu muito obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigada Elaine. Gostaria senhores, cinco minutinhos para falar, depois eu tenho algumas sugestões também, algumas ideias para passar, e eu penso que está valendo à pena a Audiência, é a 1ª Audiência, o primeiro contato, tivemos avanços em vários sentidos, mas depois nós temos que tomar decisões para não ficar inócuo, nós discutimos e não chegamos a lugar nenhum, nós temos que tomar decisões que a maioria concorde.

Convidamos o senhor José Pedro, proprietário da Funerária São José e Dom Bosco em Rolim de Moura.

O SR. JOSÉ PEDRO – Bom dia pessoal das empresas, os mesários. É um acordo que nós estamos criticando sobre, Cuiabá, principalmente, Cuiabá, foi muito bom a Central de Óbito, que você sai da nossa região chega até Cuiabá, chega lá o pessoal está com a documentaçãozinha toda pronta, não procuram por nada o que foram fazer, apesar que nós estamos com os carros tudo adaptadinho, certinho, não tem esse negócio, é obrigado a fazer um tanato na cidade, não existe isso aí lá, porque é que só Porto Velho que está colocando essa Lei? Por causa que se nós saímos do nosso interior e vir até a capital buscar um corpo não está girando despesa para o município, é que nem foi explicado aí uma pessoa, um carente, uma pessoa carente, se nós lá no nosso município, ele é do nosso município, nós podemos sair de lá e vir buscar não depende eles gastarem aqui na região, nós estamos fazendo com nós porque nós temos responsabilidade de fazer também, essa despesa que eles vão fazer com esse pessoal carente lá do nosso município não depende deles fazer, façam com os daqui. Aí nós temos capacidade de sair de lá par vir buscar. Agora, como a Lei que tem aqui, que tem que sair com esse corpo preparado 50 quilômetros. Cuiabá é mil quilômetros da onde eu moro e não tem essa moagem para fazer, chega lá, o mal às penas que eles falam: Oh! Boia viagem, cuidado na estrada e o trânsito. É o que eles falam par nós, não se preocupem. Esses dias nós ligamos lá para eles se tinha alguma despesa para pagar. Ele falou: Não. E se vocês souberem de alguém que está cobrando alguma coisa passa para nós, porque é muito boa a Central de Óbito que ela organiza a pessoa, a pessoa está desesperada, então chega lá não tem trabalho nenhum e eu acho que todas as pessoas que tem essas empresas eles têm capacidade e sabem o que é que está fazendo, ele sai da cidade dele, vai buscar um corpo ele sabe o que é que está fazendo, porque está gerando dificuldades para nós sobre isso aí. Vamos supor

uma pessoa paga um plano para mim, eu tenho que pagar tanto aqui para poder retirar aquele corpo. Não existe isso aí, eu acho que nós teríamos que mudar esse negócio. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Convidamos agora o último inscrito, depois passaremos aos debates. Proprietário da Funerária Bom Pastor, de Machadinho d'Oeste, senhor João Paulo Lopez Ferreira. Pode usar a tribuna.

O SR. JOÃO PAULO LOPEZ FERREIRA – Deputado, olha, a conversa está boa, gostei. Só que é o seguinte; tanotopraxia não vai funcionar e não funciona aqui, não vai. Eu sou técnico formado e eu tenho um laboratório lá em Machadinho de primeiro mundo que eu montei, o laboratório, 20 anos que eu mexo com isso, não vai funcionar. Sabe por que Deputado? Porque já chegou um corpo, que levaram o corpo para lá e eu fui difamado: a funerária Bom Pastor faz um serviço mal feito. O povo não entende isso aí, o povo não entende. Outra coisa, que eu quero dizer também, é a Lei do 50 Km, é 50Km foi dito. Você sabe quantos quilômetros eu levo Deputado, para levar um corpo? 400 Km para pegar um corpo depois que o perito chega, para levar para Jaru ou Ariquemes ou Ouro Preto, teve dia que levar para Ouro Preto e eu ando 400KM com o corpo, sem problema e quando eu chego no IML, o legista, o corpo necropsiado, o corpo necropsiado e é tudo aberto e eu venho com esse corpo aberto para mim arrumar. Agora, o senhor ver, essa Lei de 50 KM, isso não funciona nunca. Então Deputado, o que eu quero dizer para o senhor, que essa Lei não vai funcionar, não funciona em Porto Velho, tem que mudar tudo isso aí e o debate foi bom e desculpe se eu falei alguma coisa errada; porque o meu parecer, eu sou técnico formado e eu não dou conta, de fazer, atender o serviço de outra pessoa; a pessoa fez o serviço aqui e eu sou responsável lá no Machadinho. Eu moro em Machadinho, eu ando 350 Km de chão para mim vir aqui em Porto Velho. Agora, eu chego em Porto velho, chega aqui é aquela dificuldade, a família não tem dinheiro, que a maioria das famílias vivem de bolsa, outra é de baixa renda, eu tenho que pagar do meu bolso. Eu paguei essa semana setecentos e trezes e noventa centavos eu paguei para uma funerária aqui em Porto Velho, para retirar um corpo de uma criança, quer dizer, é incrível um negócio desse, é difícil. Então, senhor Deputado, não vai funcionar essa Lei. Não vai funcionar. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Amigos, antes de passar aos debates, fiz algumas anotações aqui e eu tomei até a liberdade, não sei se vocês viram, pegamos o telefone de todos. A ideia que passou aqui, inclusive o Hueliton falou; criar uma Associação das Funerárias para abrir um laboratório aqui em Porto Velho e em conjunto fazer esse trabalho. A Lei permite e poderia facilitar para baratear o preço. Então, é uma sugestão, mas aí vocês têm que se organizar, vocês podem fazer uma Associação entre vocês, se organizarem e discutir essa viabilidade. A questão da Lei, é uma Lei Municipal. Então, a Constituição Federal, no artigo 30, inciso 5º fala que a competência do município em legislar nas causas locais. Então, nós não podemos fazer uma Lei Estadual. Mas, mas, por exemplo, se alguém sentir que essa Lei tem alguma inconstitucionalidade pode provocar os órgãos, para os órgãos entrar com uma ADIN, Ação Direta de Inconstitucionalidade. Mas, pelo que eu vi aqui gente, criando essa Associação, criando

esse laboratório ameniza a questão dos carentes, que vocês vão poder fazer esse trabalho. Pelo que eu estava conversando com o José Thiago, o lucro das funerárias para fazer esse preparo, não é um lucro tão grande, eu sou leigo, eu estou aqui aprendendo com vocês. Então, são algumas ideias que surgiram. Agora, a primeira coisa que vocês precisam fazer é se organizarem, se organizarem e se unirem, porque sozinhos. Eu recebi reclamação na verdade, a Matilde que me cobrou, eu recebi ligações no gabinete também cobrando, os outros Deputados também receberam, mas não adianta, se não se unir. Eu discordo um pouquinho quando o Hueliton falou, a questão que tenha concessão das funerárias arcarem pela concessão, arcarem as pessoas de baixa renda, as pessoas carentes. Eu não sei o lucro de vocês, mas se vocês forem arcar dos carentes, já vai o lucro todo. Então, não tem, eu não quis falar na hora porque estava no discurso. Então, eu discordo. Se for a questão de indigente, de que for bem menor, tudo bem; ou for um carente ou dois, tabelado por mês. Agora, não pode fazer uma Lei pela concessão, pela concessão a funerária ser obrigada a atender os carentes, se não 80%, 70% é carente. Então, eu discordo. Agora, a ideia dele do laboratório, aí tem que ser discutido entre as funerárias também. Então, qual que é a ideia? Eu tomei a liberdade, está chegando aqui a xerox, eu peguei o telefone de todos e vou passar para vocês também e se vocês quiserem o primeiro passo, hoje é tudo moderno, o primeiro passo e criar um grupo no WhatsApp, de repente das funerárias do interior que tem esse mesmo objetivo, o segundo passo é criar a entidade e ir conversando. Pelo o que eu vi aqui, não existe essa rivalidade de funerária do interior ou da capital, são todos profissionais e são muitos amigos em comum, existe um ou outro igual à Matilde falou da nota fiscal irregular, mas isso aí existe em qualquer lugar. Então, nós não estamos aqui culpando se por acaso existir alguma coisa nesse sentido, acontece em todas as categorias. Agora o importante é a união das funerárias e decidirem juntas, que quem sabe o que é melhor para vocês, são vocês, não adianta nós que estamos do lado de fora, olha façam isso, faça aquilo, a gente dá opiniões. Mas eu acho que esse grupo no Watts, vocês poderiam discutir essa ideia de montar uma associação com laboratório em Porto Velho, porque a Constituição Federal fala também que é livre-arbítrio da família escolher a funerária, então, se ela escolhe a funerária do interior e a funerária do interior tem o laboratório na capital ou faz parte da associação, também resolve o problema. Então, eu acho que isso aí seria um grande avanço, um grande avanço para todas as funerárias. No mais gostaria de deixar livre se alguém quiser fazer perguntas, nós temos um coffe break, virou almoço, não é? Já vai dar meio dia, mas temos um coffe break, mas eu vou deixar aberto, tem nossa amiga que já ligou o microfone, está à disposição, estamos lhe ouvido.

A SRA. MARISIA DIAS OLIVEIRA – Eu só queria esclarecer alguns pontos que ficou ainda meio em dúvida. Eu vi todo mundo falando aqui a respeito do pagamento a vista, isso foi à queixa da Matilde, e a queixa de alguns outros aqui que eu ouvi. O pagamento como disse o Thiago, realmente é a questão do mercado, a gente tem feito serviço aí para o interior e não recebeu como faz aqui dentro da cidade também não recebeu ou recebeu cheque sem fundo. Então, a forma hoje de se precaver chama-se cartão de crédito, porque se o cartão de crédito não for pago é problema da administradora. Então, nós

sempre parcelamos e acho que é um exemplo, aqui das demais funerárias, a gente parcela até três vezes esse serviço, uma entrada porque nós temos despesas de imediato como pagamento do técnico que prepara o corpo, e duas vezes no cartão. Outra coisa é sobre o serviço que chega lá e o serviço está malfeito, por favor, eu peço aos senhores que registrem uma ocorrência policial na hora que acontecer para ser comprovado, chame a perícia para realmente ver que o serviço não foi feito e isso sim, depois entre em contato que a própria Central de Óbito manda apurar e essa empresa será descredenciada, isso é um serviço público seu e de qualquer um do interior aqui, não pense que ah! Que eu sou dono da funerária. Você é uma concessionária do serviço público municipal. Então, nós precisamos, nós temos obrigação de prestar um bom serviço. E lhe digo, em nome da minha empresa, se chegar um serviço com defeito, por favor, registre ocorrência porque meu funcionário vai ser punido também, porque isso nós exigimos, nós investimos no curso para ele fazer e toda vez que tem, nós o capacitamos, porque nós achamos que a prestação do serviço tem que ser prioridade no nosso ramo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – A tribuna fica livre, nosso amigo de Alvorada a disposição.

O SR. FÁBIO RICARDO RODIGHERO - Só colocando como você falou a respeito de criar uma associação junto com o pessoal os donos do interior. Então, eu gostaria se fosse remarcada outra data para nós estarmos discutindo de novo, nesse período nós sentarmos com as funerárias do interior, já criar essa associação para que assim possivelmente nós estarmos criando esse laboratório aqui dentro de Porto Velho, para que sejam atendidos os entes querido nosso do interior do Estado. Então, que a gente faça, isso aí já é um anseio da maioria que a gente já conversou, inclusive já tem donos de funerária aqui que já conversou comigo, que falou que está à disposição sobre essa associação e esse laboratório também deputado. Então desde já agradecer a Vossa Excelência por ter a coragem de convocar essa Audiência Pública junto com o deputado Presidente desta Casa, Maurão de Carvalho, fica o nosso abraço e o agradecimento a Vossas Excelências por estar ouvindo a gente, sem tomar nenhuma decisão sem antes ouvir. E a gente fica com esse apelo também, que essa audiência ela já deveria ter sido marcada tempos atrás quando foi colocada essa lei sobre a Central de Óbitos já teria que ter ouvido a gente, já teria que ter ouvido e ter discutido com a gente também. Então desejar, parabenizar por isso. Muito obrigado.

O SR. JOÃO PEDRO – Eu só queria fazer uma pergunta. Vai continuar? O pessoal do interior vai continuar pagando ainda do jeito que está aí? Ou vai?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Enquanto não fizerem o laboratório o conjunto ou entrarem em juízo questionando, conseguindo uma liminar de uma ADIN, sim. Por que a lei é válida então tem que pagar. Agora tem essas opções de montar o laboratório, as funerárias do interior montar um laboratório. Eu até recebi aqui no whatsapp o pessoal do PROCON, eles, eu acho que foi um lapso, até é meu amigo pessoal o Presidente, queria estar aqui que ele ver realmente que existe

inconstitucionalidade, o próprio PROCON pode entrar com uma ADIN também questionando, não é? Mas não estou aqui para criar polêmica. Eu acho que criando esse laboratório, essa associação consegue resolver. Agora minha pergunta; vocês acham necessário eu marcar uma audiência aqui? Ou não, eu acho que pode fazer uma reunião entre vocês, não precisa nem ser em Porto Velho, que é longe pode escolher uma cidade do interior, se precisar de um local em Ariquemes está à disposição, Ji-Paraná, estou à disposição para ajudar vocês e se vocês permitirem estão até aqui minhas funcionárias, está lá a Susana e a Clau, abrir um grupo no whatsApp com todos e vocês fazerem parte também e a gente o que puder ajudar, vamos ajudar. E o pessoal da capital também o que a gente puder ajudar também a cobrar, estamos à disposição, tenho um acesso muito grande ao Hildon, é meu amigo, que foi eleito agora Prefeito aqui da capital e o que puder ajudar também a cobrar. Eu parabeno Porto Velho que teve um grande avanço, essa Central de Óbitos foi um grande avanço, essa questão de disputa pelo corpo isso aí é muito constrangedor, então foi um grande avanço. Agora realmente foi um lapso até nós, Parlamentares, deputados estaduais deveriam na época da lei convocar todas as funerárias para ouvir, mas ainda á tempo de corrigir. Então eu penso que nesse grupo do whatsApp vocês podem conseguir administrar, fazer reuniões e verem qual que é a melhor saída, né?

O SR. JOÃO PEDRO – Só outra questão, se eu estou lá no interior tem que pagar um tanato, eu tenho que pegar a funerária que está de plantão se eu não se dou com aquela pessoa? Eu sou obrigado a fazer com ele? Ou eu posso ter uma funerária que tem a capacidade de fazer? Eu posso citar o nome ó funerária tal que eu quero que faço o serviço, eu tenho essa liberdade ou não?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Hueliton não está aqui para poder responder.

O SR. JOSÉ THIAGO ZANINI – Posso esclarecer?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Vai responder.

O SR. JOSÉ THIAGO ZANINI – E que ocorre hoje no Município existe sim um sistema de rodízio, porém são 12, agora entrou a 13ª permissionária, são 13 empresas então. Essas empresas, existe um rodízio, porém, dentre as que estão disponíveis o senhor pode escolher. Então, por exemplo, tem 13 empresas o problema é que a medida que vai sendo escolhida as empresas elas vão saindo do rodízio para que todas atendam igual, então chega no final tem 2, 3 disponível para ser escolhida só, aí que pode gerar essa situação. Quando estão 12, 10 para você escolher você tem uma vasta gama de empresas para escolher, quando está no final do rodízio daquela rodada vamos dizer assim só tem duas ou três, e aí tem que escolher aquelas 2 ou 3, quando só tem uma, aí sim tem que fazer para que todas atendam igual. É isso que o município implantou através da lei complementar 632, se não me engano, que alterou a lei 511. E aí por isso que não final dessa rodada pode gerar esse tipo de coisa, mas no começo e no meio da rodada você tem aí 7, 8, 10 empresas para escolher entendeu? Aí no final realmente fica 2, 3 uma que aí pode gerar essa situação.

O SR. JOÃO PEDRO – É porque vamos supor, lá do interior as vezes não vai serviço toda hora, toda hora, agora o rodízio

tinha que ser para o pessoal daqui os óbitos que dessem aqui na cidade. Mas vamos supor, eu ligo de lá eu preciso fazer um tratamento no corpo como a lei está sendo, a gente fala: não, eu prefiro que a funerária fulana de tal faça esse tratamento, porque tudo é o conhecimento da pessoa, do trabalho da pessoa. É igual, tem muita gente aqui que fez o serviço e chegou lá com mau cheiro e aí como é que? Ai aquele não faz mais com aquela pessoa, não faz.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Outra ideia também gente, que na verdade é obrigação dos municípios, é o trabalho assistencial às famílias carentes, então é interessante que todo mundo conheça vários vereadores da sua cidade, cobrar o vereador. Eu já fui vereador, já fui muito cobrado aqui, olha quem me cobrava bastante, e depois tivemos dificuldade até para receber do município, mas conseguimos fazer um trabalho social com as famílias carentes.

Vamos encerrar a Audiência, vou convidar a todos antes de encerrar. Temos um coquetel que virou quase almoço, hora do almoço, mas temos um coquetel para vocês.

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente audiência pública e convidamos a todos para o coquetel. Muito obrigado a presença de cada um de vocês.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 12 horas).

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 685, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Susta os efeitos do Plano de Policiamento do Estado de Rondônia, aprovado pelo Conselho Deliberativo de Estratégia e Gestão – CONDEG, em 21 de dezembro de 2007, bem como suas alterações aprovadas pela Deliberação 01/CONDEG – 2016.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno, promulgado o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam sustados, nos termos do artigo 29, inciso XIX da Constituição Estadual de Rondônia, os efeitos do Plano de Policiamento do Estado de Rondônia, aprovado pelo Conselho Deliberativo de Estratégia e Gestão – CONDEG, em 21 de dezembro de 2007, bem como suas alterações aprovadas pela Deliberação 01/CONDEG – 2016.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 15 de dezembro de 2016.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO